

Relatório de Gestão 2023

ano base
2022



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2022

Relatório de Gestão do exercício de 2022 apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas anual a que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

Relatório elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 188/2020 e DN TCU nº 192/2022.

Equipe técnica

Coordenação de elaboração e sistematização:

Supervisão de elaboração:

Responsáveis pelos conteúdos:

Heloisa Helena Medeiros da Fonseca

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-reitor de Administração e Planejamento

Érica de Lima Gallindo

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Stênio Wagner Pereira de Queiroz

Departamento de Planejamento e Políticas Institucionais

José Wally Mendonça Menezes

Reitor

Milena Mendes da Costa

Auditoria

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitoria de Ensino

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Ana Claudia Uchoa Araújo

Pró-Reitoria de Extensão

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Marcel Ribeiro Mendonça

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Danilo Reis de Vasconcelos

Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Vlândia de Sousa Ferreira

Coordenadoria de Governança

Lista de siglas

CCA – Coordenação de Controle Acadêmico
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COLDIR – Colégio de Dirigentes
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP – Conselho Superior
CPGF – Cartão de Crédito Corporativo
DAE - Diretoria de Assuntos Estudantis
DGTI – Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DN – Decisão Normativa
EaD - Educação à Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil
FIC – Formação Inicial e Continuada
FORPLAN – Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FORPOG – Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET – Instituição Federal de Educação Tecnológica
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
OCI – Órgão de Controle Interno
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PNP - Plataforma Nilo Peçanha
PPA – Plano Plurianual
PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PROEJA – Educação de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SF – Suprimento de Fundos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UGO – Unidade Gestora Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UPC - Unidade Prestadora de Contas

Sumário

Mensagem do dirigente máximo.....	9
1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	12
1.2. Sobre a instituição	12
1.3. Estutura organizacional	17
1.4. Estrutura de governança	18
1.4.1. Instâncias internas de governança	19
1.4.2. Instâncias internas de apoio à governança	22
1.4.3. Estruturas de governança externas.....	24
2. Gestão de Riscos e Controles	26
2.1. Mapeamento de processos	27
2.2. Plano de integridade	28
2.3. Acompanhamento das recomendações da CGU e AUDIN	28
2.4. Comitê de Governança, Risco e Controle	29
2.5. Avaliação Institucional.....	30
2.6. Fomento à transparência ativa.....	30
2.7. Apoio da estrutura de governança.....	30
3. Resultados da Gestão.....	34
3.2. Eixo Ensino.....	34
3.2.1. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas	34
3.2.2. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito.....	35
3.2.3. Melhoria na qualidade do ensino.....	37
3.3. Eixo Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	39
3.3.1. Fortalecimento da pesquisa institucional.....	39
3.3.2. Consolidação da inovação	40
3.3.3. Expansão e excelência da pós-graduação	41
3.4. Eixo Extensão.....	45
3.4.1. Desenvolvimento local e regional	45
3.4.2. Diversidade e acessibilidade.....	49
3.4.3. Empreendedorismo	50
3.5. Eixo Administração e Planejamento.....	53
3.5.1. Execução da Lei Orçamentária Anual	53
3.5.1.1. <i>Valores pagos por grupo e elemento de despesa</i>	55
3.5.1.2. <i>Gestão de custos</i>	59
3.5.2. Gestão de licitações e contratos	60

3.5.2.1.	<i>Conformidade legal</i>	60
3.5.2.2.	<i>Processos de contratações</i>	61
3.5.2.3.	<i>Contratações mais relevantes</i>	61
3.5.2.4.	<i>Principais tipos de contratações diretas</i>	63
3.5.2.5.	<i>Desafios, Fraquezas e Riscos na Gestão de Licitações e Contratos</i>	64
3.5.2.6.	<i>Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela lei 8.958/1994</i>	65
3.5.3.	Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	67
3.5.3.1.	<i>Conformidade legal</i>	67
3.5.3.2.	<i>Principais investimentos de capital</i>	67
3.5.3.3.	<i>Administração Predial</i>	68
3.5.3.4.	<i>Gestão dos Bens Imóveis</i>	68
3.5.3.5.	<i>Desfazimento de ativos</i>	70
3.5.3.6.	<i>Principais Desafios e Ações Futuras</i>	71
3.5.4.	Sustentabilidade Ambiental	71
3.5.4.1.	<i>Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições</i>	71
3.5.4.2.	<i>Realização de licitações para instalação de usinas fotovoltaica</i>	71
3.5.4.3.	<i>Ações para a redução do consumo de recursos naturais</i>	71
3.6.	Gestão da Tecnologia da Informação.....	73
3.6.1.	Principais sistemas e projetos	75
3.6.2.	Principais metas não atingidas	75
3.6.3.	Segurança da informação	75
3.7.	Gestão de pessoas	77
3.7.1.	Conformidade legal	77
3.7.2.	Avaliação da força de trabalho	79
3.7.3.	Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.....	80
3.7.4.	Detalhamento e despesas de pessoal	81
3.7.5.	Avaliação de desempenho.....	82
3.7.6.	Política de desenvolvimento de pessoal	85
3.7.7.	Programa de Gestão e Desempenho.....	86
3.7.8.	Programa Qualidade de Vida.....	87
3.7.9.	Desafios e ações futuras.....	88
4.	Demonstrações Contábeis	90
4.1.	Balanço Patrimonial.....	90
4.2.	Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	92
4.3.	Balanço Orçamentário (BO).....	94
4.4.	Balanço Financeiro (BF)	96

4.5.	Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)	97
4.6.	Notas explicativas	98
4.6.1.	Estrutura do Instituto Federal do Ceará – IFCE	98
4.6.2.	Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis.....	100
4.6.3.	Resumo dos principais critérios e políticas contábeis	101
4.6.4.	Ativo circulante.....	104
4.6.5.	Caixa e equivalentes de caixa	105
4.6.6.	Créditos a curto prazo	106
4.6.7.	Estoques	106
4.6.8.	VPDs Pagas antecipadamente	107
4.6.9.	Ativo não circulante.....	107
4.6.10.	Realizável a longo prazo	108
4.6.11.	Imobilizado	108
4.6.12.	Bens móveis.....	109
4.6.13.	Bem imóveis	110
4.6.14.	Intangível	112
4.6.15.	Passivo circulante	113
4.6.16.	Fornecedores e contas a pagar.....	113
4.6.17.	Obrigações contratuais.....	115
4.6.18.	Patrimônio líquido	116
4.6.19.	Resultado patrimonial	116
4.6.20.	Variações patrimoniais aumentativas	117
4.6.21.	Variações patrimoniais diminutivas	117
4.6.22.	Execução das receitas orçamentárias.....	118
4.6.23.	Execução das despesas orçamentárias.....	119
4.6.24.	Remuneração com pessoal.....	119
4.6.25.	Restos a pagar	120
4.6.26.	Resultado financeiro.....	120

Mensagem do dirigente máximo

Senhores e Senhoras,



O Instituto Federal do Ceará – IFCE procurou consolidar, em 2022, período pós-pandêmico, as políticas e ações necessárias para aperfeiçoar as rotinas de trabalho e, ao mesmo tempo, avançar estrategicamente em práticas relativas à excelência na educação. Foi necessário reconfigurar e aplicar novos conceitos, possibilidades e limites à forma de gerir a nossa instituição em um novo momento. A adversidade nos fortaleceu, e enfrentamos o recomeço com empatia, tolerância e resiliência. Vamos aos resultados!

Em 2022, quanto ao ensino, a instituição ofertou 581 cursos (266 de formação inicial e continuada– FIC; 160 técnicos; 114 de graduação e 41 de pós-graduação), vinculando 70 mil alunos às nossas 33 unidades de ensino, de acordo com dados disponíveis na [Plataforma emnumeros](#). Além disso, a área de pesquisa e inovação teve 970 projetos, com 1710 participantes (docentes, discentes e técnicos administrativos), ofertou 11 programas de mestrado, 5 deles com a nota de avaliação 4 dos programas pela CAPES. A área da extensão realizou 272 eventos, 6 minicursos, 99 programas e 481 projetos, envolvendo 7584 participantes.

Apesar dos desafios, houve o desenvolvimento da área educacional, dando continuidade ao processo de aprendizado dos nossos alunos, aliado à forma como nós, enquanto instituição pública de ensino, atuamos e fortalecemos a tríade do ensino, pesquisa e extensão.

Para que o nosso planejamento nas áreas-fim alcançasse os objetivos propostos, fez-se necessário o suporte das áreas de administração, gestão de pessoas, tecnologia da informação e das instâncias internas de governança.

Como parte de um esforço contínuo de ampliação da transparência ativa na instituição, iniciada, em 2016, com a publicação do IFCE em Números, elaboramos o [Painel Orçamentário do IFCE](#), onde foram publicadas todas as despesas da instituição desde 2010 e por meio do qual a comunidade escolar pode realizar o controle social dos gastos realizados no âmbito da instituição.

Ainda no que tange ao orçamento, cabe destacar a reformulação da metodologia de distribuição orçamentária no âmbito do IFCE, cujo resultado proporcionou uma divisão mais justa e igualitária do orçamento anual entre as nossas unidades.

Quanto à infraestrutura, em 2022, entregamos 25 obras (10 novas edificações voltadas ao ensino; 7 quadras poliesportivas; 8 reformas diversas) e demos continuidade ao Programa de Sustentabilidade Ambiental, adotando a tecnologia *Light Steel Frame* para a elaboração de projetos de salas de aula e refeitórios, reduzindo a geração de resíduos e a utilização de água na execução das obras. Adotamos o uso de equipamentos e componentes de maior eficiência energética e, entre outras realizações, elaboramos projetos para a instalação de usinas fotovoltaicas, com previsão de potência total instalada em 5MWp até o final de 2023.

Na área da gestão de pessoas, é necessário expressar que a estratégia de seleção para provimento de cargos efetivos, além de atender ao modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), identificou as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada *campus* e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

Diante de tantas realizações, convidamos você a se aprofundar ainda mais nos principais resultados obtidos no ano passado. Para isso, apresentamos de forma transparente a atuação de nossa instituição no ano de 2022, fruto de um trabalho participativo de nossos gestores no desempenho de nossa missão institucional.

Ótima leitura!

José Wally Mendonça Menezes

Reitor do Instituto Federal do Ceará



Visão geral **organizacional** **e ambiente externo**

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1. Sobre a instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.

Atualmente, o IFCE é uma das maiores instituições de ensino técnico e superior do estado do Ceará, com 35 unidades distribuídas em diferentes cidades cearenses. A instituição oferece cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, além de programas de pós-graduação.

Além disso, a instituição também realiza pesquisa e extensão, desenvolvendo projetos que contribuem para o desenvolvimento da região e do país, como a produção de alimentos, o desenvolvimento de tecnologias para a indústria, a preservação do meio ambiente e a promoção da cultura e da cidadania.

O IFCE tem como missão formar profissionais de excelência e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região e do país. Com uma história de mais de um século de educação técnica e superior, a instituição é reconhecida pela qualidade de seus cursos e pelo compromisso com a formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento do país.

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.



VISÃO

Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.



VALORES

Valorizar o compromisso ético com responsabilidade social, respeito, transparência, excelência e determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.



O IFCE é constituída por uma Reitoria e um Polo de Inovação, ambos sediados em Fortaleza, além de 33 unidades acadêmicas que são os locais de oferta dos cursos presenciais da instituição. A reitoria, órgão administrativo central do IFCE, e as unidades acadêmicas, denominadas individualmente de *campus*, estão distribuídas em todas as macrorregiões do estado do Ceará.

Figura 1 – A presença do IFCE no Ceará.

- 1 – [Acaráú](#)
- 2 – [Acopiara](#)
- 3 – [Aracati](#)
- 4 – [Baturité](#)
- 5 – [Boa Viagem](#)
- 6 – [Camocim](#)
- 7 – [Canindé](#)
- 8 – [Caucaia](#)
- 9 – [Cedro](#)
- 10 – [Crateús](#)
- 11 – [Crato](#)
- 12 – [Fortaleza](#)
- 13 – [Guaramiranga](#)
- 14 – [Horizonte](#)
- 15 – [Iguatu](#)
- 16 – [Itapipoca](#)
- 17 – [Jaguaribe](#)
- 18 – [Jaguaruana](#)
- 19 – [Juazeiro do Norte](#)
- 20 – [Limoeiro do Norte](#)
- 21 – [Maracanaú](#)
- 22 – [Maranguape](#)
- 23 – [Mombaça](#)
- 24 – [Morada Nova](#)
- 25 – [Paracuru](#)
- 26 – [Pecém](#)
- 27 – [Polo de Inovação Fortaleza](#)
- 28 – [Quixadá](#)
- 29 – [Reitoria](#)
- 30 – [Sobral](#)
- 31 – [Tabuleiro do Norte](#)
- 32 – [Tauá](#)
- 33 – [Tianguá](#)
- 34 – [Ubajara](#)
- 35 – [Umirim](#)



O IFCE oferece um ensino público, gratuito e de qualidade a todos os cidadãos residentes no município sede das nossas instalações, bem como aos residentes dos municípios circunvizinhos. Ademais, a instituição amplia sua atuação alcançando outros municípios nos quais não tem *campus* instalado, por meio da oferta de seus cursos ofertados na modalidade de ensino a distância.

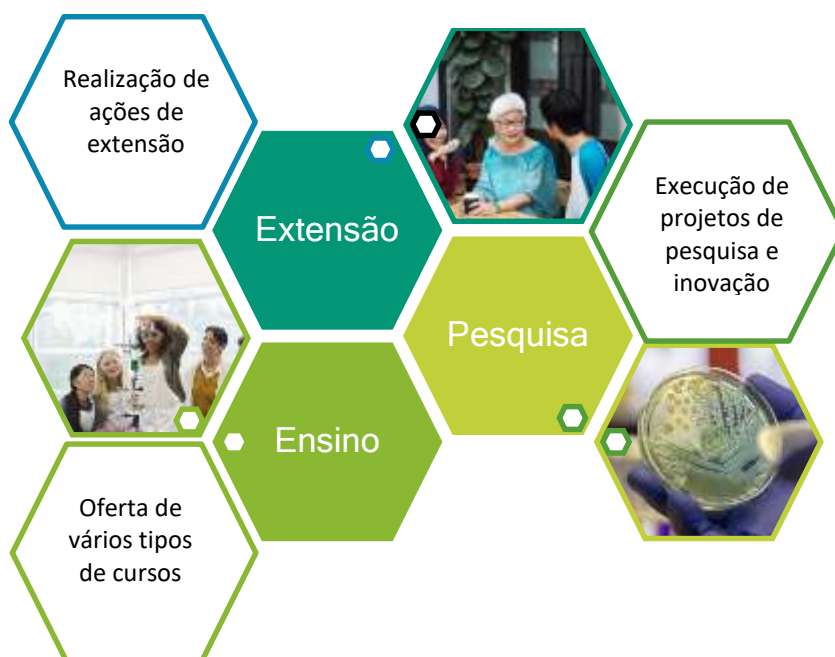
Já as atividades de pesquisa e extensão buscam contribuir para o desenvolvimento regional e nacional por meio da produção de conhecimento e da promoção de ações voltadas para a sociedade.

A pesquisa não é desenvolvida por meio de programas de pós-graduação *stricto sensu*, com mestrado e doutorado, além de grupos de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, como tecnologia, ciências agrárias, saúde, educação, entre outras. Os projetos de pesquisa têm como

objetivo gerar conhecimento científico e tecnológico, promovendo a inovação e a solução de problemas sociais e empresariais.

A extensão, por sua vez, é uma atividade que busca promover a interação entre a instituição e a sociedade, levando o conhecimento produzido na academia para a comunidade e contribuindo para a formação cidadã dos estudantes. Os projetos de extensão compreendem diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, tecnologia, cultura e esporte, envolvendo a comunidade acadêmica e a população local.

Figura 2 - Principais eixos de atuação



Entre os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo IFCE, destacam-se iniciativas como a criação de tecnologias para a indústria, a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, o apoio à agricultura familiar, a promoção da cultura e da cidadania, a formação de professores para a educação básica, entre outras.

Com projetos de excelência e uma equipe de professores e pesquisadores qualificados, o IFCE é reconhecido pela qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A seguir, apresenta-se o endereço de nossas unidades acadêmicas:



ACARAÚ

Av. Des. Armando de Sales Louzada, S/N. 62580-000



ACOPIARA

Rod. Ce 060, km 332, S/N- Vila Martins. 63560-000



ARACATI

Ce 040, km 137.1, S/N Aeroporto. 62800-000



BATURITÉ

Rua Ouvidor Mor Vitoriano Soares Barbosa, 01 Sanharao. 62760-000



BOA VIAGEM

Br 020 km 209, S/N Anafue. 63870-000



CAMOCIM

R. Doutor Raimundo Cals, 2041 Cidade com Deus. 62400-000



CANINDÉ

Rodovia br 020, km 303, s/n Jubaia. 62700-000



CAUCAIA

R. Francisco da Rocha Martins, S/N Pabussu. 61600-050



CEDRO

Alameda Jose Quintino, S/N Prado. 63400-000



CRATEÚS

Av. Doutor Geraldo Barbosa Marques, 567 Venâncios. 63708-260



CRATO

Rodovia ce - 292, Giselia Pinheiro. 63115-500



FORTALEZA

Av. Treze de Maio, 2081 Benfica. 60040-215



GUARAMIRANGA

Sitio Guaramiranga, S/N Centro. 62766-000



HORIZONTE

R. Francisca Cecilia Sousa, S/N Planalto Horizonte 62884-105



IGUATU

Rodovia ce-060 km 05, S/N Cajazeiras. 63503-790



ITAPIPOCA

Av. da Universidade, 102 Madalenas. 62505-090



JAGUARIBE

R. Pedro Bezerra de Menezes, 387. 63475-000



JAGUARUANA

Av. Antonio da Rocha Freitas, 1566 Centro. 62823-970



JUAZEIRO DO NORTE

Av. Gov. Plácido Aderaldo Castelo, 1646 63040-540



LIMOEIRO DO NORTE

R. Estevam Remigio, 1145 Centro. 62930-000



MARACANAÚ

Avenida Parque Central, Distrito Industrial I. 61939-140



MARANGUAPE

Avenida Joaquim Lopes de Abreu, Rodovia Ce - 065. Novo Parque Iracema. 61949-210



MORADA NOVA

Av. Prefeito Raimundo Jose Rabelo, 2717 Julia Santiago. 62940-000



MOMBAÇA

Ce-363, 63610-000 Mombaça - Ce



PARACURU

Rodovia Ce 341, Km 02 Parque Novo Paracuru. 62680-000



PECÉM

Rodovia Ce 422, S/N Km 4. 62674-000



QUIXADÁ

Av. Jose De Freitas Queiroz, 5000 Cedro. 63902-580



SOBRAL

Av. Dr. Guarany, 317 Betania. 62042-030



TABULEIRO DO NORTE

Rodovia Ce 377 Km 2, S/N Sitio Taperinha. 62960-000



TAUÁ

Av. Antonio Teixeira Benevides, 01 Colibris. 63660-000



TIANGUÁ

Rodovia Ce 187, 0 Saída P Vicosa. Aeroporto. 62320-000



UBAJARA

Rua Luiz Cunha, 178 Monte Castelo. 62350-000



UMIRIM

Fazenda Floresta, S/N Floresta. 62660-000



POLO DE INOVAÇÃO

R. Nogueira Acioli, 621 - Aldeota, 60110-140, Fortaleza - Ce



REITORIA

R. Jorge Dummar, 1703, Jardim América, Fortaleza - Ce

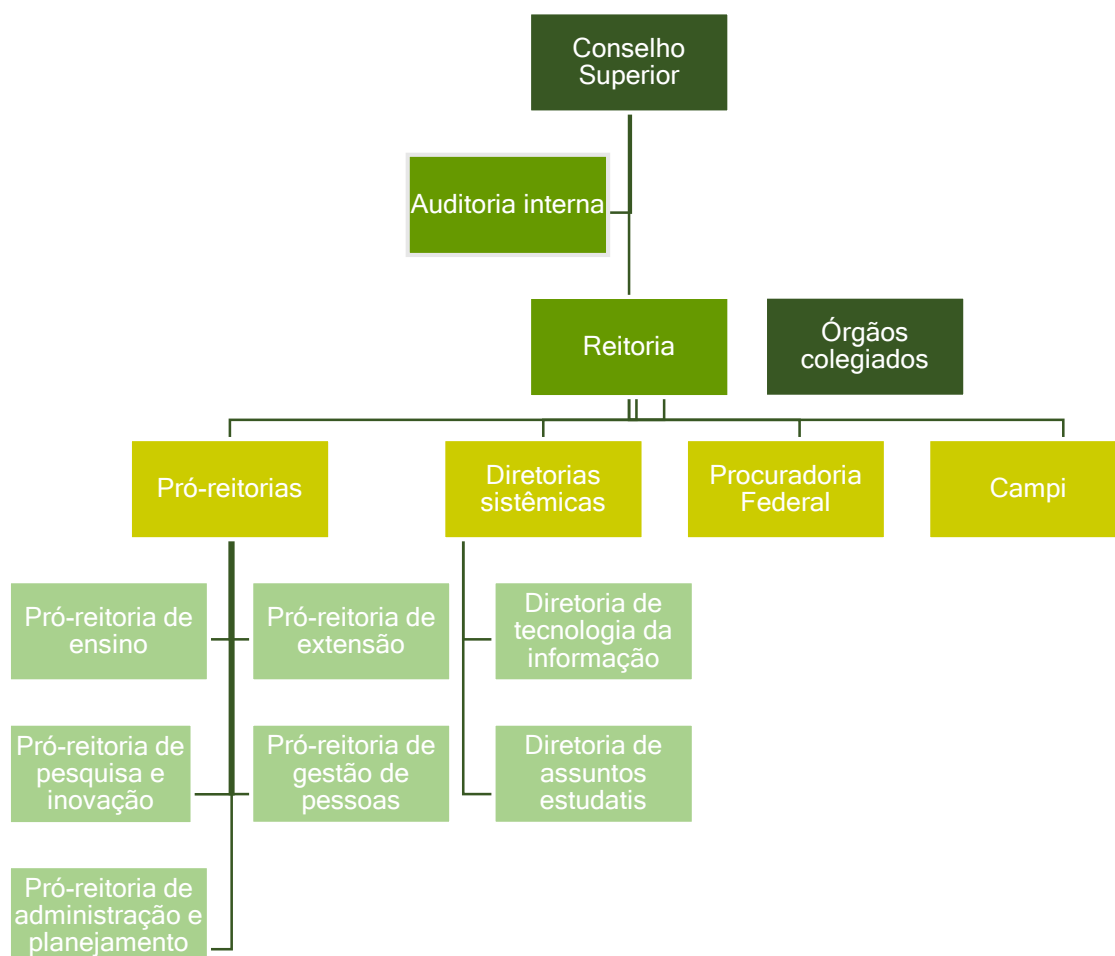
1.2. Estrutura organizacional

Criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, pautado na estruturação multicampi, nos valores da administração pública descritos na Constituição Federal e nas demais legislações pertinentes, o IFCE tem uma organização administrativa que garante uma gestão democrática regrada por um estatuto com instâncias de decisão compostas pela diversidade de segmentos que fazem parte da comunidade institucional.

O estatuto do IFCE, publicado por meio Resolução Consup/IFCE nº 22, de 20 de agosto de 2009, define as competências de seus órgãos colegiados e prevê a existência de um regimento geral que detalha a estrutura organizacional e as competências das unidades administrativas do IFCE.

O Regimento Geral do IFCE, por sua vez, foi publicado por meio da Resolução Consup/IFCE nº 22, de 20 de agosto de 2009, definindo o modelo de gestão da instituição, cuja estrutura pode ser observada na figura a seguir.

Figura 3 - Estrutura organizacional do Instituto Federal do Ceará, 2022



Fonte: <https://siorg.gov.br/siorg-cidadao-webapp/resources/app/organograma.html>

O Conselho Superior (Consup) é o órgão máximo de deliberação do IFCE, responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais da instituição, bem como pela supervisão e fiscalização de suas atividades.

O conselho é composto por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, como professores, técnicos administrativos e estudantes, além de representantes da sociedade civil, o Consup é responsável por aprovar o regimento interno e as normas de funcionamento da instituição.

Já a reitoria é a responsável pela administração geral da instituição e pela implementação de políticas e diretrizes que visam garantir a qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pelos campi.

1.3. Estrutura de governança

A governança corresponde a um conjunto de boas práticas de liderança, estratégia e controle aplicado para avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Nesse sentido, a estrutura de governança visa à transparência, eficiência e redução dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais, a fim de entregar melhores resultados para a sociedade.

No modelo do IFCE, os principais atores estão focados no funcionamento sistêmico dessa área e estão distribuídos, conforme suas respectivas funções, em três agrupamentos: instâncias internas de governança, instâncias internas de apoio à governança e instâncias externas de governança.

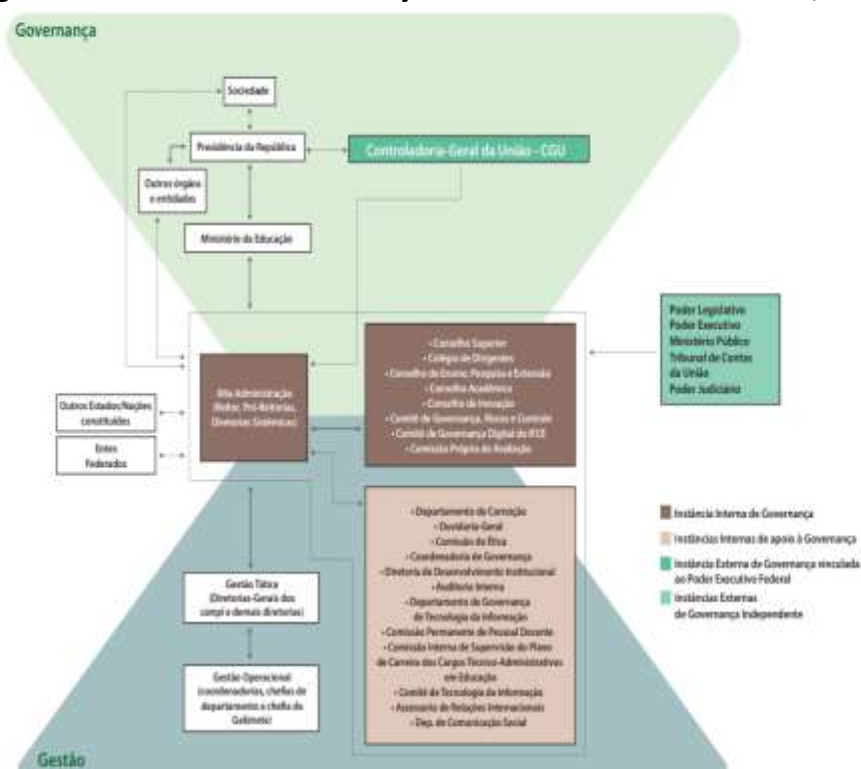
As instâncias internas de governança são órgãos, comitês ou equipes criadas dentro de uma organização com o objetivo de garantir que as decisões e ações tomadas pelos gestores estejam em conformidade com as leis, regulamentos, políticas e valores da instituição. Essas instâncias são responsáveis por monitorar a governança, identificar e gerenciar riscos, garantir a transparência e prestação de contas, e garantir que a instituição esteja agindo de acordo com suas metas e objetivos.

As instâncias internas de apoio à governança são áreas ou departamentos criados dentro de uma organização para fornecer suporte às instâncias de governança, a fim de garantir que a instituição esteja operando com eficiência, eficácia e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Ao fornecer suporte aos órgãos de governança, as instâncias de apoio à governança desempenham um papel fundamental na garantia de que a instituição esteja operando de forma

ética, transparente e responsável, o que, por sua vez, ajuda a aumentar a confiança das partes interessadas.

As instâncias externas de governança referem-se às entidades externas que têm um papel na supervisão, orientação ou regulação das atividades da instituição. Essas instâncias são responsáveis por monitorar o comportamento da instituição em relação às leis, regulamentos e melhores práticas de governança.

Figura 4 - Estrutura de Governança do Instituto Federal do Ceará, 2022



Fonte: [Comitê de Governança, Riscos e Controle — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE.](#)

1.3.1. Instâncias internas de governança

- **Alta Administração**

A alta administração do IFCE é composta pelo reitor, pró-reitores e diretores sistêmicos, que se reúnem e deliberam, com responsabilidade e conhecimento técnico, sobre assuntos estratégicos focados na missão, visão e valores desta organização.



- **Conselho Superior**

O Conselho Superior, instância de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE, que se reúne bimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

- **Colégio de Dirigentes**

O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo e constitui-se no órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Reúne-se uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é órgão de caráter normativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

- **Conselho Acadêmico**

O Conselho Acadêmico é órgão de caráter consultivo dos diversos campi e objetiva subsidiar-se com informações da comunidade e com outras relativas a assuntos administrativos, ao ensino, à pesquisa e à extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

- **Conselho de Inovação**

O Conselho de Inovação é órgão consultivo e deliberativo da área de inovação subordinado à Reitoria e tem por finalidade subsidiar a Diretoria do Polo de Inovação quanto ao atendimento aos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e dos serviços tecnológicos a ser desenvolvidos.

- **Comitê de Governança, Riscos e Controle**

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é responsável por orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes aos objetivos estratégicos, macroprocessos ou projetos, sempre incorporando a visão de riscos à tomada de decisão.

- **Comitê de Governança Digital do IFCE**

O Comitê de Governança Digital do IFCE, instituído pela Portaria Nº 293, de 18 de abril de 2018, é responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de medidas de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do IFCE, em observância ao que dispõe a Portaria Nº 19, de 29 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

- **Comissão Própria de Avaliação**

A Comissão Própria de Avaliação, prevista no art. 11 da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pela Portaria Nº 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação, é órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa em aspectos avaliativos, acadêmicos e administrativos.

1.3.2. Instâncias internas de apoio à governança

- **Assessorias Especiais**

As assessorias especiais do Gabinete do Reitor prestam assessoramento nas diversas atividades finalísticas e administrativas da instituição, auxiliando a gestão na definição de diretrizes e na implementação das ações institucionais.

- **Auditoria Interna**

A unidade de auditoria interna é o órgão técnico de controle vinculado à Reitoria do IFCE que, sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do sistema de controle interno do Poder Executivo federal em suas respectivas áreas de jurisdição, desenvolve atividades de assessoramento essencialmente preventivo à administração, destinado a agregar valor e melhorar as operações da entidade, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno, sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União (TCU).

- **Departamento de Governança de Tecnologia da Informação**

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) e da Reitoria. Entre suas atribuições está a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFCE e a proposição de projetos para a melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado.

- **Departamento de Correição**

O Departamento de Correição do IFCE é um órgão de apoio e assessoramento, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade seccional, cujo objetivo é apurar desvios de conduta de agente público vinculado ao IFCE.

- **Diretoria de Desenvolvimento Institucional**

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional tem por finalidade promover e estruturar as políticas, o planejamento, os marcos legais, a base organizacional e o desenvolvimento institucional.

- **Coordenadoria de Governança**

A Coordenadoria de Governança foi criada pela Portaria N° 999, de 22 de novembro de 2018, do Gabinete do Reitor, e é composta por uma servidora designada para responsabilizar-se pela Unidade de Gestão de Integridade. As competências e atribuições incumbidas a essa coordenadoria foram estabelecidas na Resolução N° 38, de 21 de dezembro de 2020, que alterou o Regimento Geral do IFCE.

- **Ouvidoria-Geral**

A Ouvidoria-Geral é órgão de assessoramento da Reitoria e integrante do sistema de ouvidorias públicas do Poder Executivo federal, constituindo-se em instância de controle e participação social responsável pelo tratamento de manifestações relativas aos serviços públicos prestados pelo IFCE, com vista ao aprimoramento da gestão pública.

- **Coordenadoria de monitoramento das leis de acesso à informação e proteção de dados**

Esta coordenadoria foi criada pela Portaria N° 1.403, de 27 de dezembro de 2021, do Gabinete do Reitor, para monitorar o cumprimento das leis de acesso à informação e proteção de dados e assessorar o controlador na aplicação delas, entre outras funções.

- **Comissão de Ética**

A comissão de ética tem por objetivo estabelecer os princípios norteadores da conduta ética e profissional dos servidores do IFCE, devidamente amparada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, regimento próprio e Código de Conduta Profissional do IFCE.

- **Comissão Permanente de Pessoal Docente**

A Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD presta assessoramento ao reitor do IFCE para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

- **Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE**

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) é órgão consultivo e deliberativo encarregado de acompanhar, orientar, fiscalizar, avaliar e supervisionar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em

Educação, além de auxiliar a alta administração nas políticas atinentes ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

- **Departamento de Comunicação Social**

Articula em parceria com a comunicação dos campi, a divulgação das atividades institucionais para os públicos interno e externo, define as diretrizes de comunicação institucional e implanta políticas de comunicação.

- **Assessoria de Relações Internacionais**

A assessoria de relações internacionais elabora, propõe e coordena a execução das políticas de cooperação institucional e internacional do IFCE. Além de promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre a entidade educacional e outros órgãos nacionais e internacionais, também assessora o IFCE quanto à sua política e tomada de decisão.

1.3.3. Estruturas de governança externas

O IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como: auditoria independente, conselhos externos entre outros.



Gestão de riscos e controles internos

2. Gestão de Riscos e Controles

Entende-se como risco a probabilidade de ocorrência de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de riscos compreende o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos.

Consciente de que a gestão de riscos é fator fundamental para os avanços institucionais e favorece a administração da coisa pública, com probidade e respeito aos princípios constitucionais consagrados, como forma de melhorar a comunicação e auxiliar o controle interno e a gestão de riscos, instituiu-se o modelo das linhas de defesa, com definição de responsabilidades de todos os envolvidos no processo, conforme ilustra a imagem a seguir:

Figura 5 - Linhas de Defesa do IFCE



Fonte: [Comitê de Governança, Riscos e Controle — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE](#)

Cada uma dessas barreiras possui suas funções específicas, de modo que cada área possa compreender todo o processo e atuar de forma tempestiva, oferecendo a resposta esperada de cada linha de defesa.

Na primeira linha de defesa, os gestores das áreas gerenciam os riscos, têm propriedade sobre eles e são responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. A segunda linha de defesa monitora o gerenciamento de riscos da instituição,

verifica as conformidades, desenvolve o controle interno e aprimora a primeira linha de defesa. Já a terceira linha, de forma independente, avalia a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, inclusive como a primeira e a segunda linha alcançam os objetivos estratégicos, além de propor melhorias.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos do IFCE vem avançando gradualmente, sendo possível observar avanços que abrangem a metodologia utilizada, a definição de ferramenta para um gerenciamento eficiente e o modo de execução, elementos componentes da primeira etapa de processo de implementação da gestão de riscos.

Em 2022, houve a análise do Plano de Integridade do IFCE (2022-2024) já na primeira reunião do Comitê de Governança, Risco e Controle e a priorização de pontos sensíveis e de alta probabilidade de ocorrência, como: os apontamentos do Levantamento de Governança e Gestão do TCU, as recomendações da Audin e da CGU, a verificação do cumprimento do Plano de Dados Abertos, a necessidade de atualização da Política de Gestão de Riscos, a aprovação da metodologia baseada em risco adotada pela Auditoria Interna e do mapeamento de processos capitaneado pela PROAP e a adesão à plataforma FOR RISCO, após estudos e aprovação, como instrumento de gerenciamento de riscos do IFCE, conforme atas do Comitê de Governança, Risco e Controle.

Além disso, fomentou-se a capacitação dos servidores, mediante eventos, seminários, criação de projeto e divulgação de conteúdos *on-line* disponibilizados pelo Governo Federal sobre assuntos vinculados a governança, a integridade, gestão de riscos, controladoria no setor público, ética pública, transparência e prestação de contas.

O IFCE vem se empenhando no fortalecimento dos controles internos, na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos às suas atividades e aprimorar a concretização dos objetivos estratégicos, destacando-se as iniciativas detalhadas a seguir.

2.1. Mapeamento de processos

Esse controle sistemático permite identificar dificuldades no processo, aplicar melhorias e evitar retrabalho e falhas procedimentais que impactam negativamente nos resultados, possibilitando à instituição a adoção de medidas capazes de otimizar os serviços.

O fomento ao mapeamento de processos vem sendo impulsionado por ações da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – PROAP, que, além de executá-lo, realiza capacitações dos setores consoante os objetivos estratégicos da instituição e, com vista à transparência, realiza a

consolidação de todos os processos mapeados e os divulga na página https://gestao.ifce.edu.br/projects/mapeamento-de-processos/issues?query_id=747.

2.2. Plano de integridade

Atendendo às orientações da CGU, foi criado o Plano de Integridade do IFCE, que demonstra o comprometimento da alta administração da instituição em manter os elevados padrões éticos, de transparência e de condutas ilibadas. A elaboração do Plano de Integridade e o acompanhamento de sua execução são realizados pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle junto com a Coordenadoria de Governança, que é a unidade de gestão de integridade. O documento ainda conta com a colaboração de outras unidades, como: Ouvidoria, Departamento de Correição, Comissão de Ética, Coordenadoria de Monitoramento das Leis de Acesso à Informação e Proteção de Dados e Auditoria Interna, que auxiliam a gestão na prevenção, detecção e punição de atos de fraudes e corrupção.

O plano apresenta o mapa de gestão de riscos, que, vinculado ao assunto “integridade”, indica os riscos e os tratamentos por executar no âmbito da comissão de ética, da correição, da auditoria, da ouvidoria, do conflito de interesse e nepotismo, da gestão da integridade, transparência e outras áreas que possam contribuir para realização dos tratamentos aos riscos.

Como forma de monitoramento é apresentado um relatório anual à Controladora-Geral da União e à sociedade, com o quantitativo de processos analisados nas áreas de integridade, ações executadas do plano de integridade e capacitações realizadas no durante o ano. O documento está disponível na página do Comitê de Governança, Riscos e Controle: <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle>.

2.3. Acompanhamento das recomendações da CGU e AUDIN

Os processos das pró-reitorias, diretorias sistêmicas, *campi* e demais setores do IFCE são fiscalizados, em conformidade com o PAINT, pela auditoria interna, a qual, a partir dos resultados, apresenta, em relatório, recomendações às diversas unidades se ajustes forem necessários. Por outro lado, a Controladoria-Geral da União emite as recomendações pertinentes ao órgão ou a todos os órgãos com atividades finalísticas afins com base em fiscalizações específicas. De qualquer

modo, tanto as recomendações da Audin quanto as da CGU atualmente são acompanhadas de forma mais célere, eficiente e econômica mediante o sistema E-AUD.

Destaca-se o bom desempenho da governança do IFCE em relação ao atendimento das recomendações da Audin. Em março de 2021 havia o registro de 564 recomendações da Audin pendentes de implementação, registradas no sistema E-AUD. Porém, a partir da adoção de ações de capacitação dos gestores, somado ao monitoramento conjunto do Gabinete do Reitor e da Auditoria Interna, em dezembro de 2022, esse número havia sido reduzido para 300 pendências, ou seja, uma diminuição de aproximadamente 46%.

Quadro 1 - comparativo das recomendações da Audin por unidade (2021/2022).



Fonte: Auditoria Interna do IFCE, 2022.

2.4. Comitê de Governança, Risco e Controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é composto pela alta administração do IFCE. Iniciou seus trabalhos em 30 de outubro de 2018 e, logo após, realizou o mapeamento dos riscos relacionados à integridade. Durante o ano, o Comitê deliberou sobre vários assuntos de gerenciamento de riscos e governança, que podem ser consultados nas atas de reunião.

Ademais, as principais informações do Comitê estão disponíveis no link: <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle>.

2.5. Avaliação Institucional

Além de ser um instrumento de autoavaliação interna exigido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), subsidia os processos de planejamento e desenvolvimento institucional e proporciona uma reflexão contínua sobre o desempenho do IFCE, permitindo a revisão sistemática de sua atuação, considerando o cumprimento de sua missão, o alcance de seus objetivos e o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados.

2.6. Fomento à transparência ativa

O IFCE busca constantemente promover mais transparência às ações institucionais, seja com a expedição de normativos, como o Plano de Dados Abertos, seja com o fomento à transparência ativa, por intermédio de sistema e disponibilização na internet.

No sítio eletrônico, há a parte de acesso à informação, que dispõe de dados gerais sobre a instituição, como informações institucionais, auditorias, dados abertos, perguntas frequentes, servidores, convênios, transferências, licitações, contratos, programas, etc.

Ademais, o IFCE adotou mais duas ferramentas de transparência: o Painel do Orçamento do IFCE (<http://orcamento.ifce.edu.br/>) e a Plataforma em Números (<https://emnumeros.ifce.edu.br/>), dispondo o último informações mais aprofundadas de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e acompanhamento de objetivos estratégicos descritos do PDI, inclusive por *campus*, visando a ampliar o nível de governança e fortalecer a transparência ativa no âmbito do IFCE.

2.7. Apoio da estrutura de governança

A governança do IFCE planeja de forma sistêmica suas ações para alcançar os objetivos estratégicos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é uma ferramenta de gestão definidora de estratégias para um período de cinco anos.

Nesse sentido, a alta administração reúne-se periodicamente para rever ações já realizadas e pensar melhorias que garantam a eficiência administrativa e possibilitem a realização dos objetivos estratégicos, o que se reflete em eventos, como as reuniões de planejamento, reuniões dos comitês, encontro de gestores, capacitação de gestores e servidores, fóruns, seminários e palestras, com intuito de aprimorar a governança pública, conscientizar os servidores do seu papel

no processo de governança, acompanhar e reportar o progresso de ações, assegurar a conformidade com a legislação, avaliar o desempenho da instituição e elevar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

Além disso, o IFCE publica, desde 2012, o Anuário Estatístico do Instituto Federal do Ceará, um documento que contempla informações relacionadas aos cursos ofertados pela instituição, às atividades de pesquisa e extensão, à gestão, ao perfil do discente e dos servidores e às atividades comunitárias internas e externas, constituindo-se em instrumento de apoio gerencial e de planejamento, além de contribuir para assegurar a transparência institucional.

Ressalta-se que as boas práticas de governança implementadas no IFCE, mesmo que paulatinamente, se refletem em ações e resultados notáveis na sociedade, dentre os quais se destacam:

- **embarque de estudante do IFCE para intercâmbio em Canadá** (<https://ifce.edu.br/tiangua/noticias/estudante-do-campus-tiangua-embarca-para-o-canada>);
- **IFCE conquista 22 medalhas na Olimpíada Brasileira de Matemática** (<https://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/ifce-fatura-20-medalhas-na-olimpiada-brasileira-de-matematica>);
- **alunos do IFCE – campus Itapipoca são premiados em Olimpíada Nacional de Matemática** (<https://ifce.edu.br/itapipoca/noticias/alunos-do-ifce-campus-itapipoca-sao-premiados-em-olimpiada-nacional-de-matematica>);
- projeto Vem Integrar como projeto de extensão voltado a capacitar servidores, colaboradores e pessoas da comunidade externa em integridade e governança;
- projeto Mentoria em Liderança Estratégica para os diretores-gerais, chefes de departamento de ensino e administração e chefias de gabinete;
- seminário de iniciação ao serviço público para os novos servidores do IFCE;
- análise do IGG-TCU com cada área responsável pela respectiva resposta ao questionário;
- adoção da For Risco como ferramenta de gerenciamento de riscos do IFCE;
- apresentação de boas práticas do IFCE no seminário de boas práticas de integridade e governança da CGU-CE;
- aprovação do Plano de Integridade;
- implementação do Programa de Gestão e Desempenho – PGD no IFCE (<https://ifce.edu.br/progep/programa-de-gestao>);
- conquista do prêmio "Universidade Empreendedora do Ano" no Ceará Awards, iniciativa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará – Secitece (<https://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/ifce-vence-o-premio-universidade-empresendedora>);
- reconhecimento dos cursos Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que recebeu conceito 4, e Licenciatura em Pedagogia, que atingiu conceito 5, nota máxima da avaliação, no campus Canindé (<https://ifce.edu.br/caninde/noticias/avaliacao-do-mec-analise-e-desenvolvimento-de-sistemas-recebe-nota-4-e-pedagogia-garante-nota-maxima>);
- reconhecimento do dois cursos superiores de Tianguá, de computação e licenciatura em Letras Português/Inglês receberam nota máxima na avaliação do MEC. (<https://ifce.edu.br/tiangua/noticias/licenciatura-em-letras-do-ifce-tiangua-recebe-nota-maxima-do-mec-1>)

- terceiro lugar entre as entidades federais do Brasil e primeiro lugar entre as entidades federais do Ceará na Pesquisa com servidores públicos federais sobre Integridade Pública

(<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/Pesquisa+de+Integridade+P%C3%BAblica/FMfcgzGqRQJkkHLwFWxPvfrfTpQsRVSG?projector=1&messagePartId=0.1>)

Ante o exposto, percebe-se que o IFCE segue implementando melhorias regulatórias, fomentando o aumento da capacidade de resposta e de confiabilidade e fortalecendo a comunicação com a sociedade, a transparência, o controle e a integridade.

Não obstante todos os desafios enfrentados por uma instituição de grande porte, esta instituição vem obtendo êxito na entrega de uma educação de qualidade à sociedade ao passo que fornece ao mercado de trabalho mão de obra mais qualificada, projetos inovadores e avanços tecnológicos, além de promover uma relação transformadora para a sociedade mediante a integração do conhecimento acadêmico e cultural.



Resultados **da gestão**

3. Resultados da Gestão


3.2. Eixo Ensino

Mensagem da Pró-Reitora de Ensino – Cristiane Borges Braga

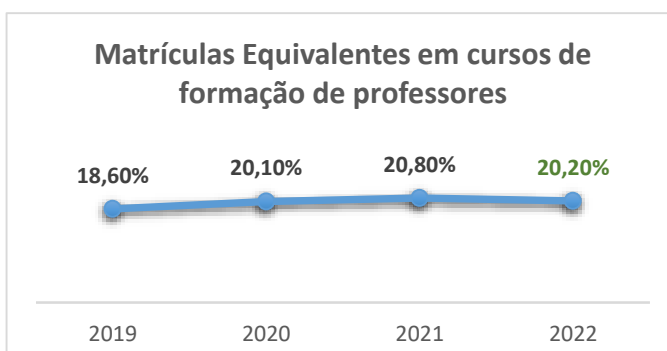


O Relatório Anual de Gestão, no âmbito do ensino, é um instrumento relevante para o aprofundamento dos números institucionais, bem como favorecer o planejamento das ações, mitigar impactos, construir estratégias e políticas de acesso, permanência e êxito. Em relação às informações sistematizadas ao longo do texto, cabe mencionar que os dados foram extraídos da Plataforma em números e do sistema Q-acadêmico. Por fim, cabe mencionar que o relatório servirá como norteador para a análise das ações, assim como a revisão e construção de políticas para o ensino do Instituto Federal do Ceará.

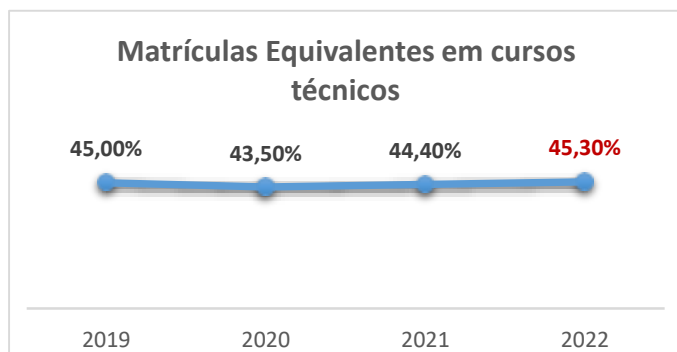
3.2.1. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Ampliação do número de estudantes egressos com êxito.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Matrículas equivalentes em cursos de formação de professores• Matrículas equivalentes em cursos técnicos• Matrículas equivalentes em educação de jovens e adultos (cursos de EJA)	<ul style="list-style-type: none">✓ Mínimo de 20% das matrículas totais✓ Mínimo de 50% das matrículas totais✓ Mínimo de 10% das matrículas totais

No indicador referente às matrículas em cursos de formação de professores, o Instituto Federal do Ceará manteve-se com resultado ajustado à meta legal estabelecida, que é de 20% do total de matrículas. O resultado vem se mantendo estável na série histórica, evidenciando que o planejamento



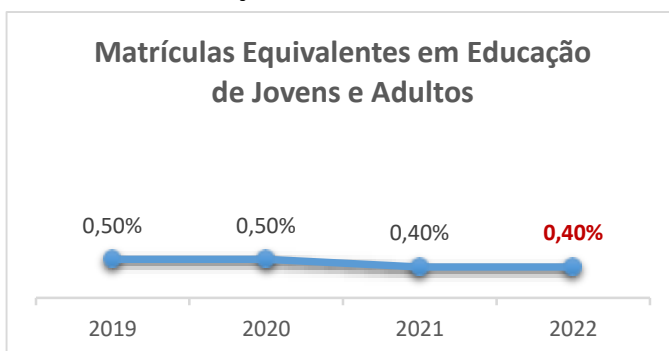
para a criação de novos cursos e o dimensionamento da oferta tem sido eficaz para o cumprimento da legislação.



A meta legal referente à 50% das matrículas em cursos técnicos até 2023, ainda não foi alcançada em 2022. Em 2020, em virtude da pandemia de COVID-19, houve a necessidade de reorganizar o ensino e, com isso, os resultados da série histórica foram impactados. Já no ano seguinte os resultados


mostraram a retomada da melhora nesse indicador e, em 2022, a variação positiva mostra uma tendência de uma melhoria contínua, inclusive superando o período pré-pandemia. A perspectiva é de que os resultados dos próximos anos consolidem o movimento de aumento desse percentual até o atingimento da meta legal.

O indicador referente às matrículas em cursos de Educação de Jovens e Adultos retrata a necessidade de ações para implementar cursos deste tipo na instituição. A meta para 2023 é de 10% das matrículas e o IFCE tem se mantido com resultados inferiores a 1% das matrículas. Vale ressaltar que esse é um problema de, praticamente, toda a rede federal.



3.2.2. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito

Objetivos estratégicos:



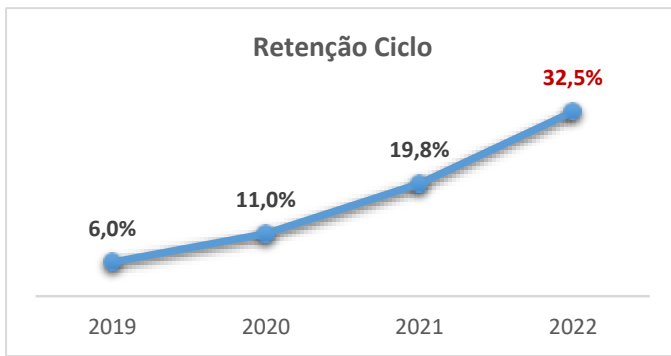
Ampliação do número de estudantes egressos com êxito.

Indicador de desempenho:

✓ Retenção ciclo

Meta planejada até 2023


✓ Máximo de 7% de retenção



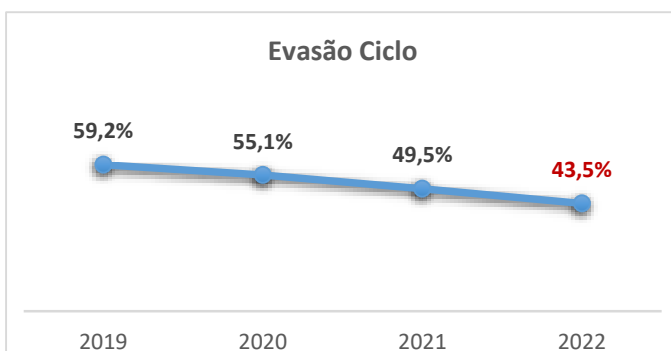
tocante à comunidade acadêmica.

Os impactos dessas medidas ainda devem ser percebidos nos próximos anos, em 2022, por exemplo, o resultado se afastou ainda mais da meta estabelecida para esse indicador. O aumento significativo no número de trancamentos de matrículas nos cursos técnicos e de graduação durante o período de pandemia desponta como principal causa dessa variação negativa na retenção.

A redução do percentual do indicador Retenção Ciclo deverá acontecer nos próximos anos, a medida que o fluxo acadêmico, principalmente dos estudantes diretamente impactados pela pandemia, for se regularizando.

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Reduzir a evasão existente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Evasão ciclo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Máximo de 10% de evasão

Há alguns anos a instituição vem implementando ações de combate à evasão e isso pode ser percebido na série histórica do indicador Evasão Ciclo, que tem registrado variação positiva nos




últimos anos. Vêm sido desenvolvidas atividades acadêmicas e administrativas visando a permanência dos estudantes na instituição e, por conseguinte, a ampliação do índice de conclusão.

Esse processo de redução da evasão estudantil é processual, com resultados positivos a médio e longo prazo, a partir do fortalecimento da qualidade do desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas, estabelecidas no Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE. Em 2022 o resultado ainda se mostra distante da

meta estabelecida, mas a contínua melhoria no indicador evidencia que ações implantadas estão tendo efeito positivo.

Objetivos estratégicos:



Preencher as vagas ofertadas.

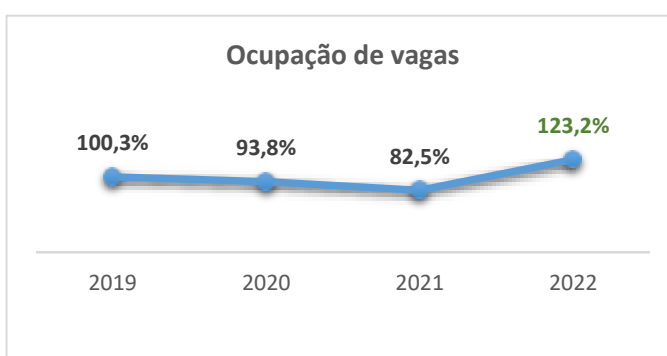
Indicador de desempenho:

- Ocupação de Vagas

Meta planejada até 2023


- ✓ Ocupação de 100% das vagas ofertadas

O resultado apresentado no gráfico ao lado mostra a superação da meta estabelecida no PDI de 2022. As possíveis causas podem estar relacionadas as vagas reservadas para diplomados e transferidos, assim como vagas remanescentes de semestres anteriores.



3.2.3. Melhoria na qualidade do ensino

Objetivos estratégicos:



Melhorar os indicadores da qualidade de ensino.

Indicador de desempenho:

- Índice geral de cursos (IGC)
- Conceito preliminar de curso (CPC)
- Desempenho ENADE
- Relação Aluno-Professor (RAP)
- Taxa de Conclusão Ciclo

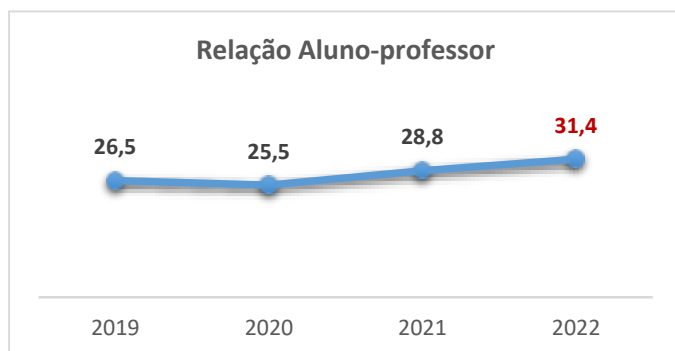
Meta planejada até 2023

- ✓ Alcançar IGC 5
- ✓ Alcançar CPC 5 para toda a instituição
- ✓ Nota 5 para todos os cursos avaliados
- ✓ 20 alunos por docente
- ✓ 83% de conclusão

Em 2022 o INEP não divulgou o resultado dos indicadores de Índice Geral de Cursos (IGC) e Conceito Preliminar de Curso (CPC). Em 2021, o desempenho do IFCE nesses indicadores foi na ordem de 3 e 3,3, respectivamente.

Em 2022, o INEP divulgou os resultados dos cursos avaliados no ENADE de 2021. No IFCE foram quarenta e dois cursos avaliados, onde nove obtiveram conceito 4, vinte e três obtiveram conceito 3 e dez cursos obtiveram conceito 2.

São 32 cursos com resultado satisfatório ou bom, mas os dez cursos com resultado insatisfatórios refletem o impacto de uma avaliação realizada em plena pandemia de COVID-19, com estudantes ainda em adequação à nova realidade acadêmica. Acredita-se que em situação normal esse resultado teria sido melhor.

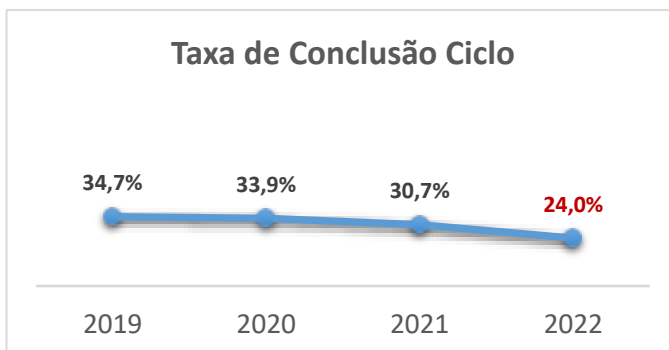


O indicador referente à relação aluno-professor, está acima da meta estabelecida e variou para mais nos dois últimos anos. A redução da evasão e os aumentos da retenção e da oferta pesam no equilíbrio dessa relação, onde o quantitativo de alunos

tem crescido em proporção maior que o do corpo docente.

O indicador taxa de conclusão ciclo tem apresentado resultados com variação negativa nos últimos anos, período referente à pandemia de COVID-19 e pós pandemia.

O aumento da retenção está diretamente ligado à redução da conclusão. As medidas adotadas para manter os estudantes vinculados aos cursos surtiram o efeito esperado, porém a regularização do fluxo acadêmico desses estudantes ainda está em curso. Há expectativa de que nos próximos anos esses resultados possam variar positivamente.




3.3. Eixo Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

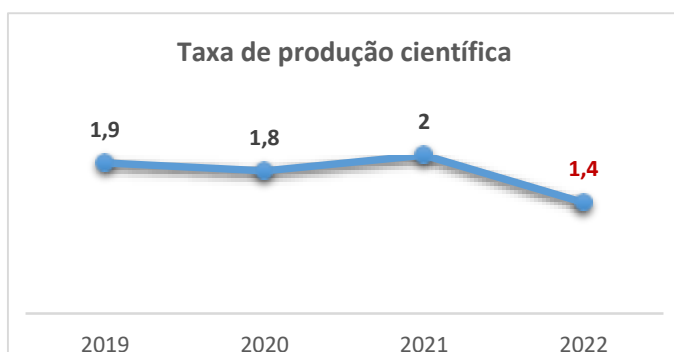
Mensagem do Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação – Joélia Marques de Carvalho



O ano de 2022, foi um momento de recomeço, com novos desafios após a pandemia de Covid-19 que assolou o mundo nos anos de 2020 e 2021. Desta forma, apresentamos o relatório das atividades de pesquisa e inovação desenvolvidas na Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPI), mostrando as nossas ações institucionais, mas também os grandes desafios a serem superados ao longo da gestão. Sabemos que esse foi um tempo difícil, mas 2022 nos mostra que sempre é possível, e que pesquisa, ciência e inovação são diferenciais não só para o IFCE, mas para toda a humanidade.

3.3.1. Fortalecimento da pesquisa institucional

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.	<ul style="list-style-type: none">Taxa de produção científica	<ul style="list-style-type: none">✓ Média de 2 produções anuais por pesquisador




A pesquisa acadêmica é fruto de um trabalho que se inicia no projeto de pesquisa, envolve sua execução e a publicação científica é a culminância desse processo. Em média, os projetos de pesquisa têm duração entre 12 a 36 meses, podendo ter o tempo estendido a depender da

complexidade do tema a ser estudado. Essa discussão é necessária para entender que o impacto da pandemia nos indicadores do PDI somente será medido agora, justamente porque as publicações advindas dos projetos dos dois anos anteriores estão se revelando agora.

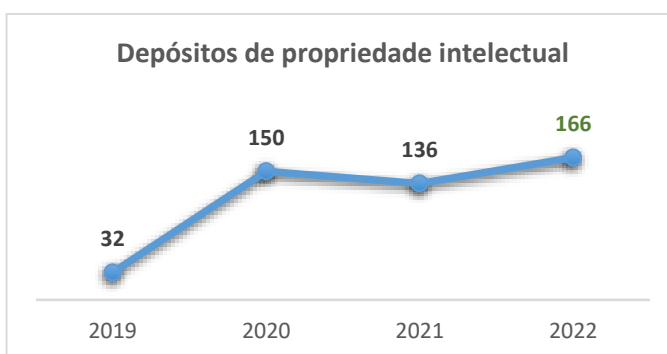
Nesse contexto, é natural que a produção acadêmica tenha uma redução de seu indicador, visto que a publicação sempre se refere à pesquisa realizadas e com dados publicáveis de anos anteriores. Considerando que os dois anos anteriores foram de pandemia, e algumas áreas foram bastante afetadas no contexto da necessidade de isolamento social, inviabilizando o uso de laboratórios, acesso a campo de pesquisa, dificuldades de coleta de dados e informações, isso se reflete diretamente no indicador.

Contudo vale ressaltar que embora na situação atípica da pandemia, a média da produção acadêmica dos últimos quatro anos foi de aproximadamente 1,8, próxima da meta estabelecida para o PDI atual.


3.3.2. Consolidação da inovação

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.	<ul style="list-style-type: none">Depósitos de propriedade intelectual	✓ Total de 144 registros

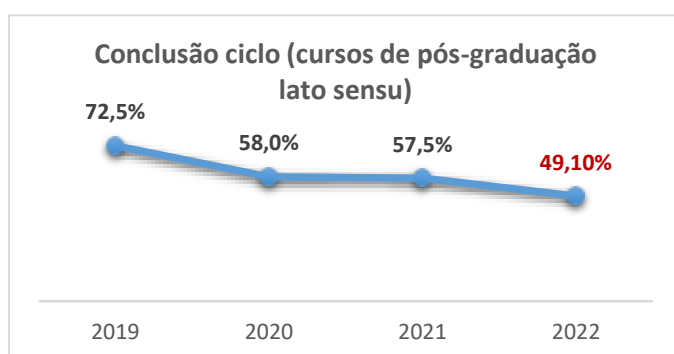
A meta para o indicador “Quantidade de produtos tecnológicos resultantes em ativos de propriedade intelectual”, conforme revisão realizada em 2022, foi de 180 depósitos e registros de propriedade intelectual até 2023. Referida atualização elevou a meta de 144 para 180 depósitos ou registros, tendo em vista que a meta anteriormente imposta já havia sido ultrapassada em 2021. Até dezembro de 2022, registram-se **166 depósitos e registros de propriedade intelectual**, o que representa mais de 90% da meta estabelecida para o quinquênio.



3.3.3. Expansão e excelência da pós-graduação

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação</p>	<ul style="list-style-type: none">• Conclusão de ciclo <i>lato sensu</i>• Conclusão de ciclo <i>stricto sensu</i>	<ul style="list-style-type: none">✓ Mínimo de 70% de conclusão por curso✓ Mínimo de 70% de conclusão por curso

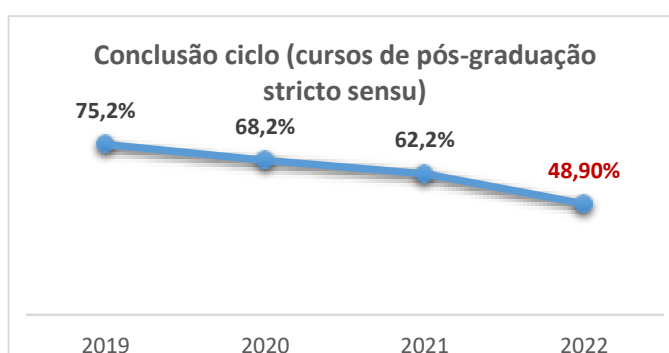
O IFCE cumprindo a sua finalidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica à pós-graduação, conta atualmente com 37 cursos *lato sensu* em diversas áreas, nas modalidades: presencial e EaD, distribuídos em 23 *campi*. Além disso, no ano de 2022 estavam matriculados nesses cursos 785 alunos, principalmente em *campi* localizados no interior do Estado.



Outra ação importante da pós-graduação lato sensu foi a parceria realizada entre o IFCE e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA) para realização do Projeto de Inovação Pública: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO ESTADO DO CEARÁ E

APRIMORAMENTO DOS ATORES PARA APLICAÇÃO DOS SEUS INSTRUMENTOS e também a ação de capacitação de 400 (quatrocentos) agentes municipais do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SIEMA), com a especialização em Gestão Ambiental e captação de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em recursos financeiros para custeio e capital de cada um dos 10 (dez) *campi* envolvidos no projeto.

Quanto aos programas *stricto sensu* do IFCE, cumprindo a sua missão de atuação, fortalecimento e crescimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, além de se lançar como locus de formação na pós-graduação não apenas na especialização, mas, sobretudo, nos cursos de mestrado e doutorado, tanto profissional e também acadêmico, incorporando a pesquisa aplicada como método viável para desenvolver soluções



práticas e factíveis para as empresas e sociedade.

Nesse sentido, os 11 (onze) programas de mestrado no IFCE, contribuíram no ano de 2022 com a formação de excelência, colocando à disposição da sociedade 140 (cento e quarenta) profissionais com títulos de mestre. Além disso, é importante destacar a entrada de mais um curso de mestrado profissional em Educação Física (ProEF), na região metropolitana, no Campus Caucaia, fortalecendo ainda mais a pós-graduação.

Uma informação importante sobre a pós-graduação *stricto sensu* do IFCE em 2022, foi a nota de avaliação dos programas pela CAPES, uma vez que 5 (cinco) deles alcançou nota 4, a saber:

- PGTGA - Tecnologia e Gestão Ambiental
- PPGCC - Ciência da Computação
- PPGARTES - Programa de Pós-Graduação em Artes
- PROFNIT - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
- MNPEF - Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física

O conceito 4(quatro), de acordo com a CAPES, corresponde a um bom desempenho dos programas e é fruto da dedicação e do trabalho em equipe da gestão, docentes, alunos e técnicos administrativos envolvidos com os programas. O reflexo desses resultados é a possibilidade de os programas submeterem propostas de doutorado, consolidando ainda mais a identidade do IFCE de verticalização do ensino.

Outro aspecto que chama a atenção é a procura pela pós-graduação *stricto sensu* do IFCE, pois em 2022 se inscreveram 1.690 candidatos à procura das vagas 238 vagas oferecidas pelos programas. Isso demonstra a credibilidade, consolidação e fortalecimento dos programas, apesar de serem ainda jovens.

A produção qualificada contribui com esse crescimento e melhoria da avaliação dos programas, uma vez que há preocupação de toda equipe com a produção qualificada, com publicação de artigos em periódicos reconhecidos e bem avaliados. Nessa perspectiva, foram publicados:



Merece destaque ainda, outros indicadores dos 13 (treze) programas de pós-graduação do IFCE, em 2022:

Tabela 1 - Dados da pós-graduação stricto sensu IFCE 2022

Quantidade de alunos ingressantes em 2022	225
Quantidade alunos cursando em 2022	428
Propriedade intelectual submetidas ou aprovadas em 2022: marcas, patentes, software, produção artística, etc	16
Qdade produtos tecnológicos produzidos pelos programas em 2022	42
Qdade projetos aprovados com fomento interno pelos programas em 2022	30
Qdade projetos aprovados com fomento externo pelos programas em 2022	44
Qdade alunos bolsistas nos programas acadêmicos do IFCE em 2022	70

Os indicadores demonstram que o IFCE tem cumprido seu objetivo de fortalecimento da pós-graduação com atividades que potencializam a qualificação e ampliam conhecimentos formando um profissional mais completo, com visão sistêmica e aprofundada sobre a área que atua no mercado. Nesse sentido, os alunos realizam pesquisas e projetos juntamente com docentes, envolvem-se na produção e publicação de livros e artigos, desenvolvem propriedade intelectual e produtos tecnológicos.

Outra preocupação da pós-graduação do IFCE é a oferta de bolsas para que os alunos possam fazer seu curso com dedicação exclusiva ao seu projeto de pesquisa. Nesse sentido, 70 (setenta) alunos foram beneficiados com bolsas nos programas de mestrado acadêmico, uma vez que esta ação é um instrumento necessário para permanência e êxito dos estudantes, pois assegura seu rendimento e contribui com a sua qualificação.

Vale ressaltar a parceria realizada entre o IFCE e a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME), com interveniência da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do IFCE com o objetivo de formar, em nível de mestrado, professores, gestores e técnicos da SME, para aprimoramento das práticas didático-pedagógicas que resultem na efetiva aprendizagem dos alunos. Essa iniciativa procurou fortalecer a relação interinstitucional e qualificar os profissionais que atuam no sistema municipal de ensino em busca de excelência.

Estão envolvidos neste projeto dois programas *stricto sensu* do IFCE na formação de 30 (trinta) docentes da SME. O de Ensino e Formação Docente (PPGEF) que embasa suas pesquisas na formação e o trabalho docente como práxis, na atitude de indissolubilidade teoria e prática com

discussões relativas à docência como um agir intencional mediado por processos metodológicos, que promovam o acesso ao conhecimento das diferentes áreas da educação básica.

Outro programa envolvido nesse projeto é a Pós-Graduação em Artes (PPGARTES) cujo objetivo está relacionado à formação de docentes da educação básica, no ensino de artes e suas relações teóricas e práticas, por meio das várias linguagens artísticas como oportunidade para formar cidadãos com visão crítica e social desde a infância, com metodologias de experimentação, de novas descobertas e contextualização sociocultural que sejam capazes de articular saberes relacionados a criatividade, autonomia, trabalho em equipe e exteriorização de pensamentos e sentimentos.

Portanto, o fortalecimento e crescimento da pós-graduação do IFCE beneficia o desenvolvimento da pesquisa, favorece a empregabilidade, promove a articulação com o mercado por meio de produtos tecnológicos e propriedade intelectual, além de atender às demandas da sociedade com o conhecimento produzido.

3.4. Eixo Extensão

Mensagem do Pró-Reitora de Extensão – Ana Cláudia Uchoa Araujo



O ano de 2022 representou o retorno à presencialidade pós-pandemia de COVID-19. Constituiu-se um desafio o sair de casa, em face do receio de contágio, ao tempo em que víamos o avanço da ciência, representado pela imunização em massa. Nesse período de recomeço ao presencial, a Extensão do IFCE continuou a mostrar a sua pujança e compromisso com a sociedade através de suas mais variadas atividades. Avançamos no processo de Curricularização da Extensão, através da construção dos marcos regulatórios, do Guia de Curricularização da Extensão, de eventos sobre essa temática, dentre outras ações.

Por fim, registramos que o IFCE se fortalece através da Extensão, que é a antessala institucional, apresentando a nossa instituição às comunidades e, ao mesmo tempo, interagindo e aprendendo-ensinando com elas, numa contínua troca de saberes.

3.4.1. Desenvolvimento local e regional

Objetivos estratégicos:



Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais.

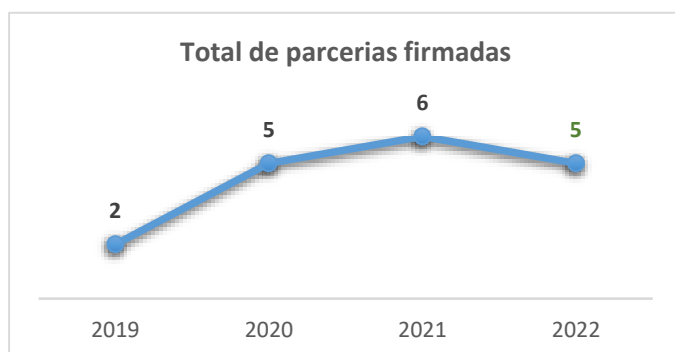
Indicador de desempenho:

- Total de parcerias firmadas
- Índice de participação de servidores na Extensão
- Índice de participação de discentes na Extensão
- Taxa de alcance das ações de extensão
- Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório

Meta planejada até 2023

- ✓ Mínimo de 5 parcerias por campus
- ✓ Mínimo de 20% dos servidores
- ✓ Mínimo de 7% dos discentes
- ✓ Mínimo de 30 pessoas atendidas em média por ação
- ✓ Coeficiente de progressão acima de 50%

Foram consideradas as parcerias firmadas por instrumento jurídico durante o exercício de 2022. O registro dessas parcerias deu-se com a abertura de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/IFCE) e cadastro de informações no Sistema de Gerenciamento da Pró-Reitoria de

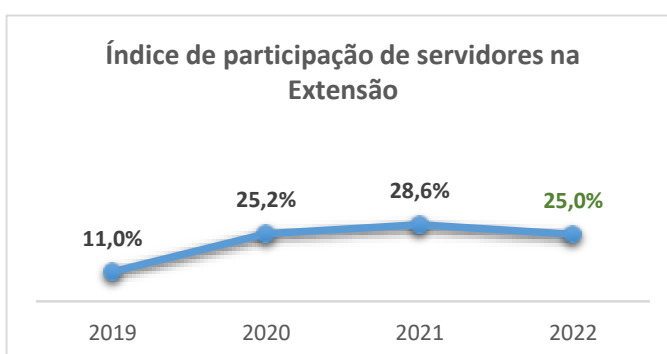


Extensão (Sigproext). Atualmente, conta-se com o registro total de 5 parcerias. O indicador de parcerias firmadas na área da extensão busca alcançar a formalização de 5 parcerias por *campus* até o final de 2023, sinalizando o compromisso do IFCE em estabelecer as mais variadas aproximações

com a sociedade para a difusão do conhecimento. A Pró-Reitoria de Extensão (Proext) tem ciência de que outras parcerias foram firmadas por *campi* do IFCE, mas nem sempre são registradas no sistema, na aba de cadastro/acompanhamento no Sigproext disponibilizada em 2022, carecendo de preenchimento por parte dos responsáveis nos *campi*. Continuamos enfatizando, durante as reuniões mensais entre a Proext e os/as Gestores/as de Extensão, a necessidade do registro e do preenchimento destas informações.

O fluxo processual para a realização das parcerias e cooperações foi estabelecido e tem sido divulgado. Estamos em processo de aprendizagem desse fluxo por parte dos/as extensionistas e gestores/as. O desafio é a sua internalização, dada a rotatividade dos/as gestores/as e a dificuldade de repasse das informações nos *campi*. Os desafios remanescentes e os próximos passos serão: 1) difundir a definição de quais parcerias podem ser firmadas, em nível de *campus* ou reitoria, garantindo mais segurança jurídica aos processos; 2) manter a realização dos diálogos formativos com extensionistas para a compreensão dos fluxos; 3) dispor de vídeos informativos sobre como proceder para formalizar uma parceria e sobre o cadastro no Sigproext; 4) orientar continuamente os *campi* a cadastrarem ações, discriminando as que fazem parte dos acordos, parcerias e convênios celebrados.

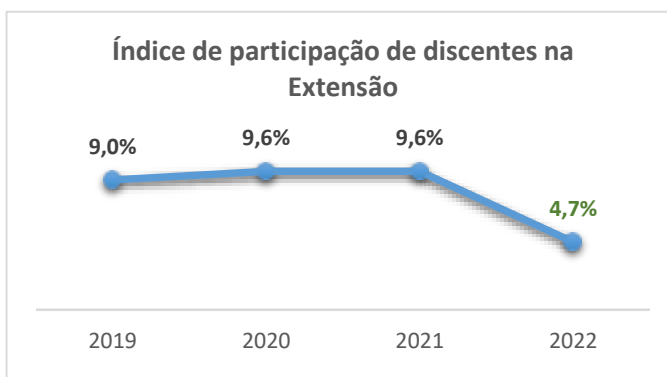
Em relação ao Índice de participação de servidores na extensão, no ano de 2022, foi registrada a participação de 903 servidores/as – coordenadores/as e integrantes das atividades de extensão – atingindo 25% do total de 3.610 servidores/as, resultado que suplantou a meta de 20% estabelecida.



Diante disto, a Proext tem discutido a revisão e a elevação dessa meta, para o próximo PDI, devido à internalização de uma cultura extensionista resultante do trabalho desenvolvido. Essa alavancada deu-se, principalmente, no período da pandemia pela Covid-19, por ocasião da adoção do formato *on-line* para a realização das mais variadas ações de extensão desde o período.

Como desafios remanescentes tem-se: 1) fortalecer as estratégias para a realização de extensão, por meio de formações e diálogos sobre a sua importância; 2) discutir e redefinir caminhos jurídicos com a Procuradoria do IFCE, para que servidores/as técnico-administrativos/as possam desenvolver e coordenar ações de extensão plenamente inseridas em suas cargas horárias de trabalho; 3) consolidar vínculos extensionistas com as comunidades do entorno dos *campi* ou reitoria e com a sociedade; 4) fortalecer a implementação da Curricularização da Extensão, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE): 10% do currículo dos cursos de graduação com ações extensionistas.

No que diz respeito ao indicador Índice de participação de discentes na extensão espera-se, como meta, atingir o percentual de 7% até o ano de 2023. Conforme dados acima, em 2022, tivemos 4.7% de estudantes dos cursos regulares - 1.391, de um total de 29.408, atuando em



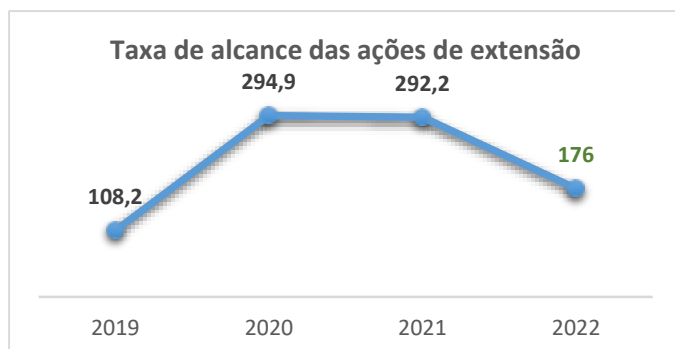
equipe executora das atividades extensionistas. Isso resultou em mais de 50% da meta estabelecida, embora evidencie um decréscimo de participação em relação aos anos anteriores.

A Proext, atenta a essa demanda, continua incentivando a participação discente na execução das atividades extensionistas. Ações ocorridas via edital com fomentos internos e externos, como aqueles lançados no ano de 2022, incentivo permanente via parecer no Sigproext, diálogos com extensionistas e encontros com gestores/as de extensão para a inserção de estudantes nas atividades, são feitos de modo a cumprir princípios da Política de Extensão do IFCE (Resolução 100 de dezembro de 2019).

Como desafios remanescentes e próximos passos para o cumprimento dessa meta, tem-se: 1) fortalecer a implementação da Curricularização da Extensão; 2) apoiar e fortalecer o protagonismo estudantil nas atividades de extensão; 3) criar, prospectar e manter outros editais de fomento à participação discente na extensão; 4) propor novas formas de fazer extensão no contexto de pós-pandemia pela Covid-19; 5) ampliar ações conjuntas com o ensino, a inovação, a pesquisa e

a assistência estudantil (por meio do auxílio-formação) para apoiar a participação discente na extensão.

Em 2022, a Proext ultrapassou a meta do atendimento a pessoas, por meio de ações de extensão. Foram atendidas 102.076 pessoas, configurando uma média de 176 contempladas,



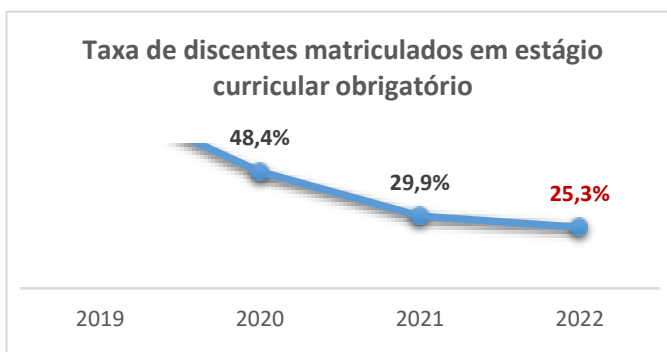
considerando a oferta de 580 ações de extensão, excetuando-se eventos. A consolidação dessa meta deu-se devido ao aumento do alcance das ações de extensão realizadas através do uso das tecnologias de informação e comunicação.

Os cursos de formação inicial e continuada ofertados no IFCE nas modalidades presenciais, à distância e semipresencial foram e são destaque das ações de extensão desenvolvidas pelos/as docentes do IFCE no âmbito da ação finalística. Em 2022, foram ofertados 261 cursos FICs, no total. As metas foram alcançadas com êxito, devido ao engajamento da comunidade docente, da aceitação da sociedade e das adaptações tecnológicas e metodológicas realizadas

Diante dos resultados apresentados, temos os seguintes desafios remanescentes e próximos passos para elevar essa meta: 1) manter diálogos com gestores/as de extensão e extensionistas para a formulação de novas estratégias e metodologias para ações de extensão; 2) aprimorar a plataforma FICemCasa para descentralizar proposição e seleção de alunos para os campi e dinamizar a sua oferta; 3) aprimorar o sistema Sigproext, para melhor registro e acompanhamento dos projetos, programas e eventos; 4) desenvolver um canal oficial para atender às demandas referentes aos dois sistemas da Pró-Reitoria de Extensão: Sigproext e Sistema FICemCasa; 5) dar continuidade aos inventários das demandas para novas ações extensionistas advindas das necessidades formativas dos campi e das populações do entorno das unidades do IFCE; 6) construção e implantação de um sistema para receber o cadastro, validação, inscrição, seleção e certificação de cursos de formação inicial e continuada; 7) desenvolver momentos de formações sobre as atividades de extensão para gestores de extensão e extensionistas dos campi do IFCE de acordo com a diretrizes da Política de Extensão.


Por último, o indicador Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório, foi criado no ano de 2020 para manter índice de discentes vinculados em estágio supervisionado obrigatório acima de 50%, sem comprometer a conclusão do curso e evitar possíveis retenção e evasão. Em 2022, o IFCE contava com 327 discentes em status matriculado ou concluído em estágio obrigatório de um total de 1.307 com coeficiente de progressão de curso acima de 75%, ou seja,

aptos a cursar tal componente. Tal fato resultou em uma taxa de 25% de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório. Os resultados evidenciam a necessidade de maior aproximação entre os campi e as empresas ofertantes de estágio, o que se constitui como um desafio.



Para tanto, os próximos passos são: 1) manter e atualizar a oferta do edital de chamamento de empresas parceiras e sua ampla divulgação nos campi e comunidade de seus entornos; 2) criar, implementar e gerenciar um portal web com as regulamentações e orientações para assistir técnicos, docentes, discentes e comunidade externa no tocante ao estágio; 3) finalizar a revisão da regulamentação interna do estágio no IFCE; 4) realizar reuniões regulares com o setor responsável pela virtualização da gestão documental para a plena utilização do Sistema Eletrônico de Informações; 5) ampliar as ofertas de estágio por parte das empresas no entorno dos campi; 6) ampliar os setores de estágio dos campi que estão com aumento da demanda; 7) manter a continuidade de eventos que propiciem a aproximação entre o IFCE e as empresas; 8) implementar e consolidar o Programa Jovem Aprendiz como forma de garantir o aumento da oferta de vagas de estágio; 9) dar continuidade à promoção de eventos sobre estágio.

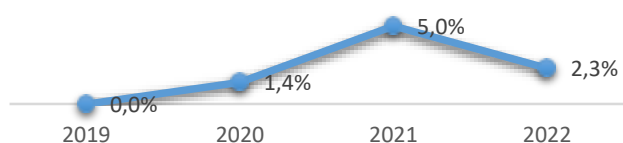
3.4.2. Diversidade e acessibilidade

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico-racial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ No mínimo 15% das ações de extensão sejam voltadas para a acessibilidade e diversidade étnica e racial

A meta estabelecida no PDI para este índice, até 2023, é de 15%. Em 2022, foi atingido o percentual de 2,3% na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial (20 de 858 atividades de extensão), de acordo com a plataforma em números.

O percentual de 2,3% alcançado precisa ser alavancado, diante da meta do PDI de 15% para 2023. Registra-se, ainda, a necessidade de ampliar o domínio, o conhecimento e a formação


Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial



continuada para extensionistas e assim consolidar maior alcance da meta. Ressalta-se que, em 2022, foram implantados novos núcleos: contamos com 33 Napnes e 28 Neabis, e a meta para 2023 será consolidar a criação de 5 núcleos de Neabis.

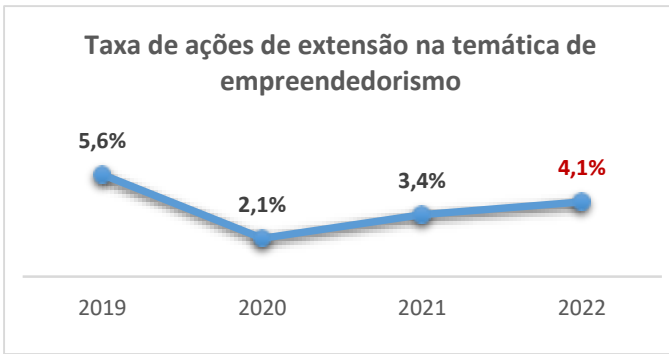
Para alcançar a meta e enfrentar os desafios, tem-se como ações: 1) fomentar projetos de extensão com edital específico para Napnes e Neabis com maior tempo para executar e ampliar bolsas para estudantes; 2) tecer diálogos com os núcleos para planejar e executar novas ações para uma educação inclusiva e antirracista; 3) estimular a Política de Inclusão e a de Adaptação curricular do IFCE; 4) contribuir com a formação de servidores sobre as temáticas de acessibilidade e diversidade étnico-racial; 5) criar o observatório da diversidade étnico-racial; 6) promover a produção de materiais comunicativos e educativos sobre as agendas étnico-racial e de acessibilidade; 7) ampliar os recursos humanos nos campi para as ações de acessibilidade com docentes da educação especial e com recursos financeiros específicos.

3.4.3. Empreendedorismo

Objetivos estratégicos:	Indicador de desempenho:	Meta planejada até 2023
 <p>Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ No mínimo 10% das ações de extensão na área de empreendedorismo ✓ No mínimo 20% de discentes envolvidos nos programas de empreendedorismo

Em 2022, tivemos ações dotadas de fomento interno e externo, relacionadas à temática do empreendedorismo. As atividades compreenderam ações internas para a melhoria da educação empreendedora e as propostas de abordagem da temática com o envolvimento da comunidade interna (servidores e discentes) em programas institucionais.

Do total de 858 atividades de extensão, foram identificadas 35 que compõem a temática “empreendedorismo”, com percentual de 4,1% de atividades de extensão na área. Constatou-se



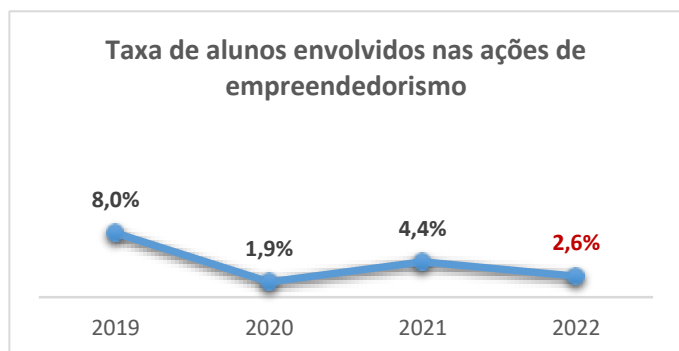
que o indicador está presente nas ações desenvolvidas pela extensão, denotando crescimento gradativo, em relação a 2021, com foco no cumprimento da meta em 2023.

Para dar continuidade à meta estabelecida e enfrentar os desafios, faz-se

necessário: 1) disponibilizar mais recursos humanos e materiais para apoiar as ações das incubadoras e as empresas incubadas; 2) ampliar ações em temáticas relacionadas ao empreendedorismo de acordo com o perfil de cada campus; 3) promover a criação de incubadoras de empresas nos campi; 4) apoiar e promover empresas juniores vinculadas aos cursos do IFCE; 5) acompanhar as oportunidades para difundir o empreendedorismo com atuação e articulação em redes institucionais e na Rede de Incubadoras do IFCE; 6) desenvolver planos de trabalho para capacitações com parceiros institucionais; 7) estreitar relações regularmente com o Sebrae, FIEC, RIC, BNB, SEDETCE e Secitece; 8) continuar com o Educar Para Empreender (EDUPE) com ações sobre a temática; 9) dar continuidade ao Edital Programa de Mentoria Acreditar, havendo disponibilidade orçamentária; 10) lançar edital para apoiar e promover eventos com empresas incubadas e startups; 11) lançar novo edital de credenciamento de mentores do IFCE e ampliar o alcance dos programas de incentivo ao empreendedorismo.

No ano de 2022, foram identificados 36 discentes em ações de empreendedorismo, perfazendo uma taxa de 2,6%. As ações foram relacionadas a programas e projetos de empreendedorismo, de incubação de empresas e de empresas juniores.

Atualmente, tem-se 9 incubadoras de empresas instaladas em campi do IFCE, com 6 projetos de alunos incubados e integrados com a Rede de Incubadoras do IFCE, que foram implantadas nos seguintes campi: Acaraú, Boa Viagem, Cedro, Fortaleza, Iguatu, Maracanaú, Tianguá, Limoeiro do Norte e Ubajara. O programa de Empresa Júnior conta com 4 empresas juniores, localizadas nos campi de Fortaleza, Maracanaú e Sobral.



Para enfrentar as dificuldades relacionadas ainda ao baixo envolvimento dos alunos nas ações, foram desenvolvidas atividades estratégicas para atingir a meta: reuniões com servidores/as e gestores/as de incubadoras e contato com alunos/as das empresas juniores, para assessoria

técnica e pedagógica continuada, além também de disponibilizarmos orçamento para incentivo à formação dos discentes participantes das Empresas Júniores em eventos da área.

Por fim, os resultados demonstraram que os desafios apresentados nos fortalecem enquanto rede, para que possamos avançar nas estratégias de modo a ampliar a participação de discentes, técnicos e professores nas diversas ações relacionadas ao empreendedorismo, de forma a alcançarmos as metas estabelecidas pelo PDI.

3.5. Eixo Administração e Planejamento

3.5.1. Execução da Lei Orçamentária Anual

A Lei Nº 14.303, de 21/01/2022 - Lei Orçamentária Anual – estimou as receitas e fixou as despesas para o exercício de 2022. A Programação Orçamentária e Financeira do exercício de 2022 foi regida pelo Decreto nº 10.961 de 11/02/2022 e alterações posteriores, que trouxe mais desafios para garantir as ações planejadas e impactos na gestão orçamentária decorrente dos cancelamentos e bloqueios governamentais realizados no âmbito do IFCE.

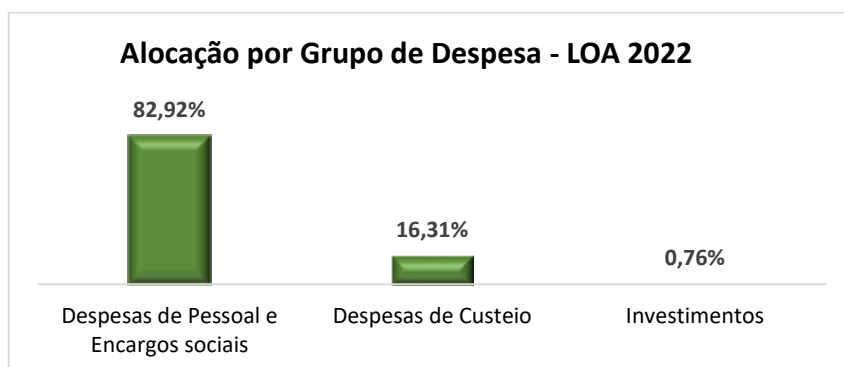
A LOA/2022 foi aprovada com valor de R\$ 842.903.446,00 para o IFCE, encerrando o exercício com dotações atualizadas no montante de R\$ 860.860.524,00. No decorrer do exercício foram descentralizados recursos no montante de R\$ 12.666.381,60. O quadro a seguir apresenta a composição do orçamento por fontes de recursos e grupos de despesas:

Tabela 2 – Composição do Orçamento em 2022

FONTES DE RECURSOS	DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS	DESPESAS DE CUSTEIO	INVESTIMENTOS	DOTAÇÃO INICIAL (LOA)	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Tesouro Nacional	699.003.962	136.690.816	5.918.656	841.613.434	855.333.644
Arrecadação Própria	-	590.012		590.012	2.011.924
Emendas Parlamentares		200.000	500.000	700.000	3.514.956
Totais (LOA)	699.003.962	137.480.828	6.418.656	842.903.446	860.860.524
Descentralizações de crédito	-	9.453.526,33	3.212.855,27	-	12.666.381,60

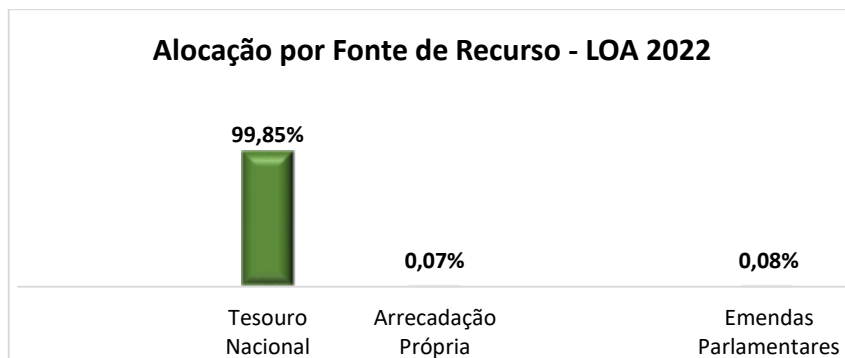
Fonte: Tesouro Gerencial (07/02/2023)

O gráfico da alocação de Recursos por Grupo de Despesa abaixo demonstra que 82,92% das dotações da LOA/2022 foram alocados em despesas de Pessoal e Encargos Sociais, 16,31% de Outros Custeios e 0,76% em Investimentos.



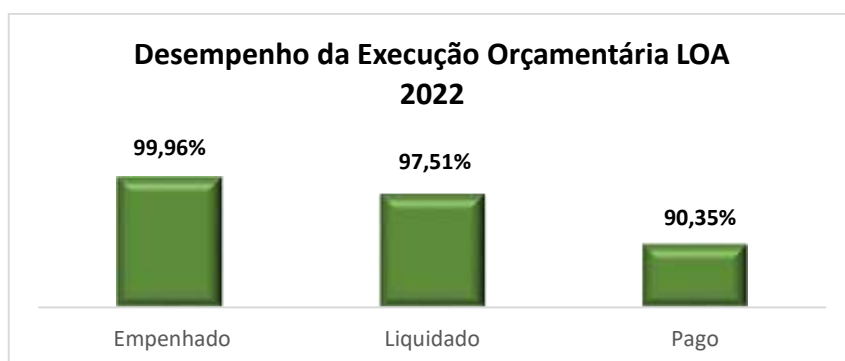
Fonte: Tesouro Gerencial (07/02/2023)

A LOA/2022 teve cobertura orçamentária de 99,85% oriundos dos recursos do Tesouro, 0,07% da Arrecadação Própria e 0,08% da indicação de Emendas Parlamentares, conforme o gráfico a seguir:



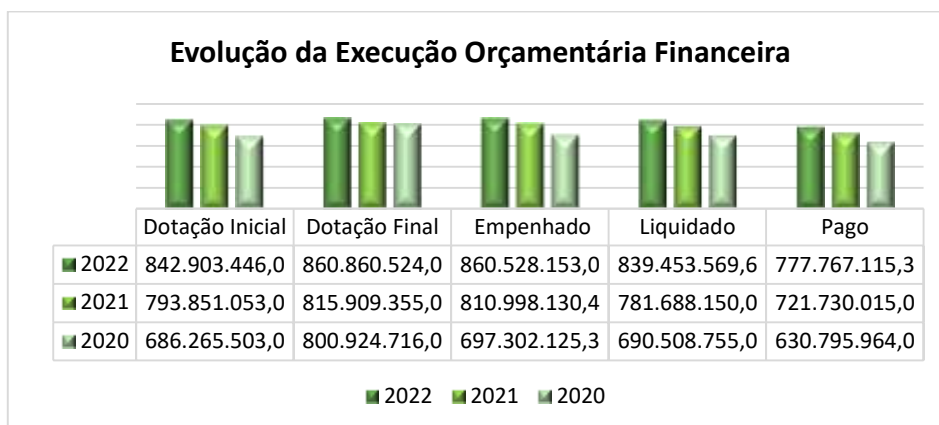
Fonte: Tesouro Gerencial (07/02/2023)

Do montante de dotações autorizadas no valor de R\$ 860.860.524,00; 99,96% foram empenhadas e 90,35% pagas, conforme gráfico:



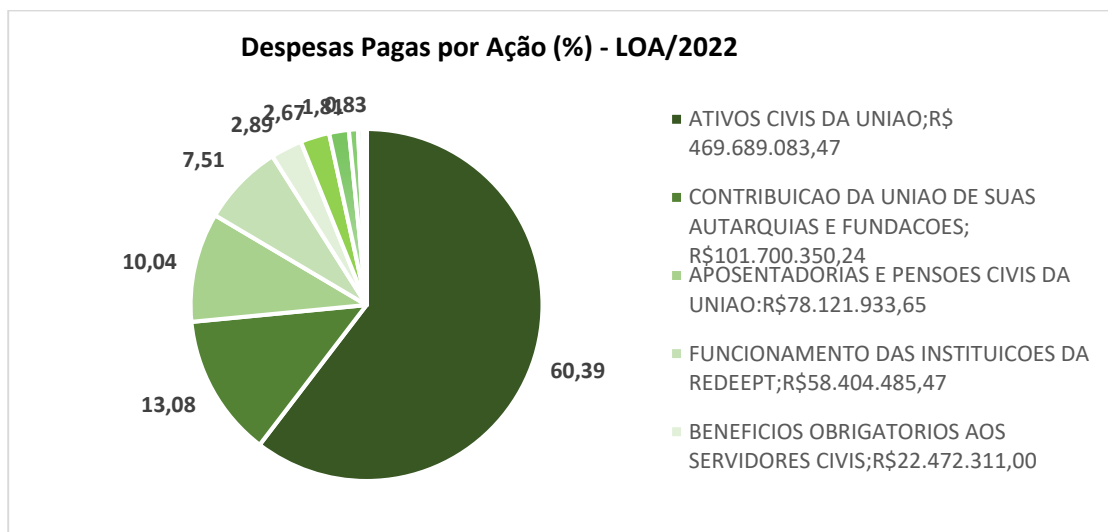
Fonte: Tesouro Gerencial (07/02/2023)

A evolução do desempenho orçamentário e financeiro do exercício 2022 tem sido crescente e satisfatório em relação aos anos anteriores em todas as fases da execução, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

A execução das despesas por Ação Orçamentária consignadas na LOA/2022 evidencia que as despesas com Pessoal (60,39%) e Encargos Sociais (13,08%) obtiveram o maior nível de gastos executados no exercício, conforme o gráfico abaixo:

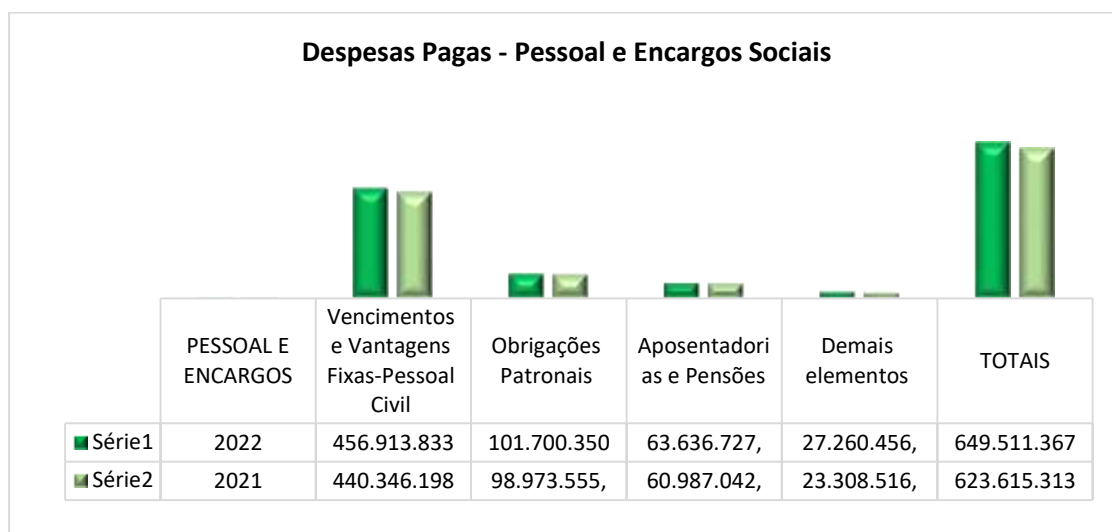


Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

3.5.1.1. Valores pagos por grupo e elemento de despesa

➤ Despesas de pessoal e encargos sociais

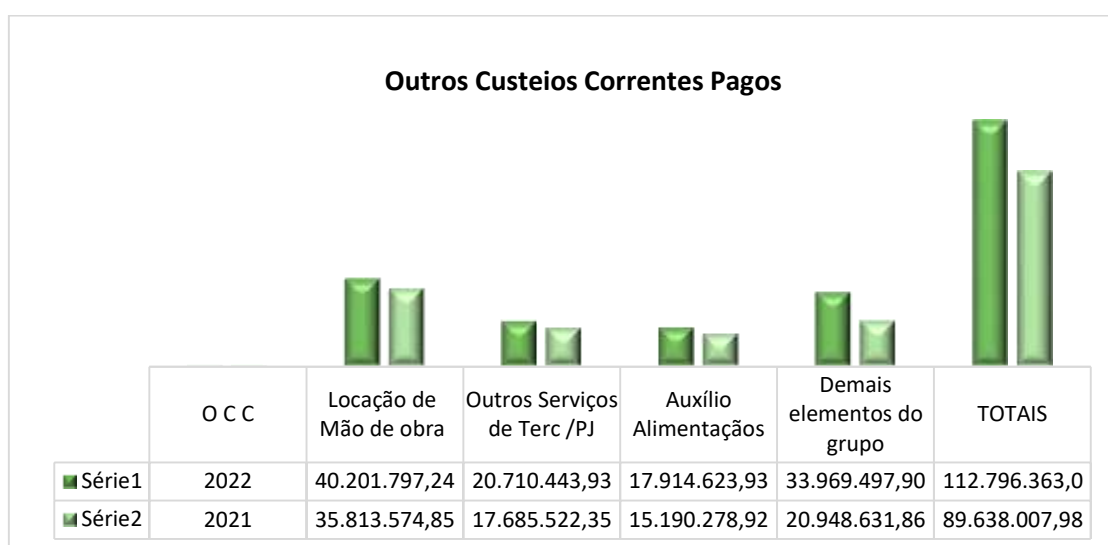
Destacam-se as despesas com pessoal e encargos sociais como de maior nível de gastos no montante de R\$ 649.511.367,36, com acréscimo em torno de 4,15% em relação ao exercício anterior no valor de R\$623.615.313,79, permanecendo elevadas as despesas com vencimentos e vantagens fixas (70,35%), de obrigações patronais (15,66%) e de Aposentadorias e Pensões (9,80%), conforme gráfico a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

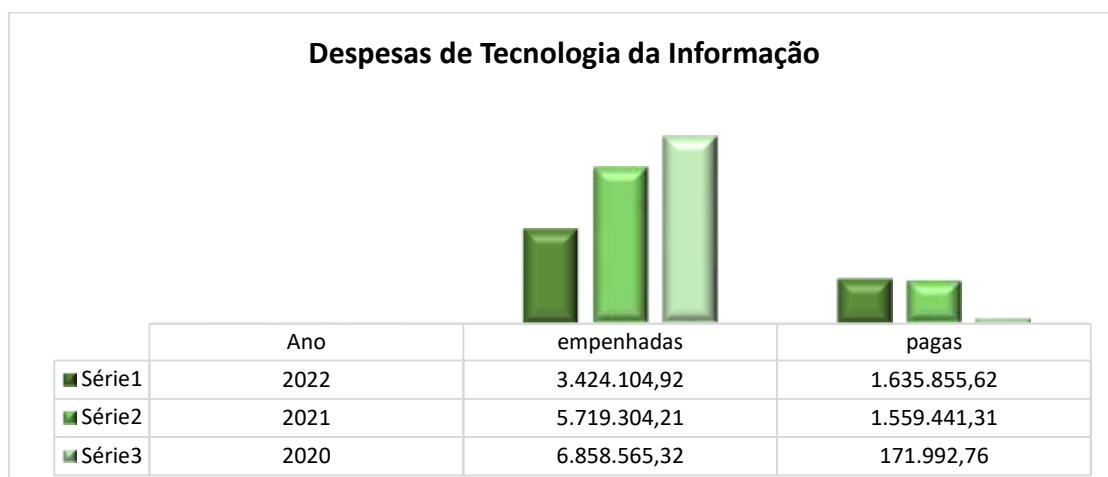
➤ **Despesas de Custeio**

Os gastos de custeio no exercício/2022 totalizaram R\$112.796.363,00 representando elevação de mais de 25,82% dos gastos em relação ao ano de 2021 no valor de R\$ 89.638.007,98. Do montante pago, as despesas mais relevantes referem-se à locação de mão-de-obra (contratação de serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação, recepcionistas, copeira), despesas com Serviços de Terceiros/PJ e Auxílio alimentação dos servidores, que correspondem respectivamente a 35,64%, 18,36% e 15,88% dos gastos totais realizados no ano, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

Destacam-se ainda os gastos destinados a Tecnologia da Informação e Comunicação realizadas nas áreas fim e meio no âmbito do IFCE, que somaram R\$ 1.635.855,62 de despesas pagas em 2022 e representam um acréscimo de 0,49% em relação ao ano anterior, conforme o gráfico a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

➤ Investimentos pagos

No exercício/2022 foram empenhados investimentos na ordem de R\$ 12.045.670,17, dos quais R\$ 5.364.110,98 em Obras e instalações e R\$ 6.150.169,51 em Equipamentos e Material Permanente, sendo as despesas pagas no exercício demonstradas no gráfico a seguir:



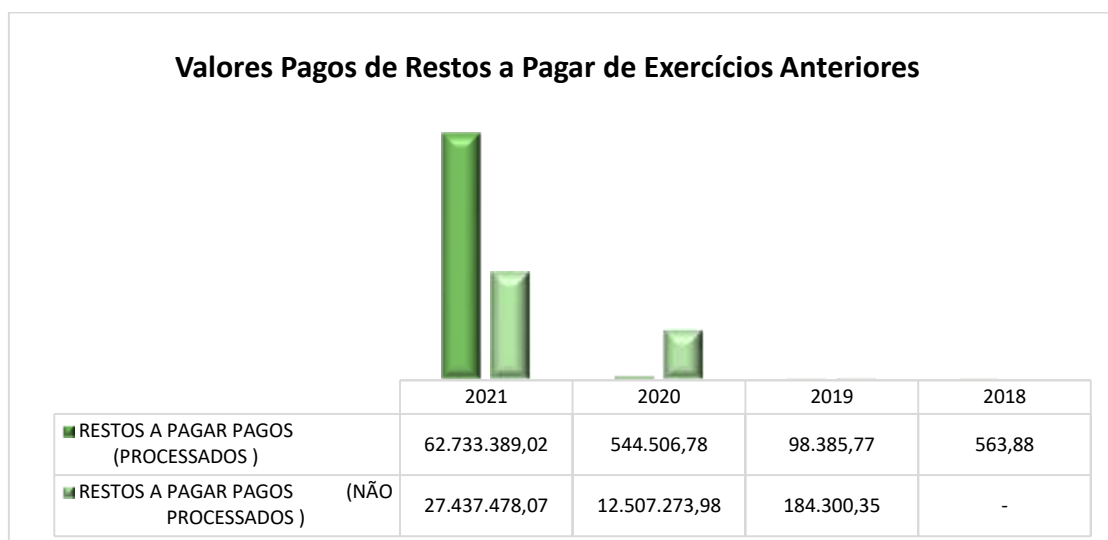
Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

No âmbito das unidades que compõem o IFCE foram realizados investimentos, prioritariamente, nas seguintes ações:

- Obra de construção de salas de aulas do *Campus* Tianguá;
- Obra de construção de uma barragem de contenção no *Campus* Avançado de Guaramiranga;
- Reforma de salas e laboratório de cozinha experimental do *Campus* Camocim;
- Reequilíbrio dos contratos de obras de construção de salas de aula nos *campi* Acaraú, Aracati, Camocim, Crateús, Tabuleiro do Norte, Umirim, Ubajara e Juazeiro do Norte;
- Reequilíbrio dos contratos de obras de construção de quadras poliesportivas (Morada Nova, Camocim, Jaguaruana, Aracati, Acopiara, Tabuleiro do Norte, Ubajara, Boa Viagem e Horizonte);
- Serviços de elaboração de projetos de arquitetura e complementares de engenharia;
- Aquisição de usinas fotovoltaicas para os *campi* Fortaleza, Sobral, Umirim e Jaguaribe;
- Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação;
- Aquisição de equipamentos para laboratórios dos *campi*;
- Aquisição de acervos bibliográficos.

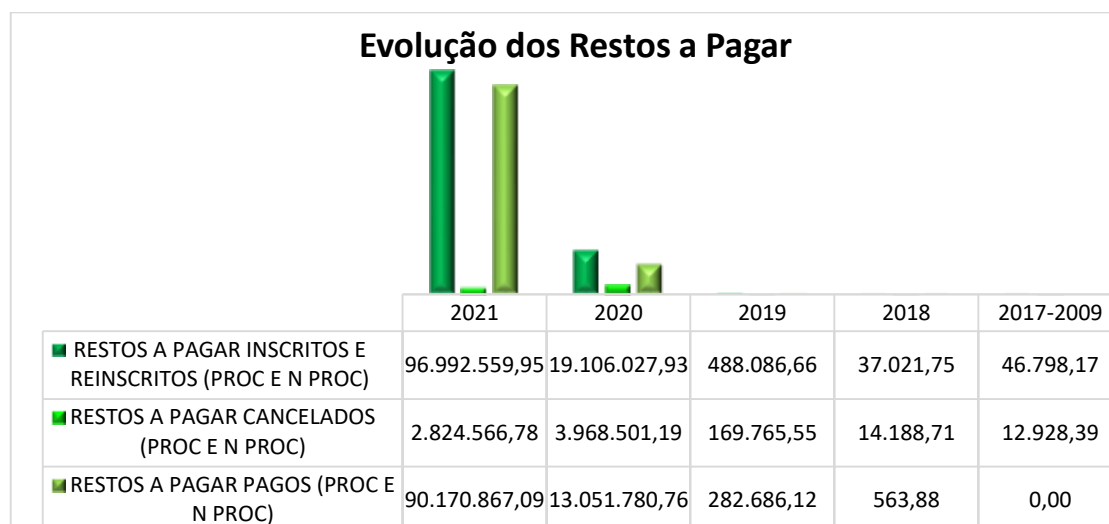
➤ **Valores pagos 2022 - restos a pagar de exercícios anteriores**

O montante em valores pagos referentes a restos a pagar, no exercício de 2022, reflete, em boa parte, o volume de recursos empenhados ao final do ano de 2021. Este cenário de alta demanda de execução orçamentária no final de cada exercício tem exigido que o IFCE implemente em seu planejamento medidas que evitem um grande índice de cancelamento dos restos a pagar inscritos, garantindo, assim, a entrega dos bens e serviços adquiridos.



Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

Os restos a pagar não processados são aqueles que ainda não foram liquidados. Já os restos a pagar processados se referem às despesas que já passaram pela etapa de liquidação. Os restos a pagar processados do IFCE totalizavam aproximadamente 62 milhões no início do exercício de 2022. Esses valores são, basicamente, referentes à folha de pagamento de pessoal de dezembro/2021, que foi liquidada no final do exercício de 2021 e paga no primeiro dia útil de 2022.



Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

3.5.1.2. Gestão de custos

O gráfico abaixo demonstra a execução orçamentária detalhada por programa temático do exercício 2022, destacando a relevância de cada um para o alcance dos objetivos institucionais. Destaca-se que 86,02% das dotações orçamentárias foram alocadas para atendimento das despesas do Programa de Gestão e Manutenção que servem de suporte ao funcionamento das áreas finalísticas e administrativas da Instituição. O Programa da Educação Profissional Tecnológica abrange as ações finalísticas e representou 12,33% da execução orçamentária.



Fonte: Tesouro Gerencial (08/02/2023)

As composições das ações pertencentes às áreas finalística e de suporte, podem ser observadas na imagem a seguir:

 <p>Área finalística</p> <ul style="list-style-type: none"> → Assistência ao Educando da Educação Profissional; → Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; → Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica; → Fomento à Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica; 	 <p>Área suporte</p> <ul style="list-style-type: none"> → Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica; → Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de. Qualificação e Requalificação; → Pagamento de Pessoal Ativo da União; → Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes; → Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; → Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos; → Aposentadorias e Pensões Civis da União;
<ul style="list-style-type: none"> → Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; → Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais; → Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica; → Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios). 	

Os gastos realizados com as ações finalísticas foram baseados no PDI 2019-2023, alinhados aos objetivos estratégicos.

3.5.2. Gestão de licitações e contratos

3.5.2.1. Conformidade legal

Dentre as contratações efetuadas em 2022, os principais enquadramentos são:

- Contratações diretas: artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993.
- Contratações de obras de engenharia: artigo 22 da Lei nº 8.666/1993.
- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e Decreto nº 7.892/2013.

3.5.2.2. Processos de contratações

De acordo com o Painel de Compras do Ministério da Economia (<http://paineldecompras.economia.gov.br/licitacao-sessao>) e consulta ao Tesouro Gerencial, em janeiro de 2023, o total de pagamentos (despesas pagas) referentes às contratações de bens e serviços relativas a custeio e investimentos em 2022 foi de R\$ 117,1 milhões.



A despesas em 2022 foram da ordem de R\$ 4,3 milhões com investimentos e R\$ 112,7 milhões com funcionamento administrativo, de acordo com quadro resumido, com as principais despesas, apresentado a seguir:

Locação de mão de obra	R\$ 40,2 milhões
Obras e instalações	R\$ 3,5 milhões
Equipamentos e material permanente	R\$ 843,6 mil
Energia elétrica	R\$ 6,6 milhões
Água e esgoto	R\$ 754,6 mil
Material de consumo	R\$ 2,6 milhões
Material de distribuição gratuita	R\$ 3,5 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 17/01/2023). Valores pagos.

3.5.2.3. Contratações mais relevantes

Em 2022, de acordo com a perspectiva da Diretoria de Administração, as licitações mais relevantes foram as listadas a seguir:

Licitação	Unidade Gestora	Campus contemplado	Valor Total Homologado R\$	PROCESSO SEI
Pregão Eletrônico (SRP) nº 04/2022 - Contratação de serviço de intérprete e tradução em libras.	Reitoria	Rede IFCE	3.879.612,00	23255.000567/2021-22
Pregão Eletrônico (SRP) nº 09/2022 - Contratação do fornecimento de refeições prontas e transportadas na modalidade almoço e lanche.	Reitoria	27 unidades da rede IFCE	24.612.698,68	23255.003020/2020-06
Dispensa nº 21/2022 - Contratação de serviço de fundação de apoio para gerenciamento do projeto e-MEC.	Reitoria	Reitoria	2.562.352,94	23255.005852/2022-11
Pregão eletrônico nº. 10/2022 Aquisição de bens de Tecnologia da Informação	Campus Fortaleza	Rede IFCE	10.531.352,96	23256.004629/2021-65
Pregão eletrônico nº. 12/2022 Aquisição de material de equipamentos audiovisual	Campus Iguatu	Rede IFCE	1.137.525,26	23255.004964/2021-73
Pregão Eletrônico nº 19/2022 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de vida.	Reitoria	Rede IFCE	R\$ 37.365,12	23255.005139/2022-77

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações. Acesso em 24/01/2023

Justificativas referentes às contratações:

- Assegurar e criar estratégias que possibilitem a disponibilização de profissionais tradutores intérpretes da linguagem brasileira de sinais, bem como de outros profissionais e recursos de tecnologia assistiva, que garantam o direito de acesso à pessoa com deficiência às diversas instâncias da comunidade escolar, promovendo assim, a autonomia e participação destes estudantes.
- Em consonância com os objetivos e as diretrizes previstas, respectivamente, no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234, de 19/07/2010), bem como no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020), prover alimentação balanceada, em condições higiênico-sanitárias adequadas, e acessível aos estudantes, é condição elementar para o bom desempenho acadêmico. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE vem executando um conjunto de políticas e ações, que assegurem, no âmbito escolar, a construção de um processo educativo com equidade e foco no sucesso do aluno. Nessa perspectiva, surge a necessidade da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais do estudante durante a sua permanência no IFCE com intuito de garantir o desempenho satisfatório, o cumprimento da lei relativa à alimentação escolar e a continuidade educativa do aluno.

- Necessidade de gestão administrativa financeira da contratação dos recursos humanos via bolsas de pesquisa, como também gestão administrativa financeira de contratação de serviços de terceiros, para a execução do projeto “Smart E-Mec”. O projeto consiste no desenvolvimento de modelos de Machine Learning (aprendizagem de máquina) de auxílio à gestão utilizando como insumo de referência a base de dados do atual sistema e-MEC e adaptando os modelos existentes para a nova plataforma E-MEC. O IFCE disponibilizará seu capital humano em desenvolvimento de software como suporte ao projeto, devido à capacidade técnica e estrutural para acompanhamento. O IFCE com sua expertise nas áreas de Machine Learning e desenvolvimento de sistemas pretende entregar uma nova aplicação ao MEC de forma a agregar mais funcionalidades e apoiar o alcance dos objetivos estratégicos deste Ministério.
- Manutenção dos serviços de suporte técnico e atendimento ao usuário, reposição de peças e atendimento a área de comunicação social em seus serviços relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação.
- A aquisição de equipamentos audiovisuais se faz necessária em função, principalmente, de dois motivos: a obsolescência dos atuais equipamentos em uso pelo Departamento de Comunicação, haja vista já terem sido adquiridos há alguns anos; e a demanda cada vez mais crescente de produção audiovisual por todos os setores do IFCE - Reitoria e *campi*.
- O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) apresenta a necessidade de assegurar parte do corpo discente, por meio da prestação de seguro de vida e de acidentes pessoais, visando a segurança e assistência aos alunos e estagiários que, em suas atividades, venham a sofrer acidentes pessoais de natureza súbita e imprevisível, como consequência direta, a morte ou invalidez permanente ou torne necessário tratamento médico dos mesmos.

3.5.2.4. Principais tipos de contratações diretas

Em 2022, a realização de contratações por meio de dispensas e inexigibilidades de licitação foram voltadas, principalmente para serviços, com destaque energia elétrica e fundação de apoio.

Finalidade	Contratada	Valor R\$	Base legal
Funcionamento administrativo	Companhia Energética do Ceará	4.245.795,81	Inciso XXII, Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993
Apoio administrativo e financeiro	Fundações de Cultura e Apoio ao ensino, pesquisa e extensão - FUNCEPE.	2.562.352,94	Inciso XIII Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993
Apoio administrativo e financeiro	Fundação de Apoio do IFCE	855.209,30	Inciso XIII Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993

Fonte: <http://paineldecompras.economia.gov.br/licitacao-sessao>. Acesso em: 24/01/2023.

Do ponto de vista da despesa paga, o gráfico a seguir resume os valores associados a licitações e contratações diretas:



Fonte: Tesouro Gerencial (17/01/2023). Despesa paga

3.5.2.5. Desafios, Fraquezas e Riscos na Gestão de Licitações e Contratos

- Elaboração de plano de trabalho para implantação dos instrumentos de governança previstos na Portaria nº. 8.678/2021/SEGES/ME.
- Elaboração de plano de trabalho para a implementação da Lei nº 14.133/2021.
- Implementação da centralização de contratações do IFCE por meio de uma única UASG habilitada a realização de licitações de bens e serviços no âmbito do IFCE.
- Consolidação da Instrução Normativa nº. 2/2022/PROAP/IFCE (dispõe sobre os procedimentos referentes à elaboração de Estudos Técnicos Preliminares – ETP no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE e aprova o Guia de Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares – ETP);
- Patrocínio da alta administração para o desenvolvimento do IFCE quanto a sua maturidade na área de gestão das contratações.

Nesta seara, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para o quinquênio 2019-2023, estabeleceu como objetivo estratégico o aperfeiçoamento dos procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos, com o propósito de fomentar iniciativas voltadas para a disseminação de procedimentos que proporcionem a eficiência, eficácia e qualidade na gestão dos recursos e na prestação dos serviços oferecidos aos clientes internos e externos do IFCE. Em 2022, foi obtida um nível de 92% de satisfação dos requisitantes de bens e serviços frente à meta de 80%. Já o resultado para qualidade na execução dos contratos ficou em 82% frente à meta de 70% estabelecida no PDI.

3.5.2.6. *Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela lei 8.958/1994*

Em 2022, o Instituto Federal do Ceará registrou 11 contratos administrativos para o desenvolvimento de projetos por Fundações de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994 conforme tabela abaixo:

Unidade Gestora	Objeto	Nº. Contrato	Contratada	Vigência	Valor Global R\$
158133 - Reitoria	Contratação de serviços de Fundação de Apoio para assumir a gestão administrativa e financeira dos recursos do projeto de extensão, pesquisa e inovação denominado "smart e-mec".	37/2022	09.628.053/0001-26 - Fundação de Cultura E Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão - Funcepe	01/09/2022 até 01/09/2023	2.562.352,94
158953 - Campus Tabuleiro do Norte	Contratação de uma Fundação de Apoio para gerenciar recursos do projeto superenem no campus de Tabuleiro do Norte em parceria com o centro de referência em Educação a Distância - cread.	21/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	29/12/2022 até 29/06/2023	38.690,97
158953 - Campus Tabuleiro do Norte	Contratação de uma Fundação para gerenciar recursos do termo de execução descentralizada 11646/2022, edital 17/2022 mec/seb, programa de apoio à oferta da Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, a fim de contribuir com o cumprimento da meta 10 do PNE.	22/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	28/12/2022 até 28/06/2024	211.577,81
158313 - Campus Fortaleza	Contratação da Fundação de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão do IFCE– faifce, para a prestação de serviços consistentes na gestão administrativa e financeira necessária à execução do projeto intitulado “academia de futebol – fortaleza-	44/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	27/10/2022 até 27/10/2023	198.000,00

	ce”,a ser implementado nas dependências do IFCE do campus de Fortaleza - laboratório de gestão do esporte				
158313 - Campus Fortaleza	Contratação de serviços de Fundação de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão para a prestação de serviços consistentes na gestão administrativa e financeira necessária à execução do projeto intitulado "oferta de cursos de EJA integrada alinhada com o catálogo nacional de cursos técnicos e oferta de cursos formação continuada de docentes e demais profissionais da educação para a oferta da EJA integrada"	51/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	21/12/2022 até 21/06/2025	1.237.585,12
158313 - Campus Fortaleza	Contratação da Fundação de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão do IFCE- faifce, para a prestação de serviços consistentes na gestão administrativa e financeira necessária à execução do projeto intitulado “sistemas móveis inteligentes - prf móvel 2.0, para desenvolvimento de uma aplicação móvel, multiagência e multiplataforma (ios e android), que, a partir do emprego de inteligência computacional, reconhecimento de sinais e outras tecnologias, potencialize a eficiência e a eficácia das atividades de policiamento e de fiscalização”	08/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	16/02/2022 até 16/02/2023	433.372,09
158313 - Campus Fortaleza	Contratação da Fundação de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão do IFCE- faifce, para a prestação de serviços consistentes na gestão administrativa e financeira necessária à execução do projeto intitulado “sistemas móveis inteligentes - prf móvel 2.0, para desenvolvimento de uma aplicação móvel, multiagência e multiplataforma (ios e android), que, a partir do emprego de inteligência computacional, reconhecimento de sinais e outras tecnologias, potencialize a eficiência e a eficácia das atividades de policiamento e de fiscalização”.	38/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	31/08/2022 até 31/08/2023	657.209,30
158318 - Campus Cedro	Contratação de Fundação de apoio para gerenciar os recursos do termo de execução descentralizada 11646/2022, edital 17/2022 mec/seb, programa de apoio à oferta da Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional	13/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	26/12/2022 até 26/06/2025	276.497,40

158957 - Campus Umirim	Contratação de uma Fundação de apoio ao ensino, pesquisa e extensão para gerenciar recursos do termo de execução descentralizada 11646/2022, edital 17/2022 mec/seb, programa de apoio à oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, a fim de contribuir com o cumprimento da meta 10 do (PNE).	26/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	26/12/2022 até 26/06/2024	273.666,00
158968 - Campus Boa Viagem	Contratação de uma Fundação para gerenciar o recurso referente ao desembolso 12/2021 do plano de trabalho que trata da criação do centro de inovação e difusão de tecnologias para o semiárido (cidts), no ifce campus Boa Viagem.	02/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	01/07/2022 até 29/12/2023	936.356,10
158973 - Campus Maranguape	Contratação de serviço de Fundação de apoio para assumir a gestão administrativa e financeira dos serviços de terceiros do projeto de extensão, pesquisa e inovação denominado "programa qualificar - um projeto de aquicultura social e economicamente sustentável no município de Maranguape".	18/2022	27.652.712/0001-41 - Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do IFCE-faifce	22/12/2022 até 22/06/2024	164.300,00

Fonte: Sistema Comprasnet Contratos (acesso em 23/01/2023).

3.5.3. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

3.5.3.1. Conformidade legal

[Lei nº. 8.666/1993](#) - [Decreto nº. 9.373/2018](#) - [Decreto nº. 10.340/2020](#) - [Instrução Normativa SPU nº. 22/2017](#) - [Instrução Normativa SPU nº. 67/2022](#) - Manual de Gestão de Materiais do IFCE (<https://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>).

3.5.3.2. Principais investimentos de capital

Em 2022, foram projetadas obras e especificados equipamentos para atender as demandas relativas à ampliação e modernização da infraestrutura física do IFCE, conforme detalhamento a seguir.

Obras e instalações	R\$ 5,3 milhões
Equipamentos	R\$ 6,1 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 17/01/2023). Valores empenhados.

3.5.3.3. Administração Predial

Os principais custos com serviços prediais em 2022 no IFCE estão discriminados no quadro a seguir:

Energia e água	R\$ 6,5 milhões
Vigilância	R\$ 13,5 milhões
Limpeza	R\$ 11,4 milhões
Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 9,9 milhões
Manutenção de Bens móveis e imóveis	R\$ 3 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 17/01/2023). Valores pagos.

3.5.3.4. Gestão dos Bens Imóveis



Fonte: Sistema SPIUNET (Acesso em janeiro de 2023)

O IFCE no âmbito da Diretoria de Infraestrutura e Engenharia (DIE), entregou nos últimos anos, produtos relacionados (vide tabela abaixo) à gestão dos bens imóveis. No entanto, cabe destacar que tais produtos, embora sejam importantes diretrizes e sistemas, não esgotam a necessidade do avanço no aprimoramento da gestão do patrimônio imobiliário do IFCE.

PRODUTOS
Manual de Manutenção Predial (2019) tem por objetivo servir como um referencial teórico e prático para a implantação de uma sistemática de gestão predial visando a tornar mais eficientes e eficazes as atividades de manutenção nos <i>Campi</i> do IFCE.
Sigebi (2019) tem por objetivo concentrar as informações cadastrais, atualizações por meio de avaliações, acompanhamento das benfeitorias agregadas aos imóveis para dispor de informações para tomada de decisão

bem como o controle dos bens da instituição. Serve de apoio técnico para a avaliação e atualização dos bens imóveis, assim como controle das faturas de água e energia elétrica.

Manual de Avaliação de Imóveis (2021) tem por objetivo servir como um referencial teórico e prático para a implantação de uma sistemática de avaliação de imóveis bem como, a produção de laudos de avaliação visando a tornar mais eficientes e eficazes as atividades de avaliação dos bens imóveis.

Inventário de Bens Imóveis (contínuo) tem por objetivo resumi e entregar o resultado da avaliação bienal da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis.

Apresentação das metas a serem seguidas na gestão patrimonial no IFCE, com a finalidade de alcançar o objetivo de desenvolver um modelo para a gestão do acervo patrimonial imobiliário da instituição.

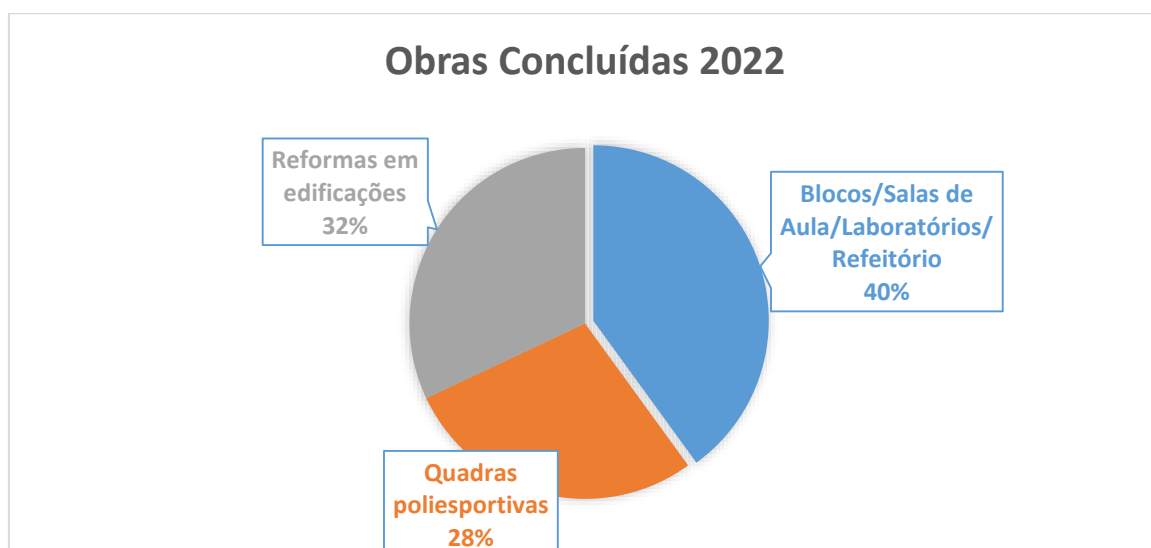
METAS

- Sincronizar os dados do SPIUnet e SIAFI;
- Atualizar os dados do SPIUnet: cadastrar UGs, RIPs, transferir UGs, transferir RIPs e revisar o regime de ocupação de todos os bens cadastrados no sistema;
- Criar normativo interno acerca da gestão do patrimônio imobiliário;
- Capacitar servidores para gerir o patrimônio imobiliário;
- Regularizar juntamente com os *Campi* as documentações dos imóveis, principalmente os recebidos em doação;
- Reavaliar a necessidade de manter cessões de uso, principalmente no caso dos CIDs;
- Avaliar jurídica e administrativamente como dispor (alienar ou doar) dos bens ociosos construídos com verba do IFCE em terrenos cedidos;
- Inventariar juntamente com os *Campi* todos os imóveis em uso e ociosos;
- Levantar as necessidades acerca da subutilização dos espaços físicos;
- Apresentar estudos, quando da necessidade, que sustentem decisões entre construir ou locar imóveis;
- Avaliar os riscos inerentes à gestão do patrimônio imobiliário;
- Criar indicadores de desempenho de custos operacionais e produtividade, por exemplo, nas dimensões financeiras e funcionais levando em consideração custos com seguro, manutenção, taxa de ocupação e etc.

Cabe informar que o trabalho de avaliação de imóveis encontra-se em andamento pela Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis (CEABI), Portaria nº. 213/PROAP/REITORIA. Tendo todos os CIDs sido vistoriados em 2022. A previsão é que a partir de fevereiro de 2023 sejam vistoriados os *Campi*, assim como haja a entrega dos respectivos laudos seguindo os preceitos das Instrução Normativa nº. 67 de 20 de setembro de 2022 da Secretaria do Patrimônio da União – SPU e Instrução Normativa nº. 22 de 22 de fevereiro de 2017 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

➤ **Obras entregues em 2022**

Em 2022 foram entregues 25 obras (10 novas edificações voltadas ao ensino; 07 quadras poliesportivas; 08 reformas diversas).



3.5.3.5. Desfazimento de ativos

Durante o exercício de 2022, 07 (sete) *campi* do IFCE realizaram processo de desfazimento, totalizando a baixa de 1.237 bens permanentes no valor total de R\$186.078,87. Desse total, 1.195, que totalizam o valor de R\$ 115.987,45, são bens permanentes que foram baixados por processo de desfazimento por doação, e 42 são bens semoventes, que totalizam R\$ 70.091,42, tendo sido baixados ou por processo de doação, ou por óbito do semovente.

3.5.3.6. Principais Desafios e Ações Futuras

1. Conclusão da Implantação do SIADS (Sistema Integrado de Gestão Patrimonial), cujas ações encontram-se em andamento;
2. Realização de etiquetagem de todos os bens permanente do IFCE, em decorrência da conclusão da implantação do SIADS, na qual será gerado novo número de tombamento pelo SIADS;
3. Ações de regularização de pendências, contábeis e patrimoniais, apresentadas nos Inventários de bens permanentes e em decorrência da Implantação do SIADS;
4. Realização de processo unificado com todas as unidades do IFCE para contratação de empresa responsável por gerenciar procedimento de desfazimento por leilão dos bens considerados bens inservíveis para a Administração, otimizando espaços e melhorando a gestão de bens no IFCE;
5. Padronização dos procedimentos voltados à realização de inventário, o que ficará otimizado com a implantação do SIADS.

3.5.4. Sustentabilidade Ambiental

3.5.4.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O IFCE vem realizando junto aos seus respectivos campi, ações sistêmicas que visam ao desenvolvimento nacional sustentável. Nesta seara, importa citar as intervenções da gestão em 2022:

3.5.4.2. Realização de licitações para instalação de usinas fotovoltaica

Ampliação da potência instalada para 2,6 MWp, com instalação de novas usinas fotovoltaicas nos campi Jaguaribe, Sobral, Fortaleza e Umirim.

3.5.4.3. Ações para a redução do consumo de recursos naturais

- Adoção da tecnologia *Light Sessteel Frame* para elaboração de projetos de salas de aula e refeitórios, reduzindo o impacto na geração de resíduo e a utilização de água na execução das obras.

- Adoção de equipamentos e componentes de maior eficiência energética, utilização de lâmpadas e luminárias em LED, bem como a instalação de banco de capacitores nas subestações das unidades, reduzindo os custos com consumo reativo.
- Elaboração de projetos e execução da instalação de usinas fotovoltaicas, com previsão de potência total instalada em 5MWp até o final de 2023.

3.6. Gestão da Tecnologia da Informação

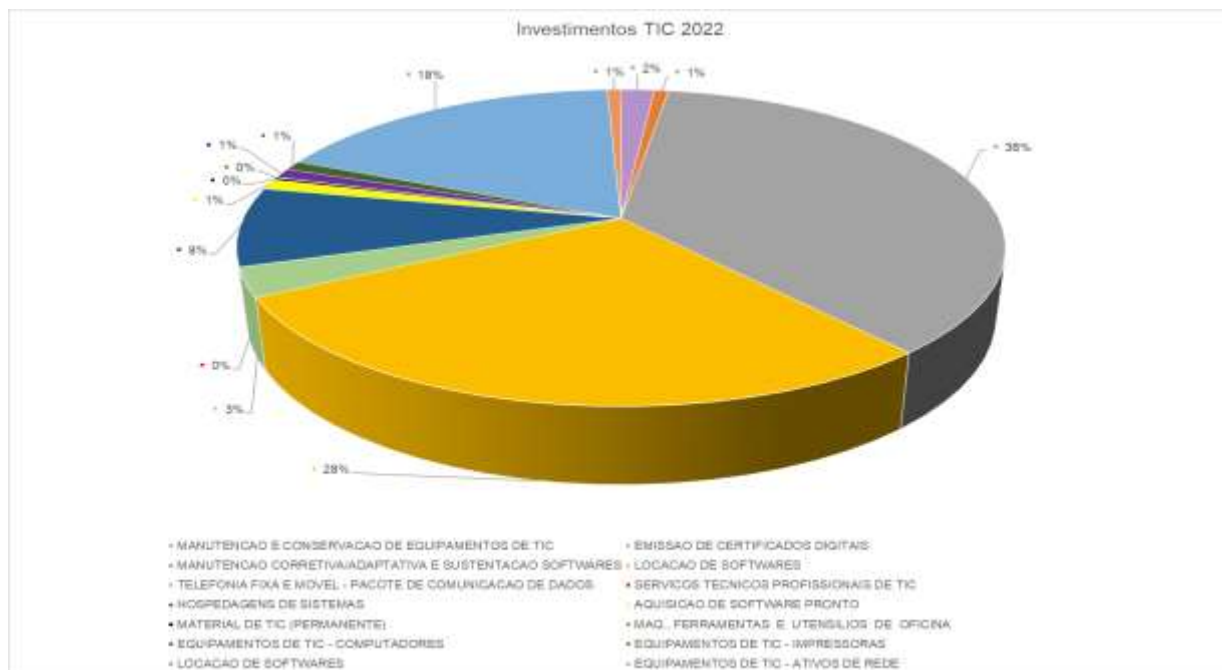
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Economia/Secretaria de Governo Digital, órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação. O Sisp foi instituído pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de tecnologia da informação da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal. Nesse contexto, o IFCE busca constantemente a melhor oferta de serviços e soluções de tecnologia da informação buscando o melhor alinhamento entre TI e negócio.

Os recursos aplicados a Tecnologia da Informação foram divididos entre: material de TIC (consumo), locação de equipamentos de TIC, locação de softwares, manutenção corretiva de software, comunicação de dados, computação em nuvem, emissão de certificados digitais, aquisição de software, material de TIC (permanente), equipamentos de TIC – ativos de rede, computadores, servidores, impressoras.

Despesas T.I.C. 2022					
		DESPESAS		DESPESAS PAGAS	
Ano Lançamento		2022	2021	2022	2021
Grupo Despesa		Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$
4	INVESTIMENTOS	1.679.009,2	3.229.585,81	308.155,78	320.386,72
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.824.495,79	2.392.277,64	1.625.269,07	1.246.574,74
TOTAL		4.503.504,99	5.621.863,45	1.933.424,85	1.566.961,46

As contratações mais relevantes de TI em 2022 foram aquelas que atenderam de forma sistêmica as necessidades da Instituição, como: aquisição de bens de Tecnologia da Informação (Processo SEI: [23255.005710/2022-53](#)), Contratação de licença de software da ferramenta Google Workspace for Education (Processo SEI: [23255.004865/2022-72](#)), contratação de serviços de tecnologia da Informação e comunicação para prestação de serviços de computação em nuvem (Processo SEI: [23255.000003/2022-71](#)), contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de *software* de gestão de ativos de Propriedade Intelectual – PI (Processo SEI:

[23255.004093/2021-98](#)), e contratação do software Simule Rh-Plus (Processo SEI: [23255.003128/2021-71](#)).



INVESTIMENTO	VALOR	PERCENTUAL
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	R\$ 31.596,00	2%
EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	R\$ 13.225,08	1%
MANUTENÇÃO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTAÇÃO SOFTWARES	R\$ 679.735,81	36%
LOCAÇÃO DE SOFTWARES	R\$ 534.376,89	28%
TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	R\$ 55.623,61	3%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TIC	R\$ 373,67	0%
HOSPEDAGENS DE SISTEMAS	R\$ 151.448,01	8%
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	R\$ 20.000,00	1%
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	R\$ 4.658,40	0%
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	R\$ 1.137,16	0%
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	R\$ 18.093,13	1%
EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	R\$ 17.599,99	1%
LOCACAO DE SOFTWARES	R\$ 334.008,00	18%
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	R\$ 13.000,00	1%

3.6.1.Principais sistemas e projetos

No ano de 2022 a Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação teve como principais projetos:

Iniciado, ainda, em 2021, a **Migração de infraestrutura local para infraestrutura em nuvem**: contratação dos serviços de computação em nuvem para migração da infraestrutura local para a infraestrutura de provedores de nuvem garantindo maior disponibilidade dos sistemas de informação do IFCE.

Implantação do Módulo de Ensino no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP

- implantação do Sistema Suap (Módulo Edu) no âmbito do IFCE - ação estratégica para o funcionamento da instituição e alcance de seus objetivos institucionais. Projeto de implantação entre os sistemas Q-Academico e Suap (módulo Edu) no âmbito da reitoria e *campi* do IFCE.

Implantação do Programa de Gestão e Desempenho – PGD: desenvolvimento do módulo gerenciador do Programa de Gestão e Desempenho de modo a garantir o gerenciamento dos planos de trabalhos elaborados pelos servidores e setores no IFCE.

3.6.2.Principais metas não atingidas

As metas listadas abaixo são aquelas consideradas críticas ao andamento do planejamento das ações de tecnologia da informação e ao alcance dos resultados estratégicos da Instituição:

- 1 - Construção e implementação da Política de Continuidade do Negócio de TIC
- 2 - Implementação da Política de Segurança da Informação
- 3 - Construção e implementação da Política de Backup de TIC

As metas acima mencionadas relacionam-se a metas a serem alcançadas para o exercício de 2023 e discutidas junto ao comitê de governança digital.

3.6.3.Segurança da informação

A nova Política de segurança da Informação foi aprovada por meio de seu Conselho Superior – CONSUP em 14 de janeiro de 2020 (Processo SEI: [23255.000176/2020-27](#)), através da Resolução nº 1, e desde, então, dispõe sobre as Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação, a

serem cumpridas no âmbito do IFCE, referentes ao conjunto de medidas de proteção, composto de normas e procedimentos que, quando aplicados aos ativos de informações, possam nortear o IFCE quanto à garantia aos Princípios de Segurança da Informação de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e confidencialidade.

A instituição preocupa-se com a segurança, tendo investido em solução de backup, além das avaliações de segurança dos dados que são realizadas e ações de monitoramento dos sistemas. No próximo exercício serão tomadas mais ações nesse sentido, focando principalmente na LGPD, o que inclui a realização de capacitações e investimentos em soluções de segurança, além de migração dos serviços críticos de TI para infraestrutura de computação em Nuvem aumentando assim a disponibilidade dos mesmos como também a segurança contra possíveis ataques e aumentando a segurança dos dados utilizados e mantidos pela Instituição.

3.7. Gestão de pessoas

3.7.1. Conformidade legal

➤ **Legislação aplicada**

O regime jurídico dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é instituído pela lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Para assegurar a conformidade com a referida lei e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o IFCE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e os órgãos de controle.

Para isso, o IFCE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Órgão Central do SIPEC, de modo que os processos inerentes à Gestão de Pessoas sejam instruídos de acordo com a legislação vigente.

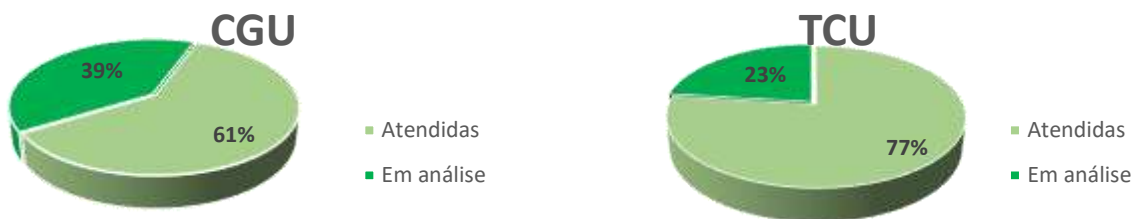
A Gestão de Pessoas do IFCE é coordenada pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), responsável por planejar, coordenar, supervisionar e implementar as políticas de gestão de pessoas, inclusive pela proposição de normativos e orientação referentes às atividades de assistência, administração de pessoal e desenvolvimento dos servidores do Instituto Federal do Ceará. A PROGEP, em 2022 publicou 10 resoluções e uma portaria.

As ações da PROGEP são sistêmicas e objetivam integrar as atividades na área de gestão de pessoas entre os órgãos de recursos humanos com os subsistemas do Instituto, visando à obtenção da eficácia dos processos de trabalho para a consecução dos objetivos organizacionais.

Assim, além das normas e diretrizes publicadas pelo Órgão Central do Sipec, o Instituto Federal do Ceará possui Regulamentos próprios de Gestão de Pessoas, cuja finalidade é alinhar os procedimentos administrativos de modo que todos recebam tratamento isonômico.

➤ **Apontamentos dos Órgãos de Controle**

Aliado a isso, acompanhamos, por meio do Módulo Índícios - portal TCU e por meio do sistema E-aud - CGU, as diligências e apontamentos dos órgãos de controle:



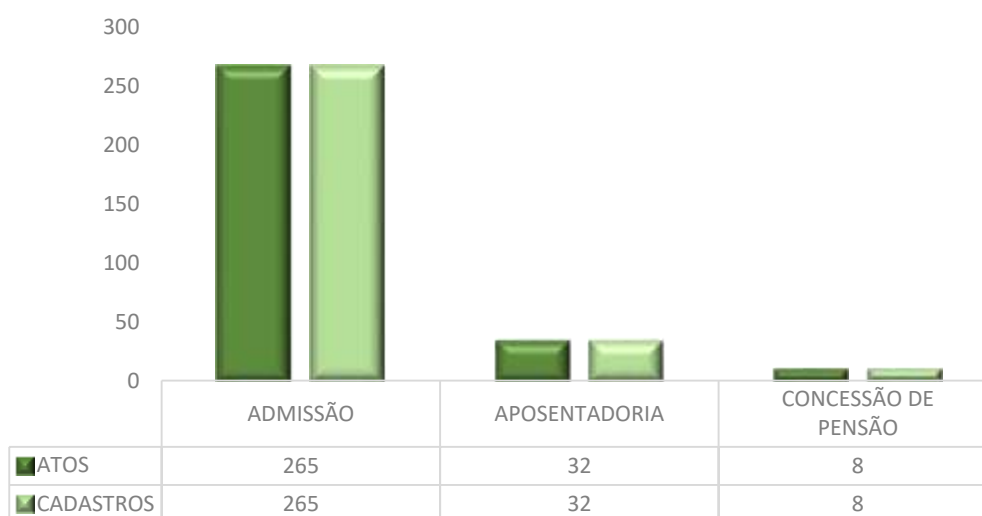
➤ **Indicadores de Conformidade**

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda
Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões - SISAC
Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle
Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao erário
Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios

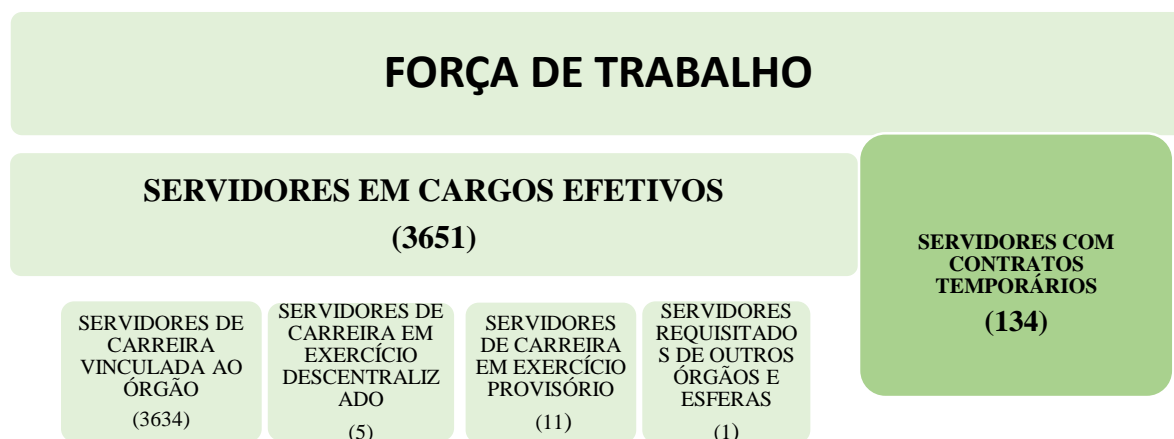
Desde 2022, em virtude da PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 12.421, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021, o controle e o envio das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) tem sido realizado de forma centralizada pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, órgão central do SIPEC.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal, conforme determinações.



Foram instaurados processos de reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da Orientação Normativa Nº 5, de 21/2/2013. Tais reposições irão gerar retorno aos cofres da União de aproximadamente R\$ 131.760,81.

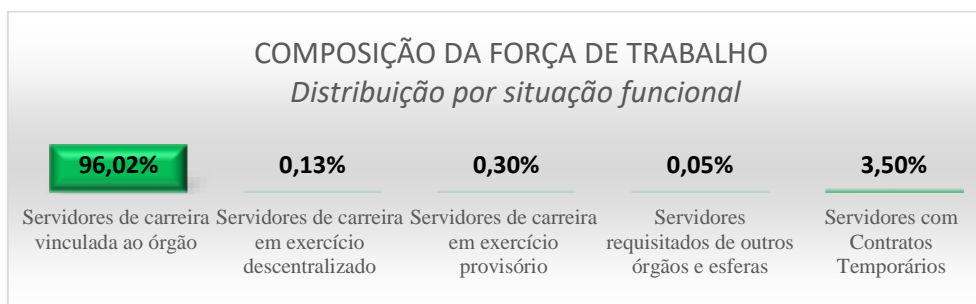
3.7.2. Avaliação da força de trabalho



Fonte: DCP/PROGEP – DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

O quadro de pessoal do IFCE é composto predominantemente de servidores de carreira, distribuídos em dois cargos: Técnico-Administrativos em Educação (TAE) e Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Docente), conforme pode ser observado no quadro anterior. As referidas carreiras são regidas respectivamente pelas Leis 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Ainda sobre a tipologia de cargos efetivos, além dos servidores de carreira vinculados ao órgão, o quadro de pessoal atualmente é composto também por servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório, servidores de carreira requisitados de outros órgão e esferas. Ademais, contamos com servidores com contratos temporários, conforme proporcionalidade demonstrada a seguir:



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

3.7.3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

➤ **Necessidades de recursos humanos**

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009. A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada *campus* e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada *campus*.

É oportuno observar que, para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativo, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspecto estabelecido em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, dentre outros.

➤ **Remoção e alocação de servidores**

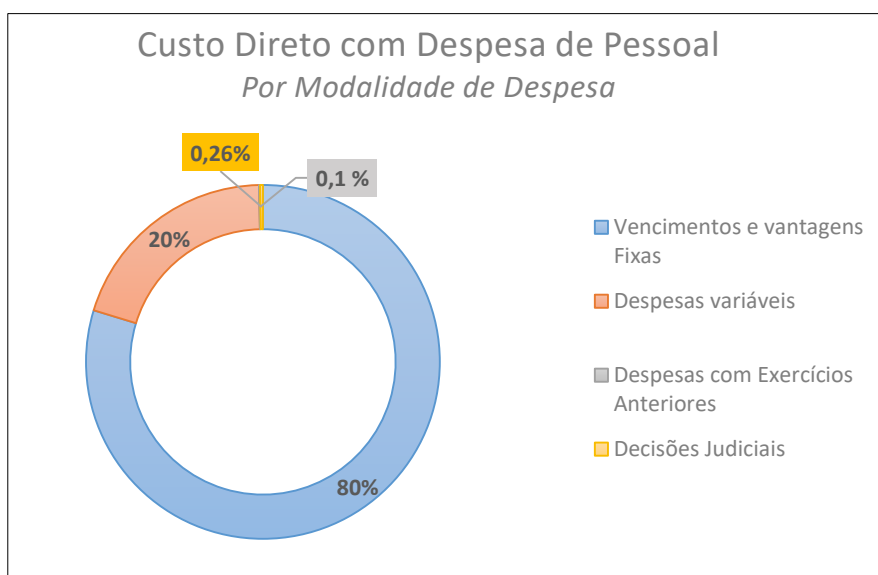
Antes do provimento de cargos, o IFCE realiza processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de *campus* da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios pré-estabelecidos em Resolução Própria ([Resolução CONSUP/IFCE nº 36, de 15 de junho de 2021](#)).

Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos *campi*, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de

aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observado nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acórdãos sobre a matéria.

3.7.4. Detalhamento e despesas de pessoal

Em 2022, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará teve um gasto médio de 544,6 milhões com pessoal ativo (Vantagens Fixas, Gratificação Natalina, Contrato Temporário, Exercício Anteriores, Pessoal Requisitado, Decisão Judicial e Vantagens variáveis). Desses, cerca de 98,93% correspondem às despesas com remuneração e vantagens variadas como retribuição por cargo em comissão e indenizações realizadas com os servidores de carreira vinculados ao órgão.

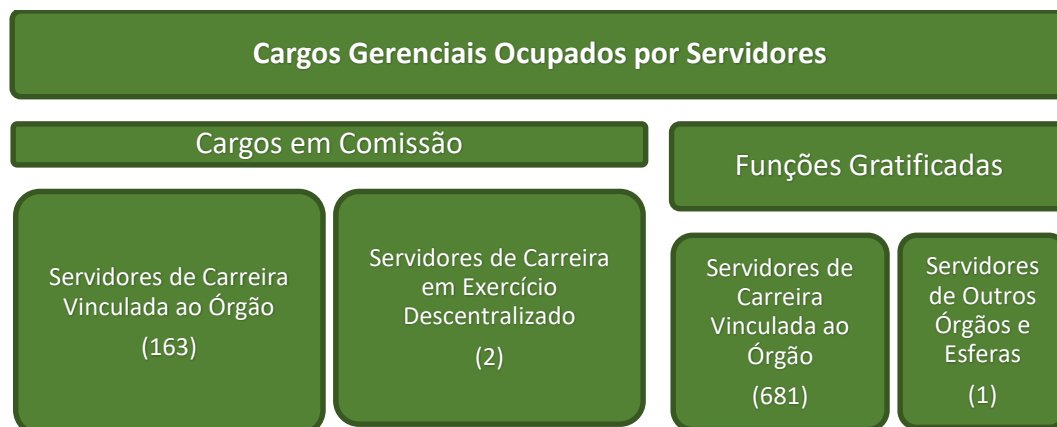


Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

O impacto na Folha de Pagamento de 2022 se deve, em especial às seguintes situações: progressões e promoções de servidores, posse de novos servidores e pagamentos referentes a ações judiciais e exercícios anteriores.



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

3.7.5. Avaliação de desempenho

De acordo com a Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que rege a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, progressão por capacitação profissional ou progressão por mérito Profissional.

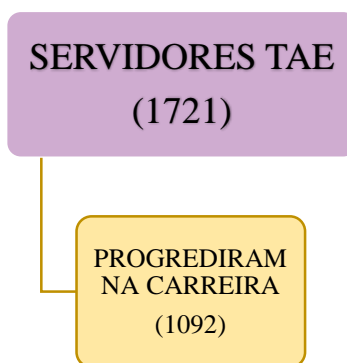
A progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado favorável na avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

No âmbito do IFCE a progressão por mérito profissional se dá a partir da média das avaliações de desempenho realizadas da seguinte forma: autoavaliação, avaliação da chefia imediata e avaliação entre pares.

A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, conforme tabela a seguir:

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO
A	I	Exigência mínima do Cargo
	II	20 horas
	III	40 horas
	IV	60 horas
B	I	Exigência mínima do Cargo
	II	40 horas
	III	60 horas
	IV	90 horas
C	I	Exigência mínima do Cargo
	II	60 horas
	III	90 horas
	IV	120 horas
D	I	Exigência mínima do Cargo
	II	90 horas
	III	120 horas
	IV	150 horas
E	I	Exigência mínima do Cargo
	II	120 horas
	III	150 horas
	IV	Aperfeiçoamento ou curso de capacitação igual ou superior a 180 horas

➤ ***Servidores Técnico-Administrativos em Educação que progrediram da carreira em 2022***



Fonte: <https://sippag-web.ifce.edu.br/portarias/>

Em relação a Carreira do Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), essa é regida pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a qual dispõe que o desenvolvimento na Carreira ocorre mediante progressão funcional e promoção.

Para a progressão, o servidor deve cumprir cumulativamente o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e ser aprovado em avaliação de desempenho individual.

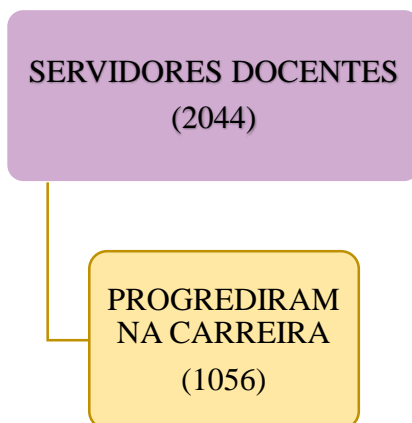
A Promoção na carreira também acontece no interstício de 24 (vinte e quatro) meses a contar do último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, a saber:

para a Classe D II	ser aprovado em processo de avaliação de desempenho
para a Classe D III	ser aprovado em processo de avaliação de desempenho
para a Classe D IV	ser aprovado em processo de avaliação de desempenho
IV para a Classe Titular:	a) possuir o título de doutor; b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, após o estágio probatório, é possibilitado a aceleração da promoção nos seguintes termos:

de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II	apresentação de título de especialista; e
qualquer nível das Classes D I e DII para o nível 1 da classe D III	Apresentação de título de mestre ou doutor.

➤ ***Servidores Docentes que progrediram da carreira em 2022***



Fonte: <https://sippaq-web.ifce.edu.br/portarias>

A Remuneração dos servidores é definida em Lei e segue as seguintes tabelas:

▪ **Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT**

Tabela de Vencimentos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT - LEI N° 13.325/16 – A partir de 01 de agosto de 2019

▪ **Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação**

Tabela de Estrutura e de Vencimento Básico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - LEI N° 13.325, DE 29 DE JULHO DE 2016

3.7.6. Política de desenvolvimento de pessoal

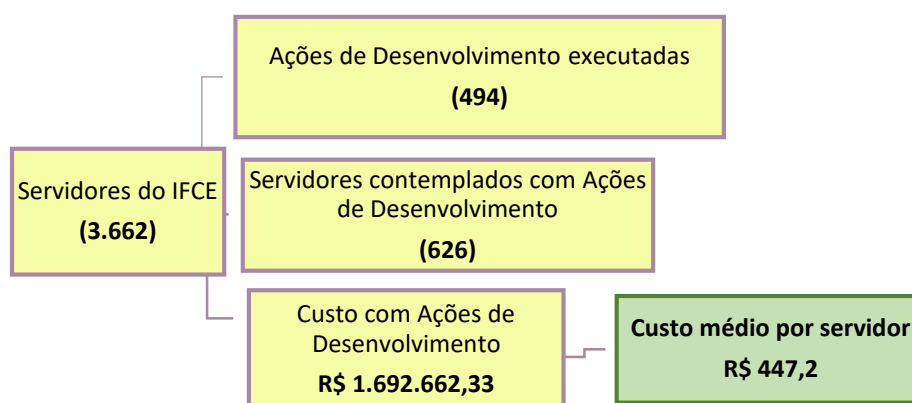
A Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE, regulamentada pela Resolução CONSUP nº 37/2021, prevê orçamento anual compatível com as ações a serem implementadas, garantindo, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades estratégicas, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

Destaca-se, ainda, que a distribuição do montante alocado, anualmente, para capacitação e qualificação obedecerá ao previsto na Política de Desenvolvimento de Pessoal e, ainda, sugestões das comissões representativas dos servidores, Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão Interna de Supervisão-Plano de Cargo e Carreira do Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) em conjunto com a PROGEP e aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

Além do percentual para o orçamento, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE traz os seguintes objetivos:

- I - melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II - desenvolver permanentemente os servidores técnico-administrativos e docentes;
- III - adequar as competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI;
- IV - divulgar e gerenciar as ações de desenvolvimento de pessoas;
- V - racionalizar e garantir a efetividade dos gastos com ações de desenvolvimento; e
- VI - garantir as condições necessárias para participação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida nas ações de desenvolvimento.

➤ **Gastos com capacitação em 2022**



Fonte: Relatório de execução – Portal Sipec

3.7.7. Programa de Gestão e Desempenho

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará está regulamentado pela RESOLUÇÃO Nº 53, DE 30 DE AGOSTO DE 2022.

O IFCE, desde setembro de 2022, tem implementado o projeto-piloto do Programa de Gestão em regime híbrido (teletrabalho e trabalho presencial), e de forma gradual com as progressões de fases coordenadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, conforme detalhado a seguir:

ÁREA	INÍCIO
I- Coordenadoria de Sistemas de Informação, da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (validação do funcionamento da ferramenta desenvolvida)	05/09/2022
II - Administração, Planejamento, Orçamento e Finanças;	14/11/2022
III - Gestão de Pessoas e Chefias de Gabinete	14/12/2022
IV - Auditoria, Controle e Governança	01/02/2023
V - Comunicação Social	PREVISÃO DE INÍCIO - FEV/23
VI - Tecnologia da Informação	PREVISÃO DE INÍCIO - MAR/23
VII - Assistência Estudantil	PREVISÃO DE INÍCIO - ABR/23
VIII - Atividades administrativas das áreas finalísticas (Ensino, Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação).	PREVISÃO DE INÍCIO - MAI/23

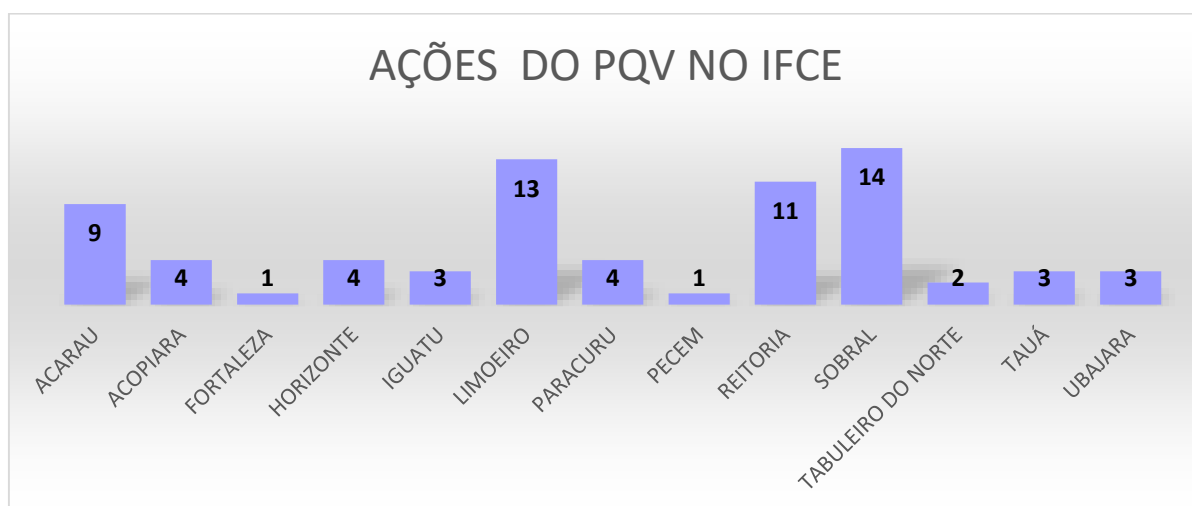
Como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados, o IFCE tem utilizado módulo específico do Sistema Unificado da Administração Pública. Conforme mencionado anteriormente a implantação do PGD tem

progredido de forma gradual e até dezembro de 2022 foram autorizados 28 planos de trabalho no módulo PGD- SUAP.

3.7.8. Programa Qualidade de Vida

Em atendimento ao eixo referente à promoção à saúde, constante dos normativos do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), instituiu-se no IFCE o Programa Qualidade de Vida (PQV), cujo objetivo é promover ações de valorização dos servidores com foco em bem-estar e saúde.

No ano de 2022 foram desenvolvidas 72 ações do PQV em 13 das 35 unidades do IFCE, conforme quantitativo detalhado a seguir:



Dentre as ações, destacamos o Programa “CAEF em movimento”, iniciativa da Coordenadoria de Educação Física do IFCE campus Fortaleza que oferta, de forma contínua ao longo do ano, práticas pedagógicas corporais para a comunidade interna e externa.

O projeto atende em média 115 pessoas da comunidade interna entre servidores e terceirizados, nas seguintes modalidades: futsal, hidroginástica, futebol de campo, voleibol, musculação.

Destacamos também o “Projeto Cores e Causas” desenvolvido da unidade da Reitoria com a abordagem de temáticas importantes na perspectiva de valorização da vida e da promoção à saúde. As palestras temáticas foram transmitidas a todos os servidores no canal IFCE, obtendo assim um alcance de toda instituição.

3.7.9. Desafios e ações futuras

➤ **Desafios**

- Capacitar e qualificar todos os servidores do IFCE conforme previsto no PDI.
- Desenhar e otimizar o fluxo de todos os processos da área de gestão de pessoas.
- Modernizar e automatizar todas atividades repetitivas e rotineiras da Gestão de Pessoas, no sentido de dar mais celeridade na conclusão dos processos, evitar erros e aumentar a eficiência no atendimento das demandas dos usuários dos serviços públicos.

➤ **Ações Futuras**

- Fortalecer a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação/PROGEP para gerenciar a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE.
- Desenvolver sistemas informatizados para automatizar as rotinas e atividades da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.



Demonstrações contábeis

4. Demonstrações Contábeis

4.1. Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a evolução dos bens, direitos (ativo) e obrigações (passivo) da entidade e a situação patrimonial, por meio de contas, comparando a períodos anteriores. Evidencia ainda, através de contas de compensação (natureza de informação de controle), os atos potenciais ativos e passivos a executar, que podem afetar futuramente o patrimônio.

ATIVO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE	73.891.780,77	94.845.796,03	-22,09%	4,39%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%	3,71%
Créditos a Curto Prazo	2.657.635,97	23.744.234,87	-88,81%	0,16%
Demais Créditos e Valores	2.657.635,97	23.744.234,87	-88,81%	0,16%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	8.812.553,91	8.746.734,33	0,75%	0,52%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	30.709,55	31.958,28	-3,91%	0,0018%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.607.904.395,70	689.501.736,36	133,20%	95,61%
Ativo Realizável a Longo Prazo	634.895,54	634.895,54	0%	0,04%
Créditos a Longo Prazo	634.895,54	634.895,54	0%	0,04%
Dívida Ativa Não Tributária	530.020,45	530.020,45	0%	0,03%
Demais Créditos e Valores	104.875,09	104.875,09	0%	0,01%
Investimentos Imobilizado	1.606.346.558,88	687.975.997,16	133,49%	95,51%
Bens Móveis	192.757.041,52	204.438.830,94	-5,71%	11,46%
Bens Móveis	236.530.909,02	229.204.694,81	3,20%	14,06%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-43.773.430,18	-24.765.426,55	76,75%	-2,60%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32	0%	0,00003%
Bens Imóveis	1.413.589.517,36	483.537.166,22	192,34%	84,05%
Bens Imóveis	1.414.093.762,88	488.326.811,28	189,58%	84,08%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-504.245,52	-4.789.645,06	-89,47%	-0,03%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
Intangível	922.941,28	890.843,66	3,60%	0,05%
Softwares	908.106,95	876.009,33	3,66%	0,05%
Softwares	1.233.932,70	1.149.750,65	7,32%	0,07%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-325.825,75	-273.741,32	19,03%	-0,02%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0%	0,0009%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0%	0,0009%
Diferido	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.681.796.176,47	784.347.532,39	114,42%	100,00%

PASSIVO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
PASSIVO CIRCULANTE	164.406.431,26	175.634.655,40	-6,39%	9,78%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	96.253.207,89	100.984.910,88	-4,69%	5,72%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.243.652,04	4.866.766,69	-33,35%	0,19%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-		
Transferências Fiscais a Curto Prazo	2.930,33	2.930,33	0%	0,00017%
Provisões a Curto Prazo	-	-		
Demais Obrigações a Curto Prazo	64.906.641,00	69.780.047,50	-6,98%	3,86%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.383,13	1.497.925,47	-99,77%	0,0002%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	0	1.494.542,34	-100%	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-		
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.903,13	2.903,13	0%	0,00017%
Demais Obrigações a Longo Prazo	480,00	480,00	0%	0,000029%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	164.409.814,39	177.132.580,87	-7,18%	9,78%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
Patrimônio Social e Capital Social	-	-		
Reservas de Capital	-	-		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-		
Reservas de Lucros	-	-		
Demais Reservas	-	-		
Resultados Acumulados	1.517.386.362,08	607.214.951,52	149,89%	90,22%
Resultado do Exercício	939.413.531,51	9.439.608,56	9851,83%	55,86%
Resultados de Exercícios Anteriores	607.214.951,52	642.726.635,52	-5,53%	36,11%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-29.242.120,95	-44.951.292,56	-34,95%	-1,74%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.517.386.362,08	607.214.951,52	149,89%	90,22%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.681.796.176,47	784.347.532,39	114,42%	100%

Os ativos compreendem o somatório dos bens e direitos do IFCE, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O patrimônio líquido demonstra a situação patrimonial da entidade, sendo verificado pelo valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. É composto por resultados do exercício corrente e de anteriores, que são apurados pelo confronto das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	62.396.379,74	62.328.366,95	PASSIVO FINANCEIRO	98.614.017,21	116.906.777,65
ATIVO PERMANENTE	1.619.399.796,73	722.019.165,44	PASSIVO PERMANENTE	101.839.408,63	113.397.843,76
			SALDO PATRIMONIAL	1.481.342.750,63	554.042.910,98

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	57.213.168,26	72.896.429,95
Atos Potenciais Ativos	57.213.168,26	72.896.429,95
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.797.000,40	5.303.276,85
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	52.318.190,94	67.491.431,46
Direitos Contratuais	97.976,92	101.721,64
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	57.213.168,26	72.896.429,95
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	297.364.964.959,17	149.771.215,31
Atos Potenciais Passivos	297.364.964.959,17	149.771.215,31
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	3.360.795,38	3.378.121,63
Obrigações Contratuais	297.361.604.163,79	146.393.093,68
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	297.364.964.959,17	149.771.215,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO PATRIMONIAL	APURADO NO BALANÇO
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-30.706.927,60
Recursos Vinculados	-5.510.709,87
Educação	-3.984.864,06
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-9.424,35
Previdência Social (RPPS)	-174.879,44
Dívida Pública	-1.326.954,66
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-14.587,36
TOTAL	-36.217.637,47

4.2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações ocorridas no patrimônio da entidade e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações decorrentes de transações que aumentam (VPA - variações patrimoniais aumentativas) ou diminuem (VPD - variações patrimoniais diminutivas) o patrimônio líquido e integrará o Balanço Patrimonial (BP) ao término do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.976.161.802,08	950.606.188,23	107,88%	100%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		
Contribuições	-	-		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.867.262,59	570.711,53	227,18%	0,094%
Venda de Mercadorias	246.142,42	251.789,55	-2,24%	0,012%
Vendas de Produtos	109,00	-		0,00001%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.621.011,17	318.921,98	408,28%	0,082%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	146.843,65	-		0,007%
Juros e Encargos de Mora	11,91	-		0,000001%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	146.831,74	-		0,007%
Transferências e Delegações Recebidas	1.828.463.072,70	940.363.608,35	94,44%	92,53%
Transferências Intragovernamentais	976.741.110,84	926.457.645,56	5,43%	49,43%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	851.721.961,86	13.905.962,79	6024,87%	43,10%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	145.184.827,71	9.236.218,15	1471,91%	7,35%
Reavaliação de Ativos	64.858.786,80	-		3,282%
Ganhos com Incorporação de Ativos	41.408.335,16	153.943,67	26798,37%	2,10%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	38.917.705,75	9.082.274,48	328,50%	1,97%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	499.795,43	435.650,20	14,72%	0,025%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	499.795,43	435.650,20	14,72%	0,025%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.036.748.270,57	941.166.579,67	10,16%	100,00%
Pessoal e Encargos	666.296.718,38	642.641.107,75	3,68%	64,27%
Remuneração a Pessoal	528.380.339,28	509.733.144,21	3,66%	50,97%
Encargos Patronais	106.741.957,33	103.397.710,92	3,23%	10,30%
Benefícios a Pessoal	31.174.421,77	29.510.252,62	5,64%	3,01%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	79.582.097,28	80.798.691,93	-1,51%	7,68%
Aposentadorias e Reformas	64.464.354,76	66.003.905,85	-2,33%	6,22%
Pensões	14.992.851,93	14.575.141,74	2,87%	1,45%
Benefícios Eventuais	10.500,00	103.900,00	-89,89%	0,001%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	114.390,59	115.744,34	-1,17%	0,011%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	101.033.976,09	74.916.931,47	34,86%	9,75%
Uso de Material de Consumo	15.638.229,87	11.696.039,28	33,71%	1,51%
Serviços	78.584.778,65	59.413.794,18	32,27%	7,58%
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.810.967,57	3.807.098,01	78,90%	0,66%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.611,41	42.756,22	-91,55%	0,0003%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos				
Obtidos	-	-		
Juros e Encargos de Mora	2.903,81	42.756,22	-93,21%	0,00028%
Descontos Financeiros Concedidos	707,60	-		0,00007%
Transferências e Delegações Concedidas	152.780.230,21	109.819.637,08	39,12%	14,74%
Transferências Intragovernamentais	108.808.987,04	95.363.206,87	14,10%	10,50%
Transferências a Instituições Privadas	123.521,00	131.811,00	-6,29%	0,012%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	43.847.722,17	14.324.619,21	206,10%	4,23%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	22.340.935,74	14.936.067,36	49,58%	2,15%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.145.060,23	-		0,30%
Perdas Involuntárias	-	7.137,55		
Incorporação de Passivos	18.481.009,48	14.717.838,76	25,57%	1,78%
Desincorporação de Ativos	714.866,03	211.091,05	238,65%	0,069%
Tributárias	34.086,29	8.108,20	320,39%	0,00329%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.158,66	646,10	79,33%	0,00011%

Contribuições	32.927,63	7.462,10	341,26%	0,00318%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.676.615,17	18.003.279,66	-18,48%	1,42%
Premiações	32.396,00	28.799,98	12,49%	0,0031%
Incentivos	14.235.331,60	17.476.425,17	-18,55%	1,37%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	408.887,57	498.054,51	-17,90%	0,039%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	939.413.531,51	9.439.608,56	9851,83%	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021		
-	-	-	-	-

4.3. Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Por sua vez, as despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	590.012,00	590.012,00	2.126.534,08	1.536.522,08
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	93.051,00	93.051,00	312.204,64	219.153,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	93.051,00	93.051,00	165.372,90	72.321,90
Valores Mobiliários	-	-	146.831,74	146.831,74
Receita Agropecuária	336.690,00	336.690,00	246.142,42	-90.547,58
Receita Industrial	4.320,00	4.320,00	109,00	-4.211,00
Receitas de Serviços	155.951,00	155.951,00	1.453.051,86	1.297.100,86
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	155.951,00	155.951,00	1.453.051,86	1.297.100,86
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	115.026,16	115.026,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	17.279,46	17.279,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	97.746,70	97.746,70
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	590.012,00	590.012,00	2.126.534,08	1.536.522,08

REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	590.012,00	590.012,00	2.126.534,08	1.536.522,08
DEFICIT			856.944.931,19	856.944.931,19
TOTAL	590.012,00	590.012,00	859.071.465,27	858.481.453,27
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	17.957.078,00	-	-17.957.078,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	5.036.430,00	-	-
Créditos Cancelados	-	12.920.648,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	836.484.790,00	852.026.912,00	847.025.795,10	823.224.108,15	762.307.730,36	5.001.116,90
Pessoal e Encargos Sociais	699.003.962,00	721.325.317,00	707.235.830,00	704.782.800,60	649.511.367,36	14.089.487,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.480.828,00	130.701.595,00	139.789.965,10	118.441.307,55	112.796.363,00	-9.088.370,10
DESPESAS DE CAPITAL	6.418.656,00	8.833.612,00	12.045.670,17	5.159.653,49	4.354.343,04	-3.212.058,17
Investimentos	6.418.656,00	8.833.612,00	12.045.670,17	5.159.653,49	4.354.343,04	-3.212.058,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	842.903.446,00	860.860.524,00	859.071.465,27	828.383.761,64	766.662.073,40	1.789.058,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	842.903.446,00	860.860.524,00	859.071.465,27	828.383.761,64	766.662.073,40	1.789.058,73
TOTAL	842.903.446,00	860.860.524,00	859.071.465,27	828.383.761,64	766.662.073,40	1.789.058,73

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.824.095,06	23.779.776,78	22.434.927,11	22.307.354,31	6.090.641,00	2.205.876,53
Pessoal e Encargos Sociais	5.039,92	90.000,00	94.251,14	94.251,14	788,78	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.819.055,14	23.689.776,78	22.340.675,97	22.213.103,17	6.089.852,22	2.205.876,53
DESPESAS DE CAPITAL	12.098.536,23	10.469.632,47	18.434.536,20	17.821.698,09	856.028,41	3.890.442,20
Investimentos	12.098.536,23	10.469.632,47	18.434.536,20	17.821.698,09	856.028,41	3.890.442,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.922.631,29	34.249.409,25	40.869.463,31	40.129.052,40	6.946.669,41	6.096.318,73

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	213.855,96	62.658.200,78	62.750.448,27	43.281,21	78.327,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	55.759.390,85	55.759.390,85	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	213.855,96	6.898.809,93	6.991.057,42	43.281,21	78.327,26

DESPESAS DE CAPITAL	-	626.397,18	626.397,18	-	-
Investimentos	-	626.397,18	626.397,18	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	213.855,96	63.284.597,96	63.376.845,45	43.281,21	78.327,26

4.4. Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários. Computam-se nele os restos a pagar inscritos, nos ingressos extraorçamentários, e pagos, nos dispêndios extraorçamentários. Há ainda a demonstração dos saldos de recursos financeiros em caixa do exercício anterior e o saldo a iniciar o exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício.

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
Receitas Orçamentárias	2.126.534,08	690.296,40	208,06%	0,19%
Ordinárias	-	-		
Vinculadas	2.908.520,62	693.245,20	319,55%	0,26%
Educação	83.230,55	102.819,98	-19,05%	0,01%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.825.290,07	590.425,22	378,52%	0,25%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-781.986,54	-2.948,80	26418,81%	-0,07%
Transferências Financeiras Recebidas	976.741.110,84	926.457.645,56	5,43%	86,08%
Resultantes da Execução Orçamentária	900.183.438,68	831.150.041,08	8,31%	79,33%
Repasso Recebido	824.265.828,84	773.082.947,20	6,62%	72,64%
Sub-repasso Recebido	75.917.609,84	58.067.093,88	30,74%	6,69%
Independentes da Execução Orçamentária	76.557.672,16	95.307.604,48	-19,67%	6,75%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	75.046.261,22	93.419.013,97	-19,67%	6,61%
Demais Transferências Recebidas	57,96	2.607,41	-97,78%	0,000005%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.511.352,98	1.885.983,10	-19,86%	0,13%
Recebimentos Extraorçamentários	93.517.510,01	98.600.978,19	-5,16%	8,24%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	61.721.688,24	62.743.150,70	-1,63%	5,44%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	30.687.703,63	34.249.409,25	-10,40%	2,70%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	724.488,14	1.317.044,73	-44,99%	0,06%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	383.630,00	291.373,51	31,66%	0,03%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.970,13	-	-	0,00026%
Arrecadação de Outra Unidade	380.659,87	291.373,51	30,64%	0,03%
Saldo do Exercício Anterior	62.322.868,55	56.681.742,10	9,95%	5,49%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.322.868,55	56.681.742,10	9,95%	5,49%
TOTAL	1.134.708.023,48	1.082.430.662,25	4,83%	100%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
Despesas Orçamentárias	859.071.465,27	811.250.248,25	5,89%	75,71%
Ordinárias	766.866.805,78	743.312.975,15	3,17%	67,58%

Vinculadas	92.204.659,49	67.937.273,10	35,72%	8,13%
Educação	4.210.460,05	2.533.808,22	66,17%	0,37%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.235.390,00	34.100.667,51	-87,58%	0,37%
Previdência Social (RPPS)	79.853.085,00	29.166.568,97	173,78%	7,04%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.905.724,44	2.136.228,40	82,83%	0,34%
Transferências Financeiras Concedidas	108.808.987,04	95.363.206,87	14,10%	9,59%
Resultantes da Execução Orçamentária	75.924.488,99	58.403.749,22	30,00%	6,69%
Repasso Concedido	6.879,15	-	-	0,0006%
Sub-repasso Concedido	75.917.609,84	58.067.093,88	30,74%	6,69%
Repasso Devolvido	-	336.655,34	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	32.884.498,05	36.959.457,65	-11,03%	2,90%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	32.397.846,45	36.549.958,65	-11,36%	2,86%
Demais Transferências Concedidas	5.856,54	12.610,51	-53,56%	0,0005%
Movimento de Saldos Patrimoniais	480.795,06	396.888,49	21,14%	0,04%
Pagamentos Extraorçamentários	104.436.689,83	113.494.338,58	-7,98%	9,20%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	63.376.845,45	61.240.039,31	3,49%	5,59%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	40.129.052,40	51.120.650,24	-21,50%	3,54%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	927.821,85	1.133.649,03	-18,16%	0,08%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.970,13	-	-	0,00026%
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.970,13	-	-	0,00026%
Saldo para o Exercício Seguinte	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%	5,50%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%	5,50%
TOTAL	1.134.708.023,48	1.082.430.662,25	4,83%	100%

4.5. Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia entradas e saídas de caixa em diferentes fluxos financeiros: operacional, investimento e financiamento, com objetivo de demonstrar ao usuário a forma de obtenção e destinação dos recursos financeiros nas atividades da entidade.

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22.870.451,10	36.991.618,98	-38,17%
INGRESSOS	979.975.763,06	928.756.360,20	5,51%
Receita Tributária	-	-	
Receita de Contribuições	-	-	
Receita Patrimonial	165.372,90	113.036,98	46,30%
Receita Agropecuária	246.142,42	251.789,55	-2,24%
Receita Industrial	109,00	-	
Receita de Serviços	1.453.051,86	205.885,00	605,76%
Remuneração das Disponibilidades	146.831,74	-	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	115.026,16	119.584,87	-3,81%
Transferências Recebidas	-	-	
Outros Ingressos Operacionais	977.849.228,98	928.066.063,80	5,36%
Ingressos Extraorçamentários	724.488,14	1.317.044,73	-44,99%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.970,13	-	
Transferências Financeiras Recebidas	976.741.110,84	926.457.645,56	5,43%
Arrecadação de Outra Unidade	380.659,87	291.373,51	30,64%

DESEMBOLSOS	-957.105.311,96	-891.764.741,22	7,33%
Pessoal e Demais Despesas	-744.134.906,99	-695.300.167,63	7,02%
Administração	-187.224,53	-	
Segurança Pública	-1.018.604,65	-	
Previdência Social	-84.750.185,26	-80.831.472,96	4,85%
Educação	-655.376.873,93	-612.953.302,33	6,92%
Direitos da Cidadania	-100.000,00	-	
Ciência e Tecnologia	-293.200,00	-	
Agricultura	-1.655.742,40	-568.113,70	191,45%
Organização Agrária	-547.295,43	-525.975,56	4,05%
Desporto e Lazer	-198.000,00	-416.921,50	-52,51%
Encargos Especiais	-4.810,66	-4.381,58	9,79%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.970,13	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-103.233.596,08	-99.967.717,69	3,27%
Intragovernamentais	-103.110.075,08	-99.835.906,69	3,28%
Outras Transferências Concedidas	-123.521,00	-131.811,00	-6,29%
Outros Desembolsos Operacionais	-109.736.808,89	-96.496.855,90	13,72%
Dispêndios Extraorçamentários	-927.821,85	-1.133.649,03	-18,16%
Transferências Financeiras Concedidas	-108.808.987,04	-95.363.206,87	14,10%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.802.438,31	-31.350.492,53	-27,27%
INGRESSOS	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	
DESEMBOLSOS	-22.802.438,31	-31.350.492,53	-27,27%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-22.287.885,47	-31.122.589,03	-28,39%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-514.552,84	-227.903,50	125,78%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
INGRESSOS	-	-	
Operações de Crédito	-	-	
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-	
Transferências de Capital Recebidas	-	-	
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	
DESEMBOLSOS	-	-	
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	68.012,79	5.641.126,45	-98,79%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	62.322.868,55	56.681.742,10	9,95%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%

4.6. Notas explicativas

4.6.1. Estrutura do Instituto Federal do Ceará – IFCE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) é uma pessoa jurídica pertencente à administração indireta, com natureza jurídica de autarquia federal, criada nos termos da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro

Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. Trata-se de uma instituição pública de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, voltada à educação superior, básica e profissional pluricurricular, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A autarquia é inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.744.098/0001-45 e sua sede administrativa, a Reitoria, está estrategicamente localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, rua Jorge Dumar, 1703, bairro Jardim América, CEP 60.410-426. Atualmente, a estrutura do IFCE é composta de 35 unidades, sendo 30 *campi*, 3 *campi* avançados, 1 polo de inovação e 1 reitoria.

Estrutura institucional do IFCE.



UNIDADES	UG	CNPJ
01 - Acaraú	158322	10.744.098/0011-17
02 - Acopiara	158969	10.744.098/0032-41
03 - Aracati	158958	10.744.098/0021-99
04 - Baturité	158951	10.744.098/0014-60
05 - Boa Viagem	158968	10.744.098/0031-60
06 - Camocim	158961	10.744.098/0024-31
07 - Canindé	158323	10.744.098/0012-06
08 - Caucaia	158960	10.744.098/0023-50
09 - Cedro	158318	10.744.098/0007-30
10 - Crateús	158324	10.744.098/0013-89
11 - Crato	158321	10.744.098/0010-36
12 - Fortaleza	158313	10.744.098/0002-26
13 - Guaramiranga (Avançado)	158962	10.744.098/0025-12
14 - Horizonte	158967	10.744.098/0030-80

15 - Iguatu	158320	10.744.098/0008-11
16 - Itapipoca	158965	10.744.098/0028-65
17 - Jaguaribe	158955	10.744.098/0018-93
18 - Jaguaruana (Avançado)	158963	10.744.098/0026-01
19 - Juazeiro do Norte	158316	10.744.098/0005-79
20 - Limoeiro do Norte	158314	10.744.098/0003-07
21 - Maracanaú	158319	10.744.098/0009-00
22 - Maranguape	158973	10.744.098/0033-22
23 – Mombaça (Avançado)	000973	-
24 - Morada Nova	158954	10.744.098/0017-02
25 - Paracuru	158966	10.744.098/0029-46
26 - Pecém	158974	10.744.098/0034-03
27 - Pólo de inovação Fortaleza	158964	10.744.098/0027-84
28 - Quixadá	158315	10.744.098/0004-98
29 - Reitoria	158133	10.744.098/0001-45
30 - Sobral	158317	10.744.098/0006-50
31 - Tabuleiro do Norte	158953	10.744.098/0016-21
32 - Tauá	158952	10.744.098/0015-40
33 - Tianguá	158956	10.744.098/0019-74
34 - Ubajara	158959	10.744.098/0022-70
35 - Umirim	158957	10.744.098/0020-08

4.6.2. Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP do IFCE foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200/1967](#), do [Decreto nº 93.872/1986](#), da [Lei nº 10.180/2001](#) e da [Lei Complementar nº 101/2000](#). Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As informações constantes nas DCASP foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades que compõem o órgão 26405 – Instituto Federal do Ceará (IFCE), autarquia federal da administração indireta integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do [Decreto nº 93.872/1986](#)), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

4.6.3. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

Estão elencados abaixo os critérios e políticas contábeis aplicados ao IFCE, com base nos conceitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e parâmetros do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

➤ **Moeda**

A moeda utilizada pelo IFCE é o real.

➤ **Caixa e equivalentes de caixa (Disponibilidades)**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, estes, contabilizados em contas de resultado.

➤ **Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

➤ **Estoques**

Compreendem os materiais em almoxarifado (para consumo na prestação de serviço, distribuição, entre outros), mercadorias para revenda, produtos acabados e em elaboração. Na entrada, esses bens são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição, produção e construção ou valor realizável líquido, sendo considerado o menor valor. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, atualmente gerenciado no IFCE pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

➤ **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. As transferências externas desses ativos são realizadas pelo valor contábil líquido, com base nos registros contábeis e relatórios do sistema SUAP. Internamente, entre unidades gestoras do IFCE, são realizadas as transferências com o valor de aquisição e da respectiva depreciação acumulada em contas contábeis específicas.

➤ **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Os intangíveis de vida útil indefinida devem passar pelo teste de recuperabilidade (*impairment*).

➤ **Depreciação de bens móveis, imóveis e amortização de bens intangíveis**

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Os bens móveis do IFCE têm sua depreciação apurada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), reconhecida contabilmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- a) Método das quotas constantes;
- b) Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, integrante do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, com determinação da vida útil e valor residual dos bens agregados por conta contábil.

A depreciação dos bens imóveis do IFCE é apurada mensalmente através do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- a) Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- b) Reavaliados, aqueles nos quais:
 - Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

A amortização dos bens intangíveis do IFCE, com vida útil definida, é apurada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e reconhecida contabilmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- a) Estimativa de vida útil individualizada

b) Método das quotas constantes

A estimativa de vida útil, que determina o período de amortização do bem intangível, deve ser revisada ao final de cada exercício.

➤ **Passivos circulantes e não circulantes**

As obrigações do IFCE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

➤ **Ajustes de exercícios anteriores**

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de resultados acumulados no balanço patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.

➤ **Restos a Pagar**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento. Segregam-se em “processados”, quando em 31 de dezembro são empenhos liquidados a pagar (mas não pagos), e em “não processados”, quando não houve a entrega/realização do objeto de despesa empenhado.

4.6.4. Ativo circulante

O Ativo Circulante é um grupo do ativo que demonstra as disponibilidades financeiras, os bens e direitos que serão convertidos em dinheiro, o estoque de materiais que serão consumidos

no curto prazo na produção de serviços públicos prestados pela entidade ou ativos mantidos para venda no curso operacional.

O ativo circulante representa 4,39% do Ativo Total do órgão. A análise horizontal indica diminuição do Ativo Circulante em 22,09% no exercício de 2022 comparado ao ano anterior.

ATIVO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE	73.891.780,77	94.845.796,03	-22,09%	4,39%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%	3,71%
Créditos a Curto Prazo	2.657.635,97	23.744.234,87	-88,81%	0,16%
<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>2.657.635,97</i>	<i>23.744.234,87</i>	<i>-88,81%</i>	<i>0,16%</i>
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	8.812.553,91	8.746.734,33	0,75%	0,52%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	30.709,55	31.958,28	-3,91%	0,0018%

4.6.5. Caixa e equivalentes de caixa

O subgrupo de Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição para uso imediato.

A entidade realiza suas movimentações financeiras através da liberação de limite-saque da Conta Única do Tesouro Nacional para entidades pertencentes ao orçamento fiscal e seguridade social – OFSS.

A tabela a seguir, demonstra a composição dos recursos de Caixa e Equivalentes de Caixa, evidenciando o saldo de R\$ 62.390.881,34 em 31 de dezembro de 2022, o qual apresentou variação de 0,11% em comparação ao exercício anterior.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	R\$ 7.624,56	R\$ 7.624,56	0%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	R\$ 3.525.913,50	R\$ 3.740.504,56	-5,74%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento - OFSS	R\$ 58.857.343,28	R\$ 58.574.739,43	0,48%

4.6.6. Créditos a curto prazo

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, multas contratuais administrativas, créditos por dano ao patrimônio, direitos por adiantamentos concedidos entre outros.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	ANÁLISE HORIZONTAL
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 2.657.635,97	R\$ 23.744.234,87	-88,81%
Adiantamentos concedidos	R\$ 1.597.300,09	R\$ 22.669.894,84	-92,95%
Férias	R\$ 0,00	R\$ 21.686.706,45	-
Salários e ordenados - pagamento antecipado	R\$ 1.595.920,27	R\$ 981.808,57	62,55%
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 1.379,82	R\$ 1.379,82	0%
Créditos por danos ao patrimônio	R\$ 301.249,78	R\$ 301.249,78	0%
Cred a rec por dano ao patrimônio	R\$ 301.249,78	R\$ 301.249,78	0%
Outros créditos a rec e valores a curto prazo	R\$ 759.086,10	R\$ 773.090,25	-1,81%
Outros cred a rec e valores a curto prazo	R\$ 58.406,08	R\$ 52.370,23	11,53%
Aluguéis a receber	R\$ 1.890,72	R\$ 0,00	-
Valores a recup por indenização sinistros pg	R\$ 18.389,79	R\$ 18.389,79	0%
Vales, tickets e bilhetes	R\$ 3.203,20	R\$ 3.203,20	0%
Valores em transito realizáveis a curto prazo	R\$ 622,75	R\$ 587,02	6,09%
Créditos a rec decor de infraç leg e contratuais	R\$ 24.691,82	R\$ 24.691,82	0%
Créditos a rec por reemb salario maternidade pg	R\$ 5.498,40	R\$ 5.498,40	0%
Créditos de energia a compensar	R\$ 4.109,40	R\$ 0,00	-
Outros cred a rec e valores a cp - intra ofss	R\$ 700.680,02	R\$ 720.720,02	-2,78%
Adiantamento - termo execução descentralizada	R\$ 700.680,02	R\$ 720.720,02	-2,78%

4.6.7. Estoques

Os estoques compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades (MCASP 8ª edição). São utilizados na produção de serviços públicos ou distribuídos gratuitamente aos discentes em ações voltadas à assistência estudantil.

Os saldos de estoques das unidades devem estar conciliados com o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), esse, utilizado pelos gestores de almoxarifado e responsável por gerar o Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA). Entretanto, nem todas as unidades possuem os saldos conciliados, o que afeta diretamente a evidenciação da conta Estoques.

A implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) da Secretaria do Tesouro Nacional, com prazo máximo de implantação para 01/07/2023 (prazo atualizado pela

Portaria ME nº 4.378/2022), permitirá os ajustes necessários para evidenciar a mais precisa dos estoques das unidades.

Conforme Portaria nº 232, de 02 de junho de 2020 e alterações, o SIADS constitui ferramenta informatizada destinada ao gerenciamento e controle dos bens móveis, permanentes e de consumo (estoque), de bens intangíveis e frota de veículos, com a finalidade de viabilizar o reconhecimento, a mensuração e a evidenciar esse acervo em consonância com as normas do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, e do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

ATIVO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE	73.891.780,77	94.845.796,03	-22,09%	4,39%
Estoques	8.812.553,91	8.746.734,33	0,75%	0,52%
TOTAL DO ATIVO	1.681.796.176,47	784.347.532,39	114,42%	100%

O total do estoque ao final do exercício de 2022 é de R\$ 8.812.553,91, apresentando um incremento de 0,75% comparado ao final de 2021. Este valor representa 0,52% do total do ativo do órgão.

4.6.8. VPDs Pagas antecipadamente

As variações patrimoniais diminutivas (VPDs) pagas antecipadamente constituem direitos da entidade sobre serviços que serão prestados futuramente, reduzidos à medida que o fornecedor os executa. A variação de 3,91% em relação ao período anterior se deu devido a contratação de seguros e assinatura de periódicos e sua devida execução durante o exercício.

ATIVO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 110.724.811,55	R\$ 94.845.796,03	16,74%
VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 30.709,55	R\$ 31.958,28	-3,91%

4.6.9. Ativo não circulante

O ativo não circulante demonstra os ativos de menor grau de conversibilidade da entidade, realizáveis a longo prazo e ativos permanentes utilizados na produção de bens ou serviços, tangíveis

e intangíveis. Representa 95,61% do ativo total da entidade e apresentou um aumento de 133,20% comparado ao exercício anterior.

ATIVO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE	73.891.780,77	94.845.796,03	-22,09%	4,39%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.607.904.395,70	689.501.736,36	133,20%	95,61%
Ativo Realizável a Longo Prazo	634.895,54	634.895,54	0%	0,04%
Imobilizado	1.606.346.558,88	687.975.997,16	133,49%	95,51%
Intangível	922.941,28	890.843,66	3,60%	0,05%
TOTAL DO ATIVO	1.681.796.176,47	784.347.532,39	114,42%	100,00%

4.6.10. Realizável a longo prazo

O subgrupo Realizável a Longo Prazo evidencia as contas de créditos a serem realizados em prazo superior a 12 meses contados da data da demonstração contábil. O IFCE possui créditos relacionados a dívida ativa não tributária, registro de depósitos judiciais e valores oriundos das concessões de direitos de uso e exploração de bens da união para terceiros.

ATIVO			ANÁLISE
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	HORIZONTAL (AH)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.607.904.395,70	R\$ 689.501.736,36	133,20%
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 634.895,54	R\$ 634.895,54	0%
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 530.020,45	R\$ 530.020,45	0%
Depósitos judiciais efetuados	R\$ 100.098,54	R\$ 100.098,54	0%
Concessão de direito de uso e exploração	R\$ 4.776,55	R\$ 4.776,55	0%

4.6.11. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Em 31/12/2022, o IFCE apresentou um saldo de R\$ 1.606.346.558,88 de ativo imobilizado líquido, sendo composto por 12% de bens móveis e 88% de bens imóveis.

ATIVO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL (Imobilizado)
IMOBILIZADO	1.606.346.558,88	687.975.997,16	133,49%	100,00%
Bens Móveis	192.757.041,52	204.438.830,94	-5,71%	12,00%
Bens Móveis	236.530.909,02	229.204.694,81	3,20%	14,72%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-43.773.430,18	-24.765.426,55	76,75%	-2,73%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32	0,00%	-0,000027%
Bens Imóveis	1.413.589.517,36	483.537.166,22	192,34%	88,00%
Bens Imóveis	1.414.093.762,88	488.326.811,28	189,58%	88,03%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-504.245,52	-4.789.645,06	-89,47%	-0,03%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.681.796.176,47	784.347.532,39	114,42%	-

4.6.12. Bens móveis

Os bens móveis do órgão em 31/12/2022 totalizaram R\$ 192.757.041,52 (valores líquidos), sendo compostos em sua maioria por Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (41,42%), Móveis e Utensílios (30,46%), Bens de Informática (25,45%) e Veículos (12,43%).

BENS MÓVEIS - COMPOSIÇÃO	2022	ANÁLISE VERTICAL	2021	ANÁLISE HORIZONTAL
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	R\$ 79.845.135,89	41,423%	R\$ 77.651.547,19	2,82%
Bens de Informática	R\$ 49.056.738,75	25,450%	R\$ 46.370.525,25	5,79%
Móveis e Utensílios	R\$ 58.718.977,94	30,463%	R\$ 58.331.228,55	0,66%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	R\$ 22.086.904,88	11,458%	R\$ 20.675.340,99	6,83%
Veículos	R\$ 23.968.219,19	12,434%	R\$ 23.803.594,62	0,69%
Peças e Conjuntos de Reposição	R\$ 30.726,62	0,016%	R\$ 30.726,62	0%
Bens Móveis em Andamento	R\$ 3.816,50	0,002%	R\$ 3.816,50	0%
Bens Móveis em Almoxarifado	R\$ 71.372,22	0,037%	R\$ 71.372,22	0%
Armamentos	R\$ 8.738,90	0,005%	R\$ 8.738,90	0%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	R\$ 473.050,02	0,245%	R\$ 518.007,94	-8,68%
Demais Bens Móveis	R\$ 2.267.228,11	1,176%	R\$ 1.739.796,03	30,32%
<i>Depreciação / Amortização Acumulada</i>	<i>-R\$ 43.773.430,18</i>	<i>-22,709%</i>	<i>-R\$ 24.765.426,55</i>	<i>76,75%</i>
<i>Redução ao Valor Recuperável</i>	<i>-R\$ 437,32</i>	<i>-0,0002%</i>	<i>-R\$ 437,32</i>	<i>0%</i>
Total	R\$ 192.757.041,52	100%	R\$ 204.438.830,94	-5,71%

No tocante a variação de 76,75% na depreciação acumulada dos bens móveis comparado ao final de 2021, ela está relacionada aos ajustes realizados no processo de implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS). Com isso, as unidades têm conciliado seus saldos com os relatórios apresentados pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e reconhecido a depreciação dos bens, tanto no exercício corrente como de exercícios anteriores em

que não houve o devido registro por necessidade de finalização de inventários e inconsistências do SUAP.

Os bens móveis do IFCE estão assim distribuídos:

UG Executora		BENS MOVEIS	DEPREC, EXAUSTAO E AMORTIZ ACUMULADA
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	R\$ 13.645.125,99	-R\$ 7.279.180,93
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 59.003.299,03	-R\$ 7.402.985,75
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 9.115.745,74	-R\$ 1.710.509,50
158315	CAMPUS QUIXADA/IFCE	R\$ 7.375.290,72	-R\$ 4.788.358,55
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 11.619.517,64	-R\$ 4.224.294,37
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 10.056.523,67	-R\$ 38.906,22
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 7.432.700,95	-R\$ 3.428,09
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	R\$ 16.877.525,22	-R\$ 9.391.996,62
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	R\$ 11.222.097,62	-R\$ 258.848,26
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 14.899.922,76	-R\$ 4.988,89
158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	R\$ 5.525.510,84	-R\$ 6.049,87
158323	CAMPUS CANINDE/IFCE	R\$ 6.280.819,32	-R\$ 111.072,77
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	R\$ 5.947.797,36	-R\$ 19.885,25
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	R\$ 2.118.030,60	-R\$ 985.510,37
158952	CAMPUS TAUUA/IFCE	R\$ 3.007.956,26	-R\$ 47.180,91
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 5.211.027,58	-R\$ 869.773,49
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	R\$ 3.762.664,60	-R\$ 351.931,74
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 3.112.240,13	-R\$ 742.140,29
158956	CAMPUS TIANGUA/IFCE	R\$ 4.010.409,04	-R\$ 390.120,12
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 3.384.451,39	-R\$ 438.265,62
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	R\$ 3.286.449,00	-R\$ 274.487,98
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 2.325.016,51	-R\$ 59.884,38
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 4.627.831,20	-R\$ 517.780,26
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 2.956.343,32	-R\$ 304.433,61
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA/IFCE	R\$ 104.962,19	-R\$ 41.488,61
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	R\$ 339.936,54	-R\$ 131.490,55
158964	POLO DE INOVACAO FORTALEZA/IFCE	R\$ 500.000,00	-
158965	CAMPUS ITAPIPOCA/IFCE	R\$ 2.926.325,74	-R\$ 598.472,79
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	R\$ 2.577.216,38	-R\$ 1.147.106,19
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 2.783.452,14	-R\$ 61.154,82
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 3.979.115,76	-R\$ 1.184.405,49
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 2.588.761,81	-R\$ 46.027,79
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 3.532.776,73	-R\$ 277.386,84
158974	CAMPUS PECEM/IFCE	R\$ 394.065,24	-R\$ 63.883,26
Total		R\$ 236.530.909,02	-R\$ 43.773.430,18

4.6.13. Bem imóveis

Os bens imóveis do IFCE, em 31/12/2022, totalizavam R\$ 1.413.589.517,36 (valor líquido) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Bens Imóveis - Composição	2022 R\$	2021 R\$	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
Bens de Uso Especial	1.312.931.863,77	403.037.382,89	225,76%	92,88%
Bens Imóveis em Andamento	95.173.749,06	79.301.278,34	20,02%	6,73%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13.861,58	13.861,58	0%	0,001%

Instalações	5.974.288,47	5.974.288,47	0%	0,42%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-R\$ 504.245,52	4.789.645,06	-89,47%	-0,036%
Total	1.413.589.517,36	483.537.166,22	192%	100%

Os bens de uso especial correspondem a 92,88% de todos os imóveis do órgão e são constituídos de Terrenos e glebas (R\$19.287.223,27) e Imóveis de Uso Educacional (R\$ 1.293.644.640,50). A conta apresentou uma notória variação de 225,76% comparado ao final do ano de 2021.

A variação positiva ocorrida em Bens de uso especial explica-se por transferências e registros de regularização e reavaliação dos imóveis no sistema SPIUNET, dentro os quais destacam-se:

=> Cessão de imóvel do DNOCS CEST/CE para o IFCE, o qual apesar de já estar em uso, só foi transferido via sistema SPIUNET em agosto de 2022. O imóvel foi transferido para o campus Limoeiro do Norte no valor total de R\$ 840.784.936,27. Destaca-se que o valor cadastrado pelo DNOCS não reflete a realidade do valor do imóvel e que este será reavaliado conforme o mercado imobiliário da região.

=> Registro de imóveis do campus Sobral (R\$ 24.634.138,07) e Itapipoca (R\$ 15.181.298,69) no sistema SPIUNET, efetuados pelo setor de patrimônio de bens imóveis do IFCE.

=> Reavaliação de imóveis em diversas unidades gestoras, registrados no SPIUNET no mês de novembro de 2022, entre estas, no campus Fortaleza (R\$ 17.174.488,16), Quixadá (R\$11.814.353,70), Maracanaú (R\$ 5.845.737,31) e Juazeiro (R\$ 4.171.330,72).

Quanto a análise efetuada sobre a depreciação dos bens imóveis, identificamos que além dos registros mensais de depreciação, a Coordenação geral de contabilidade realizou no mês de junho diversos ajustes na conta Depreciação acumulada - Bens Imóveis (12381.02.00), tendo como objetivo a conciliação de valores entre os sistemas SIAFI e SPIUNET, o que gerou a variação de 89,47% dentro do IFCE. Os bens imóveis do IFCE estão assim distribuídos:

UG Executora		BENS IMOVEIS	DEPREC, EXAUSTAO E AMORTIZ ACUMULADA
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	R\$ 77.791.268,97	-R\$ 33.619,28
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 99.379.696,55	-R\$ 76.539,35
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 864.693.002,28	-R\$ 32.977,10
158315	CAMPUS QUIXADA/IFCE	R\$ 22.777.155,45	-R\$ 18.635,78
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 21.940.974,56	-R\$ 16.659,75
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 31.021.890,29	
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 10.464.516,97	-R\$ 17.204,20
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	R\$ 29.333.464,56	
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	R\$ 21.425.782,46	-R\$ 28.946,49
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 26.726.383,48	-R\$ 26.149,73
158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	R\$ 13.713.387,78	-R\$ 15.300,56
158323	CAMPUS CANINDE/IFCE	R\$ 9.588.148,74	-R\$ 9.501,46
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	R\$ 20.131.945,12	-R\$ 28.482,06
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	R\$ 5.440.710,55	-R\$ 11.757,89
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	R\$ 6.817.104,38	-R\$ 13.496,14
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 9.402.880,92	-R\$ 13.931,02

158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	R\$ 4.888.377,33	-R\$ 11.267,69
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 8.409.131,12	-R\$ 13.011,19
158956	CAMPUS TIANGUA/IFCE	R\$ 13.246.820,99	-R\$ 30.884,50
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 8.387.643,59	-R\$ 13.336,01
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	R\$ 25.095.670,53	-R\$ 7.191,43
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 7.501.654,39	-R\$ 9.686,00
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 11.202.184,94	
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 5.748.100,06	-R\$ 9.889,99
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA/IFCE	R\$ 2.984.453,34	
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	R\$ 2.961.718,38	-R\$ 5.607,73
158964	POLO DE INOVACAO FORTALEZA/IFCE	R\$ 4.816.831,66	-R\$ 829,47
158965	CAMPUS ITAPIOCA/IFCE	R\$ 17.178.000,69	
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	R\$ 13.213.975,07	-R\$ 23.398,50
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 7.981.553,86	-R\$ 13.825,58
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 9.565.073,46	-R\$ 22.116,62
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 126.045,79	
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 138.214,62	
Total		R\$ 1.414.093.762,88	-R\$ 504.245,52

4.6.14. Intangível

Os bens intangíveis são ativos incorpóreos destinados à manutenção da atividade ou exercidos com essa finalidade. Enquadram-se nessa categoria os softwares adquiridos ou desenvolvidos no órgão utilizados na prestação dos serviços, marcas, direitos e patentes, além de direitos de uso.

O IFCE possui R\$ 922.941,28 em bens intangíveis após dedução da respectiva amortização acumulada, sendo composto por Softwares e Marcas, Direitos e Patentes Industriais.

INTAGÍVEL - COMPOSIÇÃO			2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	Software com Vida Útil Definida	R\$ 504.361,58	R\$ 508.092,35	-0,73%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 30.469,67	R\$ 30.469,67	0%
		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	R\$ 14.199,00	R\$ 14.199,00	0%
		Amortização Acumulada	-R\$ 313.584,09	-R\$ 269.485,15	16,36%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 385.773,22	R\$ 295.373,22	30,61%
		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	R\$ 635,33	R\$ 635,33	0%
		Amortização Acumulada	-R\$ 4.189,42	-R\$ 3.789,90	10,54%
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 2.990,00	R\$ 2.990,00	0%
		Amortização Acumulada	-R\$ 244,50		
158315	CAMPUS QUIXADA/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 450,00	R\$ 450,00	0%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 35.468,00	R\$ 35.468,00	0%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 128.344,00	R\$ 128.344,00	0%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 0,00	R\$ 2.487,18	-100,00%
		Amortização Acumulada	R\$ 0,00		
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 31.192,70	R\$ 31.192,70	0%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 1.521,00	R\$ 1.521,00	0%
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 9.725,82	R\$ 9.725,82	0%
		Amortização Acumulada	-R\$ 7.206,79		
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 3.801,99	R\$ 3.801,99	0%

158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 18.500,74	R\$ 18.500,74	0%
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 8.370,00	R\$ 8.370,00	0%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 470,00	R\$ 470,00	0%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 953,96	R\$ 953,96	0%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 27.385,00	R\$ 27.385,00	0%
		Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 40.211,43	R\$ 40.211,43	0%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 1.243,59	R\$ 1.243,59	0%
		Amortização Acumulada	-R\$ 600,95	-R\$ 466,27	28,88%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00	0%
TOTAL			R\$ 922.941,28	R\$ 890.843,66	3,60%

4.6.15. Passivo circulante

O passivo circulante são obrigações presentes junto a terceiros, com prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo, e ainda retenções de valores de terceiros em que a entidade é fiel depositária.

Ao final de 2022 as obrigações de curto prazo da entidade representavam 99,998% do passivo total da entidade, no valor de R\$ 164.406.431,26.

PASSIVO	2022	2021	Análise horizontal	Análise vertical
PASSIVO CIRCULANTE	164.406.431,26	175.634.655,40	-6,39%	99,998%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	96.253.207,89	100.984.910,88	-4,69%	58,54%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.243.652,04	4.866.766,69	-33,35%	1,97%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	2.930,33	2.930,33	0%	0,002%
Demais Obrigações a Curto Prazo	64.906.641,00	69.780.047,50	-6,98%	39,48%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.383,13	1.497.925,47	-99,77%	0,0002%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	164.409.814,39	177.132.580,87	-7,18%	100%

4.6.16. Fornecedores e contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, o IFCE apresentou um saldo em aberto de R\$ 3.246.555,17 relacionados a fornecedores e contas a pagar, um percentual 33,33% menor em relação ao exercício anterior. Na tabela a seguir, relacionam-se as Unidades Gestoras Executoras contratantes com seus respectivos valores a pagar na data-base de 31/12/2022 e 31/12/2021.

Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante - Órgão				
Unidade Gestora		2022	2021	Análise vertical (2022)
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	R\$ 379.426,16	R\$ 126.747,52	11,69%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 919.610,51	R\$ 3.177.662,97	28,33%

158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 217.095,41	R\$ 112.681,82	6,69%
158315	CAMPUS QUIXADA/IFCE	21,32	R\$ 76.865,31	0,00%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 45.591,37	R\$ 2.218,72	1,40%
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 46.886,32	R\$ 14.578,32	1,44%
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 299,79	-	0,01%
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	R\$ 441.401,96	R\$ 207.860,62	13,60%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 38.993,40	R\$ 280.638,76	1,20%
158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	R\$ 327.190,64	R\$ 32.215,41	10,08%
158323	CAMPUS CANINDE/IFCE	R\$ 95.751,67	R\$ 34.908,73	2,95%
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	R\$ 46.584,92	R\$ 3.123,31	1,43%
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	R\$ 2.044,76	R\$ 20.347,70	0,06%
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	R\$ 31.278,84	R\$ 103.120,12	0,96%
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 18.258,09	-	0,56%
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	-	R\$ 229.603,63	-
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 30.115,87	R\$ 10.617,81	0,93%
158956	CAMPUS TIANGUA/IFCE	-	R\$ 58.400,53	-
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 166.048,20	R\$ 215.162,22	5,11%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 17.932,83	R\$ 22.335,94	0,55%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 29.164,96	R\$ 21.872,53	0,90%
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 44.095,88	R\$ 33.759,63	1,36%
158964	POLO DE INOVACAO FORTALEZA/IFCE	-	R\$ 20.377,84	-
158965	CAMPUS ITAPIOCA/IFCE	R\$ 9.565,00	-	0,29%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 64.872,53	R\$ 36.051,53	2,00%
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 55.261,68	-	1,70%
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 18.075,21	R\$ 3.485,30	0,56%
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 191.642,25	R\$ 25.033,55	5,90%
158974	CAMPUS PECÉM/IFCE	R\$ 9.345,60	-	0,29%
TOTAL		R\$ 3.246.555,17	R\$ 4.869.669,82	100%

A unidade gestora do campus Fortaleza é responsável por 28,33% do total a ser pago, seguida do campus Maracanaú com 13,60% e da Reitoria com 11,69%.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos com saldo em aberto, na data base de 31/12/2022.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - POR FORNECEDOR	VALOR	ANÁLISE VERTICAL
ENGNORD CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	R\$ 497.629,26	15,33%
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	R\$ 315.757,19	9,73%
SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	R\$ 286.794,28	8,83%
ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 247.163,08	7,61%
SUPRITECH SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	R\$ 114.258,43	3,52%
FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA	R\$ 111.510,10	3,43%
FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO DO	R\$ 105.000,00	3,23%
PERES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 90.576,96	2,79%
JPA SERVICOS COMBINADOS LTDA	R\$ 89.013,39	2,74%
DEMAIS FORNECEDORES	R\$ 1.388.852,48	42,78%
TOTAL	R\$ 3.246.555,17	100%

4.6.17. Obrigações contratuais

Em 31/12/2022, o IFCE apresentou um saldo de R\$ 297.361.604.163,79 referente a obrigações contratuais. Tratam-se de parcelas de contratos que serão executadas ao longo do exercício corrente e exercícios futuros. A tabela a seguir, apresenta essas obrigações segregando-as de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais - Composição - Órgão			
Obrigações Contratuais	2022	2021	Análise horizontal
Aluguéis	R\$ 10.672,45	R\$ 10.672,45	0%
Fornecimento de Bens	R\$ 297.271.712.816,54	R\$ 34.223.546,92	868.517,49%
Seguros	R\$ 289.928,12	R\$ 215.044,90	34,82%
Serviços	R\$ 89.590.746,68	R\$ 111.943.829,41	-19,97%
Total	R\$ 297.361.604.163,79	R\$ 146.393.093,68	203.025,43%

Os valores das contas de contrato, no entanto, não refletem a realidade do órgão em seus demonstrativos, pois foi verificado saldos alongados de contratos com vigências encerradas e valores desatualizados de contratos, a serem analisados juntos com os setores de contratos para registro de ajustes e baixas.

Entre as divergências apuradas a mais significativa trata-se da conta de obrigações contratuais com fornecimento de bens. O aumento exorbitante de 2021 para 2022 foi ocasionado por uma divergência de valor em registro efetuado pela unidade gestora de Caucaia referente ao contrato nº 12/2022, erro identificado somente após o final do exercício. O valor contratado foi de R\$ 167.036,60 o que diverge do valor registrado de R\$ 297.259.269.945,00 e que fez aumentar a conta em 868.517,49%.

As obrigações contratuais do IFCE estão assim distribuídas por UG contratante:

Obrigações Contratuais - Por UG Contratante - Órgão				
Unidade Gestora		2022	2021	Análise Horizontal
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	R\$ 297.260.051.653,72	R\$ 814.092,58	36514180,93%
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	R\$ 13.794.846,75	R\$ 68.791.311,10	-79,95%
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	R\$ 11.706.514,15	R\$ 11.741.307,94	-0,30%
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	R\$ 8.833.805,17	R\$ 7.686.853,13	14,92%
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	R\$ 8.097.978,28	R\$ 3.482.936,47	132,50%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	R\$ 6.522.428,48	R\$ 4.830.121,89	35,04%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 5.708.905,19	R\$ 3.109.443,22	83,60%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	R\$ 5.041.317,43	R\$ 4.092.906,22	23,17%
158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	R\$ 5.030.013,43	R\$ 4.706.664,87	6,87%
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	R\$ 3.835.399,66	R\$ 2.246.946,87	70,69%
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	R\$ 3.124.677,45	R\$ 2.863.474,63	9,12%
158323	CAMPUS CANINDE/IFCE	R\$ 3.043.919,86	R\$ 1.808.049,71	68,35%

158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	R\$ 3.041.648,86	R\$ 2.399.073,44	26,78%
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 2.858.921,40	R\$ 1.670.529,24	71,14%
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	R\$ 2.369.882,60	R\$ 6.860.210,75	-65,45%
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	R\$ 2.362.356,85	R\$ 3.207.702,73	-26,35%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	R\$ 1.508.862,96	R\$ 1.413.752,28	6,73%
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	R\$ 1.441.856,80	R\$ 968.707,74	48,84%
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	R\$ 1.395.319,37	R\$ 280.780,44	396,94%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	R\$ 1.373.911,62	R\$ 1.273.078,35	7,92%
158315	CAMPUS QUIXADA/IFCE	R\$ 1.341.281,02	R\$ 641.503,66	109,08%
158956	CAMPUS TIANGUA/IFCE	R\$ 1.308.316,58	R\$ 1.005.117,81	30,17%
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	R\$ 1.297.189,65	R\$ 1.165.148,60	11,33%
158965	CAMPUS ITAÍPOCA/IFCE	R\$ 1.188.926,12	R\$ 4.237.348,62	-71,94%
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	R\$ 1.182.286,96	R\$ 1.182.286,96	0,00%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	R\$ 1.099.600,57	R\$ 746.338,94	47,33%
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	R\$ 975.908,60	R\$ 889.327,21	9,74%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	R\$ 953.271,53	R\$ 1.040.322,36	-8,37%
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	R\$ 719.620,80	R\$ 626.462,09	14,87%
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	R\$ 226.614,42	R\$ 470.781,41	-51,86%
158964	POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA/IFCE	R\$ 102.635,14	R\$ 102.635,14	0,00%
Total		R\$ 297.361.539.871,42	R\$ 146.355.216,40	203077,96%

4.6.18. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido demonstra a situação patrimonial da entidade, sendo verificado pelo valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Ele é composto pelos resultados do exercício corrente e de anteriores, apurados pelo confronto das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas, na Demonstração das variações patrimoniais.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021	Análise horizontal
Resultados Acumulados	1.517.386.362,08	607.214.951,52	149,89%
Resultado do Exercício	939.413.531,51	9.439.608,56	9851,83%
Resultados de Exercícios Anteriores	607.214.951,52	642.726.635,52	-5,53%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-29.242.120,95	-44.951.292,56	-34,95%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.517.386.362,08	607.214.951,52	149,89%

O patrimônio líquido do órgão, ao término do exercício de 2022, apresentou o valor de R\$ 1.517.386.362,08, composto por resultados do exercício corrente e de anteriores. No resultado geral observa-se um aumento 149,89% em relação ao fim do exercício anterior.

4.6.19. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após o encerramento das

contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração, o resultado é transferido para uma conta de Superávit/Déficit do Exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.976.161.802,08	950.606.188,23	107,88%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.036.748.270,57	941.166.579,67	10,16%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	939.413.531,51	9.439.608,56	9851,83%

As variações patrimoniais aumentativas cresceram R\$ 1.025.555.613,85 (aumento de 107,88%) em relação ao resultado em 2021, enquanto as variações patrimoniais diminutivas tiveram uma variação positiva de R\$ 95.581.690,90 (aumento de 10,16%).

Diante disso, o resultado patrimonial ao final de 2022 foi positivo no montante de R\$ 939.413.531,51, um aumento expressivo de 9851,83% em relação ao resultado apresentado ao final do exercício anterior.

4.6.20. Variações patrimoniais aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas em 31/12/2022 totalizam R\$ 1.976.161.802,08, um aumento de 107,88% em relação ao ano anterior. São compostas majoritariamente por Transferências e Delegações Recebidas com R\$ 1.828.463.072,70 (92,53%), que consistem em repasses e sub-repasses de recursos financeiros concedidos ao IFCE e às suas unidades para a execução orçamentária e de restos a pagar.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.976.161.802,08	950.606.188,23	107,88%	100%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.867.262,59	570.711,53	227,18%	0,094%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	146.843,65	-		0,007%
Transferências e Delegações Recebidas	1.828.463.072,70	940.363.608,35	94,44%	92,53%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	145.184.827,71	9.236.218,15	1471,91%	7,35%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	499.795,43	435.650,20	14,72%	0,025%

4.6.21. Variações patrimoniais diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas em 31/12/2022 totalizaram R\$ 1.036.748.270,57, um aumento de 10,16% em relação ano anterior. As principais variações patrimoniais diminutivas, com base na tabela abaixo, são as despesas com Pessoais e Encargos (64,27%), Transferências e delegações concedidas (14,74%) e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (9,75%).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.036.748.270,57	941.166.579,67	10,16%	100,00%
Pessoal e Encargos	666.296.718,38	642.641.107,75	3,68%	64,27%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	79.582.097,28	80.798.691,93	-1,51%	7,68%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	101.033.976,09	74.916.931,47	34,86%	9,75%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.611,41	42.756,22	-91,55%	0,0003%
Transferências e Delegações Concedidas	152.780.230,21	109.819.637,08	39,12%	14,74%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	22.340.935,74	14.936.067,36	49,58%	2,15%
Tributárias	34.086,29	8.108,20	320,39%	0,00329%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.676.615,17	18.003.279,66	-18,48%	1,42%

4.6.22. Execução das receitas orçamentárias

O IFCE apresentou o montante de R\$ 2.126.534,08 de receitas realizadas ao término do exercício de 2022, compostas unicamente na categoria receitas correntes.

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES	590.012,00	2.126.534,08
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0
TOTAL	590.012,00	2.126.534,08

As receitas correntes são receitas auferidas com esforço próprio de arrecadação e afetam positivamente o patrimônio da entidade, estão distribuídas nas seguintes espécies:

Receitas orçamentárias por Natureza		2021 - Receitas Realizadas		Análise Vertical
Receita patrimonial	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	165.372,90	312.204,64	14,68%
	Valores Mobiliários	146.831,74		
Receita agropecuária	Receita agropecuária-principal	246.142,42	246.142,42	11,57%
Receita Industrial	Receita industrial-principal	109,00	109,00	0,01%
Receitas de serviços	Serv.administrat.e comerciais gerais-princ.	1.453.051,86	1.453.051,86	68,33%
Outras receitas correntes	Multas e juros previstos em contratos-princ.	17.279,46	115.026,16	5,41%
	Indeniz.p/danos causados ao patr.pub.-princ.	97.746,70		
TOTAL		2.126.534,08		100,00%

As receitas de serviços representaram a maior fatia das receitas correntes realizadas somando 68,33%, resultantes principalmente da arrecadação com inscrições no concurso público realizado pelo IFCE ao final do exercício de 2021. Em seguida, a receita patrimonial com 14,68%, a receita agropecuária com 11,57% e os 5,45% restante composto pela receita industrial e outras receitas correntes.

4.6.23. Execução das despesas orçamentárias

As despesas correntes, destinadas à manutenção das atividades do ente público e que afetam negativamente o patrimônio, representaram 98,97% da dotação do IFCE em 2022. Enquanto as despesas de capital, destinadas a produção ou geração de novos bens ou serviços e que integrarão o patrimônio público, representaram apenas 1,03%.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ANÁLISE VERTICAL	DESPESAS EMPENHADAS	ANÁLISE VERTICAL	EXECUÇÃO (%)
DESPESAS CORRENTES	852.026.912,00	98,97%	847.025.795,10	98,60%	99,41%
Pessoal e Encargos Sociais	721.325.317,00	83,79%	707.235.830,00	82,33%	98,05%
Outras Despesas Correntes	130.701.595,00	15,18%	139.789.965,10	16,27%	106,95%
DESPESAS DE CAPITAL	8.833.612,00	1,03%	12.045.670,17	1,40%	136,36%
Investimentos	8.833.612,00	1,03%	12.045.670,17	1,40%	136,36%
TOTAL	860.860.524,00	100,00%	859.071.465,27	100,00%	99,79%

O IFCE, além do seu próprio orçamento, executou despesas (Outras Despesas Correntes e de Investimentos) com orçamento descentralizado de outros órgãos. Foram empenhados (quando há o comprometimento dos créditos orçamentários), um total de R\$ 847.025.795,10 (99,41% da dotação) referente às despesas correntes e R\$ 12.045.670,17 (136,36% da dotação) referente às despesas de capital. As principais despesas empenhadas foram as relacionadas a Pessoal e Encargos Sociais, obrigatórias e vinculadas, com 98,05% executado em relação a dotação atualizada, representando 82,33% de todas as despesas empenhadas no período.

4.6.24. Remuneração com pessoal

Os gastos com remuneração a pessoal, no exercício de 2022, totalizaram R\$ 528.380.339,28, sendo 45,17% relativos aos vencimentos e salários e 39,69% às gratificações. A seguir, a tabela detalha a composição dos gastos com remuneração a pessoal no exercício.

REMUNERAÇÃO COM PESSOAL - COMPOSIÇÃO	2022	Análise Vertical (AV)
3.1.1.1.1.00.00 REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - RPPS	R\$ 522.220.234,35	-
3.1.1.1.1.01.00 VENCIMENTOS E SALARIOS	R\$ 232.545.360,58	44,01%
3.1.1.1.1.02.00 ABONOS	R\$ 2.905.204,58	0,55%
3.1.1.1.1.03.00 ADICIONAIS	R\$ 1.317.146,74	0,25%
3.1.1.1.1.04.00 GRATIFICACOES	R\$ 209.694.912,68	39,69%
3.1.1.1.1.05.00 FERIAS - RPPS	R\$ 27.447.156,23	5,19%
3.1.1.1.1.06.00 13. SALARIO - RPPS	R\$ 44.000.076,08	8,33%
3.1.1.1.1.09.00 SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	R\$ 1.260.058,39	0,24%
3.1.1.1.1.99.00 OUTROS VENC.E VANTAG.FIXAS E VARIAVEIS RPPS	R\$ 3.050.319,07	0,58%
3.1.1.2.1.00.00 REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - RGPS	R\$ 6.125.869,24	-
3.1.1.2.1.01.00 VENCIMENTOS E SALARIOS	R\$ 6.125.221,33	1,16%

3.1.1.2.1.05.00	FERIAS - RGPS	R\$ 647,91	0,00012%
3.1.1.3.1.00.00	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO MILITAR - RPPS	R\$ 34.235,69	-
3.1.1.3.1.09.00	SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO MILITAR	R\$ 34.235,69	0,01%
TOTAL		R\$ 528.380.339,28	100%

4.6.25. Restos a pagar

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os **restos a pagar não processados** se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto os **restos a pagar processados** dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, mas que ainda não foram pagas.

Conforme anexos I e II, do Balanço Orçamentário, no encerramento do exercício de 2021, o IFCE possuía em restos a pagar não processados o montante de R\$ 34.249.409,25 inscritos no final de 2021 e R\$ 18.922.631,29 reinscritos de exercícios anteriores. Os restos a pagar processados somaram R\$ 63.284.597,96 inscritos no exercício de 2021 e R\$ 213.855,96 reinscritos de exercícios anteriores.

RESTOS A PAGAR	Inscritos em 31/12/2021	Inscritos em exercícios anteriores	Pagos em 2022		Cancelados em 2022		Saldo	
Restos a pagar não processados	34.249.409,25	18.922.631,29	40.129.052,40	75,47%	6.946.669,41	13,06%	6.096.318,73	11,47%
Restos a pagar processados (e não processados liquidados)	63.284.597,96	213.855,96	63.376.845,45	99,81%	43.281,21	0,07%	78.327,26	0,12%

Durante o ano de 2022, o IFCE realizou o pagamento de 75,47% dos restos a pagar não processados e 99,81% dos restos a pagar processados. Foram cancelados 13,13% do total dos restos a pagar. O saldo pendente em 31/12/2022 foi de 11,59% do total que havia sido inscrito, sendo R\$ 6.096.318,73 de restos a pagar não processados e R\$ 78.327,26 de restos a pagar processados.

4.6.26. Resultado financeiro

O Resultado Financeiro é apurado como indicador de equilíbrio financeiro, verificado através de dois métodos: (I) comparação do saldo em caixa entre o exercício atual e o anterior; (II) as receitas orçamentárias e demais ingressos do exercício deduzidos as despesas orçamentárias e demais dispêndios do exercício vigente.

Apuração do Resultado Financeiro - Modo 1:

Apuração do Resultado Financeiro			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021	AH
Saldo para o Exercício Seguinte	62.390.881,34	62.322.868,55	0,11%
(-) Saldo do Exercício Anterior	62.322.868,55	56.681.742,10	9,95%
(=) Resultado financeiro do período	68.012,79	5.641.126,45	-98,79%

Apuração do Resultado Financeiro - Modo 2:

Apuração do Resultado Financeiro			
R-D	2022	2021	AH
Receitas Orçamentárias	2.126.534,08	690.296,40	208,06%
(+) Transferências Financeiras Recebidas	976.741.110,84	926.457.645,56	5,43%
(+) Recebimentos Extraorçamentários	93.517.510,01	98.600.978,19	-5,16%
(-) Despesas Orçamentárias	859.071.465,27	811.250.248,25	5,89%
(-) Transferências Financeiras Concedidas	108.808.987,04	95.363.206,87	14,10%
(-) Pagamentos Extraorçamentários	104.436.689,83	113.494.338,58	-7,98%
(=) Resultado financeiro do período	68.012,79	5.641.126,45	-98,79%

O resultado financeiro do exercício de 2022 foi superavitário em R\$ 68.012,79, valor percentualmente inferior em 98,79% do apurado no exercício anterior.